

DESTACÁVEL

**sons para
construir**

**REVISTA
DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL**

N.º 11
Revista
Bi-Mestral
Maio/Junho/1979
30\$00.

INTERVENÇÃO

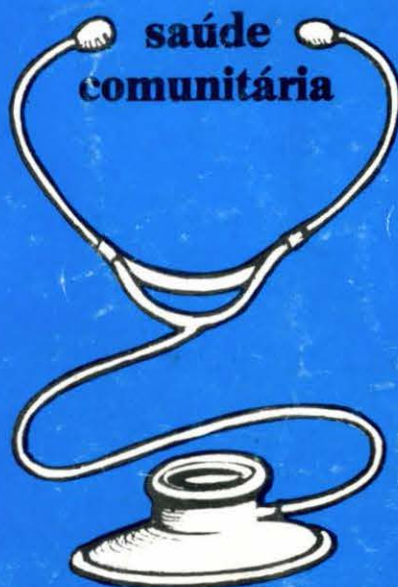
**consumidores
parceiro social
que ganha força**



**educação
sobre
o ambiente**



**saúde
comunitária**



inter-acção e qualidade por **MÁRIO DIONÍSIO**

viva a cultura! (ou a urgência dum projecto cultural) por **LUÍS MARTINS e MÁRIO RIBEIRO**

editorial

1. A VIDA ORGANIZATIVA DA INTERVENÇÃO

No Editorial do número anterior definimos quais as principais linhas de força e prioridades da "INTERVENÇÃO" — órgão das associações e animadores culturais.

À parte problemas mais concretos (ver neste número "publicar ou não publicar, eis a questão") definimos aí as grandes linhas de orientação porque se pauta a Intervenção — 1º. divulgação das experiências de acção cultural de base, 2º. fomentar a união entre a prática e a teoria, 3º. alargar a base "social de apoio" —.

Aliás qualquer destes vectores estão concretizados no presente número, inclusivé o último através dos artigos de saúde comunitária, defesa do consumidor e ecologia.

Dissémos então que estávamos tentando lançar uma estrutura a nível nacional com delegados regionais e locais e a nível central com a reestruturação da actual organização da revista.

Quanto ao primeiro ponto é já uma realidade a rede de delegados a nível nacional estando nós a envidarmos esforços para estendê-la a países de expressão portuguesa. Resta-nos intensificá-la, alargá-la e dar-lhe operacionalidade. Continuamos a esperar e a incentivar este tipo de apoio e esperamos que mais amigos e assinantes tomem a iniciativa de assumirem este tipo de colaboração.

No próximo número divulgaremos a lista, por Distritos, dos delegados existentes e dos delegados nos novos países de expressão portuguesa.

Quanto à reestruturação do colectivo central e depois de contactos com algumas associações, nomeadamente as que constituíram o grupo promotor do 2º. Encontro donde safu, como é sabido, a decisão de considerar a Intervenção o órgão das associações, ficou decidida uma estrutura que podíamos definir como experimental e aberta (pois continua aberta à colaboração dos animadores que a queiram integrar).

com a seguinte constituição:

Director, redacção, direcção administrativa, Direcção gráfica, Secretariado e coordenação e divulgação, tendo ficado assente a distribuição segundo a ficha técnica.

2. "INTERVENÇÃO". "Um projecto de Acção, Estudo e documentação para o desenvolvimento cultural".

Está em discussão pelos delegados e amigos o Projecto Intervenção.

Embora só divulguemos esse projecto quando ele reflectir essa discussão adiantamos contudo algumas perspectivas em que ele se situa:

"Assim o projecto Intervenção afirma-se fundamentalmente:

1. Como um espaço provocador de uma nova acção cultural, pela reflexão e estudo das características dessa acção e pela sistematização da produção escrita (ou outras) da mesma.

2. Como contribuição para uma cultura ao serviço do povo português, entendendo esta, não como uma acção parcelar da actividade humana, mas como um comportamento envolvente de todos os domínios da vida, através de um incentivo das manifestações culturais populares, contribuindo para a construção de uma nova consciência do homem português, capaz de o armar de uma consciência crítica e actuante face aos "modelos de vida e cultura" importados e à ideologia e cultura retrógrada e fascista.

3. Como uma contribuição para uma prática e uma teoria que não separa o homem, não separe a acção cultural da acção sindical, da acção cooperativa, dos tempos livres, enfim, acentuando que a cultura é a maneira como se vive a vida (toda) e como nos predispomos a transformá-la.

Neste sentido o nosso projecto é vivo se fôr vivido local e regionalmente"...

O "PROJECTO INTERVENÇÃO" É, POR TUDO ISTO, FUNDAMENTALMENTE UMA ATITUDE E UMA PREOCUPAÇÃO COLECTIVA

ATITUDE de aprofundamento da acção cultural de base em Portugal, tornando-a mais incisiva e libertadora, desenvolvendo acções piloto e experimentais;

PREOCUPAÇÃO pela sua reflexão e estudo e pelo seu intercâmbio com outras experiências"...

Esperamos que consigamos concretizar este nosso projecto, para o qual iremos estabelecer contactos internacionais com vista ao apoio do mesmo.

Contudo a força dele não está, fundamentalmente nos apoios, mas na nossa capacidade de o criar e concretizar.

A colaboração de todos os amigos e delegados é determinante.

É aí que apostamos, está aí a nossa força.

L. M.

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: LUÍS MARTINS

Redacção:

Luís Martins
Mário Ribeiro
Paulo Poiares
Paulo Ramos
Rodolfo Proença de Jesus

Direcção administrativa:

Isabel Guerra
Manuela de Matos
Mário Ribeiro

Coordenação e divulgação:

Esau Dinis
Emília Barbosa

Fotografia:

José Moreira
Paulo Ramos
João Freitas

Direcção gráfica:

Dorindo Carvalho

Colaboram neste número:

Mário Dionísio
Sérgio Grácio
Alberto Júlio
José de Almeida Fernandes
Francisco Motta Veiga
Luís Quintaneiro
Francisco Albuquerque

REVISTA
DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

INTERVENÇÃO



N.º 11

Junho 1979

Redacção: Edifício do Amparo, 1

Largo do Martim Moniz

Telefone 864056 — Apartado 21064

Lisboa 2

Composição e Impressão

Gráfica 2000

Distribuição: DIJORNAL, distribuidora
de livros e periódicos, Lda.

Rua Joaquim António de Aguiar, 64-2.º — Lisboa 1

Preço deste número, 30\$00

Tiragem 5000 exemplares

A aventura de mais um número...

Pois aqui está o número 11. Esta aventura de fazer sair mais um número, faz com que nos sintamos quase eufóricos quando inexplicavelmente, o temos na mão.

Aqueles que com o cepticismo que nos caracteriza como povo, diziam que a Intervenção era questão de 1 ou 2 números, têm vindo a reconhecer que neste tempo de *desesperança tudo há a esperar*, ou melhor tudo é de ousar esperar.

Naturalmente que da Intervenção, mas não só.

Pois neste número além de um artigo de Mário Dionísio, e do excelente destacável sobre "Instrumentos Musicais", destacamos 3 artigos que representam outras tantas direcções de trabalho. A "Defesa do Consumidor", a "Saúde Comunitária" e a "Educação sobre o Ambiente", este último de José Almeida Fernandes.

Mas para o próximo número "atacamos", (continuamos a atacar) com força. Um trabalho de quem é comumente apelidado de "um dos mais lúcidos intelectuais portugueses", Eduardo Lourenço, autor de trabalhos basilares, donde destacamos "psicanálise Mítica do Destino Português".

Um trabalho na linha dos que temos vindo publicando de Teresa Santa Clara Gomes (Sec. Estado Cultura do III Governo Constitucional), um trabalho de Rui Grácio sobre a educação não formal após 25 de Abril e no campo mais específico do desporto um dos obreiros da grande explosão do desporto de massas, director geral em vários governos provisórios, prof. Melo de Carvalho. Mas claro que isto são só algumas garantias de qualidade porque se adquirirem o número 12, verão que *realmente dá sentido à revista, porque*

é aí que tudo se decidirá, (parafraseando Eduardo Lourenço numa carta encorajante que enviou à Intervenção). E o plano em que é determinante a mudança é ao nível do quotidiano, da maneira de ser e entender, na recusa da ideologia retrógrada, na criação lenta e segura de uma nova mentalidade do homem português, dos campos, das aldeias, vilas e cidades do nosso país.

E é nisto que fundamentalmente a "Intervenção" aposta. Não é logicamente tarefa só para uma revista (e ainda por cima de tão pequena dimensão) mas cá estamos a querer contribuir e acreditar na construção dessa esperança.

Apesar de tudo, isto há-de ser a última coisa que nos hão-de arrancar.

sumário

Inter-acção e qualidade	2	17	Consumidores
Promoção cultural			parceiro social que ganha força
das classes trabalhadoras	4	19	Publicar ou não publicar,
Viva a cultura! (ou a urgência			eis a questão ...
dum projecto cultural	7	20	Informação
Ano Internacional		27	Destacável —
da Criança (a propósito)	9		sons para construir
Educação sobre o ambiente	12	49	Associações

INTERVENÇÃO

inter-acção
e qualidade

MÁRIO DIONÍSIO

Chamar *Intervenção* a uma revista de cultura já diz tudo. Que, além dos múltiplos aspectos que ela oferece — tipo ou tipos vivenciais e criativos de qualquer agregado humano, expressão caracterizadora de comunicação, colectiva e individualmente elaborada, superação dos entraves postos à livre existência humana e de que os homens, por ela, se libertam — a cultura é, em si mesma, intervenção.

Por isso parecerá um tanto paradoxal falar em defesa da cultura, em luta pela cultura, já que cultura sempre há e haverá onde homens existam, seja qual for o desenvolvimento que possuam das técnicas indispensáveis à sua vida mais ou menos evoluída.

Mas, também em cultura, nem tudo o que parece é. Porque a intervenção que ela exerce depende muito, além de outras, de circunstâncias de índole social e política, mesmo que não directa ou conscientemente intencionais.

Numa sociedade dividida em classes (dominantes e dominadas), os tipos de cultura não são só diferentes — como sempre foram e serão, e é desejável que sejam — mas diferentemente valorizados, estimulados ou contrariados, aperfeiçoados até à chamada sofisticação e preservados pelo ensino e todos os meios de que o Estado dispõe, ou esquecidos, adulterados, reduzidos a fundo de "folclore", no sentido pejorativo da palavra. Sempre usados por uns como instrumento de domínio, nem sempre usados por outros contra aquilo que os domina.

No primeiro caso nem se fala de intervenção, tão espontaneamente ela se dá, no quadro das relações sociais vigentes: quem domina guarda para si os privilégios que a cultura ou a "sua" cultura proporciona, repele as outras, dê-se ou não conta de quanto isso favorece o seu domínio. Ser mais culto ou menos culto, "culto" ou "inculto", seria tão normal na "ordem natural das coisas" como haver ricos e pobres, esquecendo-se que é esta uma outra maneira de dizer exploradores e explorados.

No segundo caso — em que a cultura espontânea e local é preterida e a elaborada e universal negada aos que tanto dela carecem — a *consciência* da intervenção que toda a cultura implica torna-se indispensável. Porque a dignificação da cultura espontânea e local e a apropriação da elaborada e universal necessitam, para que efectivamente se dêem, de toda uma acção planificada, voluntária intencional, de luta. Porque têm de contrariar hábitos mentais e práticas, que, por secularmente enraizados, se afiguram "naturais" e os únicos possíveis. Porque só dessa consciente mudança de atitude, a cultura passará, de instrumento de domínio de alguns, a actividade insubstituível de libertação, colectiva e individual, de todos.

Com o 25 de Abril, generalizou-se enfim o conceito de que a cultura se não limita à produção literária e científica, teatral ou fílmica, forçosamente circunscrita à classe dominante e, como tal, veículo ideológico (mas não só veículo e não só ideológico, na acepção vulgar) dessa mesma classe.

Um pouco por toda a parte surgiram grupos culturais, nalguns casos desenvolvimento em liberdade de pequenos núcleos que tinham conseguido, modesta e perigosamente, criar-se e subsistir sob o fascismo. Esses grupos fomentaram uma vida espiritual de apreciável intensidade em terras que nunca a tinham tido antes e assim ganhavam como que a sua carta de alforria. Já não ouviam apenas (quando ouviam) falar do que se passava em Lisboa e noutras cidades mais ou menos longínquas: elas próprias produziam a sua actividade cultural nomeadamente no domínio do teatro. Grupos teatrais se formaram e desenvolveram em muitos lados "com a prata da casa". E felizmente que "com a prata da casa", porque assim se caminhava e se caminha no campo da cultura, para a *descentralização* indispensável ao regime democrático na sua marcha para o socialismo, para a sociedade sem classes. Muitas localidades deixaram de ver e ouvir apenas o teatro dos grandes centros (pela Rádio e pela TV) e passaram a fazer o seu próprio teatro. Como podem, como sabem.

O que é, em parte, excelente, pois isso significa passar da passividade alienadora à actividade criativa, da situação de dominado e dependente à de não dependente e interventor — condição de cultura.

É possível, porém, que, por muitos factores — principalmente o da actividade contrarevolucionária que desde o início minou e continua a minar o espírito do 25 de Abril —, essa descentralização se tenha processado ou esteja processando de modo menos correcto pois não deve ela significar afastamento, ensimesmamento, corte mas integração diferenciada no processo cultural do País e do Mundo.

A natural falta de preparação técnica de organizadores, de encenadores, actores, não pode ser suprida pela grande força de vontade de que dão prova e a profunda simpatia que ela inspira. E pode dar assim lugar a uma autossatisfação com a baixa qualidade (apesar de sentimentos muito altos) aprovada por públicos sinceros, são, mas que o fascismo privou do exercício do espírito crítico.

Não desejará outra coisa o contra-revolucionário: que vilas e aldeias tenham lá o seu teatrinho, que a população se distraia e deixe tudo, a começar por ela, como está...

Quem tem, porém, outra noção das possibilidades e dos direitos populares e outro projecto para o País, desejará uma inter-acção mais continuada entre o que tenta fazer-se nos pequenos meios, só entregues a eles próprios, e o que tenta fazer-se nos grandes centros, que beneficiam de um avanço técnico de que aqueles carecem. E sem o qual a qualidade — indispensável a toda a intervenção válida — não irá muito além de um arremedo dela.

Sempre isto me ocorre quando assisto a espectáculos de grupos teatrais, em Lisboa, com uma exiguidade de público que confrange. Ainda há dias contei, numa representação de inegável interesse, dezoito assistentes! Compreender-se-á bem o que isto quer dizer: dezoito assistentes?!

Que desolador ver uma actriz, aliás profissional (Ivone Silva), que por sinal trocara rendosa actividade no teatro comercial por outra de objectivos e compensação material bem diferentes, a trabalhar para um público quase inexistente! O que mostra que os grupos de "amadores" (amador-aquele que ama) dos grandes centros experimentam também grandes dificuldades, em muito semelhantes às dos que por esse País fora se entregam a um esforço de intervenção que tem muito de comum.

Grupos altamente meritórios, como A Barraca, Teatro Hoje, Comuna ou Produções Teatrais, à cabeça

dos quais é inegavelmente justo colocar o da *Cornucópia*, dispõem de salas pequeníssimas e incómodas instalações, que não comportam o número de expectadores capaz de cobrir as despesas e ficam muitas vezes quase desertas. E penso então se os encenadores e actores dos grupos de província não chegariam para enchê-las. E se não deveriam os grupos dos grandes centros visitar com frequência os grupos mais modestos, mais desconhecidos, ainda mais abandonados, da província.

É minha convicção que todos teriam a aprender alguma coisa uns com os outros e que desse confronto de experiências e experiência nada resultaria de uniformização indesejável.

Descentralizar não é erguer fronteiras e, ainda menos, possíveis sentimentos de rivalidade sem sentido. É, sim, acentuar o carácter de cada um, sem menosprezar a mútua ajuda, uma interacção que facilite o êxito da Intervenção.

Em Lisboa ou em qualquer aldeia, embora em condições e circunstâncias diferentes, o problema da cultura é afinal o mesmo: intervir contra o domínio de alguns pela libertação (social e pessoal) de todos. Intervir, Intervir, Intervir. Sem descurar nunca a qualidade. PORQUE, SEM ELA, ADEUS À INTERVENÇÃO LIBERTADORA!



TEATRO DA CORNUCÓPIA

promoção cultural das classes trabalhadoras

SÉRGIO GRÁCIO

Só uma análise superficial da realidade pode ter a pretensão, ao deparar com todas as dificuldades inerentes às tarefas de promoção cultural das classes trabalhadoras, de concluir apressadamente na "falta" de interesse ou na "falta de motivação" dos trabalhadores pela "cultura" ou pela sua própria promoção cultural. Seria realmente dar provas de *etnocentrismo*, vício metodológico denunciado por alguns sociólogos (mas de que nem todos os sociólogos estariam isentos em maior ou menor grau) — e que consiste em projectar sistematicamente sobre a realidade a sua própria configuração de valores socialmente determinada, quando se procura apreender o sentido das atitudes e das acções dos outros —, ver nessas "faltas" ou nessas "ausências" apenas "falhas", carências no estado puro, que a prática do animador estaria destinada a preencher.

Aqui, como noutros campos da praxis, a determinação espontânea das "falhas" ou, inversamente, a constatação da sua ausência, parte sempre dum referente fundamental que é o do sujeito e o do seu grupo, suposto implicitamente não ser objecto de carências dos outros. Mais precisamente, pensar o despojamento cultural dos trabalhadores a partir da nossa própria

modalidade de relação com a cultura teria como inevitável consequência acabar por procurar promover essa mesma relação, correndo-se o risco de comprometer irremediavelmente toda a acção de intervenção. É por isso que Paulo Freire, justamente numa referência basilar para todos aqueles que nomeadamente estão implicados em acções de alfabetização dos adultos, tanto insiste na importância da etapa de observação no terreno que deve simultaneamente preceder e iniciar qualquer acção de intervenção. Os observadores devem "anotar no seu bloco-notas (...) até as coisas aparentemente mais insignificantes: a maneira de falar das pessoas, a sua maneira de ser, o seu comportamento durante o culto religioso, a sua maneira de trabalhar. Registam as expressões do Povo, a sua linguagem, as suas palavras, a sua sintaxe, sendo tudo isto não apenas os sinais da sua elocução defeituosa, mas elementos reveladores da maneira como se elabora o seu pensamento" (*Pédagogie des opprimés*, Paris, Maspéro, pág.100).

"Depois de cada uma destas visitas de observação, os investigadores devem redigir um breve relatório cujo conteúdo deve ser discutido em seminário pela equipa, para apreciar os elementos coligidos quer pelos



Foto POVO RURAL

investigadores, quer pelos representantes do Povo. É desejável que este seminário de apreciações tenha lugar na própria zona de trabalho de modo a que estes últimos possam participar" (ob. cit. p.101).

Se portanto para Paulo Freire é necessário romper com o etnocentrismo através dum tipo de intervenção (descoberta colectiva do grupo pelos observadores-participantes e pelos elementos do grupo), não há dúvida que o autor também se fundamenta, implicitamente no reconhecimento, do real despojamento cultural do Povo. Esta observação, que poderia parecer inútil porque por demais evidente, tem no entanto cabimento, parece-nos, porque pode servir para nos sensibilizar à vigilância contra o vício metodológico oposto ao do etnocentrismo, mas de mesmo sinal em termos de pressupostos político-religiosos: o do populismo.

A preocupação, correcta em si, de não violentar os costumes e a maneira de ser populares pode também conduzir em certas circunstâncias, a que talvez não fossem alheios os sentimentos não conscientes de culpa que por vezes resultam do confronto que o interventor faz da sua condição com a condição popular, a perder parte das potencialidades promotoras da intervenção cultural.



Foto: Povo Rural

Cremos até que uma observação atenta da realidade capaz de manter-se a igual distância dos riscos do etnocentrismo e do populismo, permitiria detectar numerosos indícios reveladores das profundas aspirações culturais dos trabalhadores. É que estes não exprimem facilmente, ou melhor, directamente, os seus sentimentos de despojamento cultural. Numa sociedade em que a divisão social do trabalho se caracteriza por uma separação e oposição crescentes entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e em que se procura legitimar a supremacia do segundo sobre o primeiro pela indispensabilidade funcional da repartição das "tarefas" entre um e outro, numa sociedade em que todo o poder, quer se trate de um poder económico de apropriação directa do produto do trabalho, ou social, ou político, ou administrativo ou, mesmo, de todos eles confundindo-se e complementando-se, em que todo o poder, diríamos, se encontra sempre associado a um saber, não surpreende que os trabalhadores percepcionem de forma particularmente aguda a sua condição quando se representam esta no plano cultural. Na percepção recíproca das diferentes classes entre si, as diferenças de classe são apreendidas em termos de distâncias quanto às maneiras, ao estilo, à linguagem, sendo esta última, só por si, reveladora da detenção ou ausência dum capital cultural conforme às representações dominantes da cultura e da relação legítima com o saber. Não é por acaso que deparamos tão frequentemente com os termos do trabalho e da boa educação nas conversas populares, forma indirecta de opôr às outras classes valores como os da dignidade do trabalho ou os da correcção das atitudes, como superiores ou, pelo menos, igualmente dignos de consideração aos que são testemunhados pelo estilo, pelas boas maneiras ou pelo saber dos "outros". Se observarmos igualmente a importância que assume nos meios populares, por exemplo entre sindicalistas, militantes políticos ou militantes de associações recreativas, a competição à volta da afirmação dum saber, dum "estar ao corrente" a propósito dos mais variados assuntos e se, por outro lado, estivermos atentos a essas figuras de autodidactas populares que têm tudo quanto lhes cai à mão sem perderem uma ocasião para manifestar os seus conhecimentos, compreendemos a que ponto é profundo mas, ao mesmo tempo, inibido na sua expressão directa, o sentimento de despojamento cultural entre os trabalhadores.

Um tema que preocupa em particular os alfabetizadores de adultos porque nos parece ser suscitado permanentemente pela sua prática, mas que também estaria implicado em qualquer situação de intervenção, é o da maneira como os elementos das classes trabalhadoras organizam a sua percepção da realidade. Sabe-se que esta tende a ir do particular para o particular, a permanecer nos limites da experiência imediata, no sentido em que essa experiência não é sistematicamente relacionada com um conjunto de determinações de carácter global. A este propósito, vale a pena voltar

a Paulo Freire: A partir da noção de "codificação" duma situação existencial, que é definida como "a representação figurativa dessa situação que leva a ver alguns dos seus elementos constitutivos e a sua interacção", o autor diz-nos que num segundo tempo deve ser operada a "descodificação" da situação, provocando "a atitude normal que consiste em ir do abstracto ao concreto, das partes ao todo, e retornar do todo para as partes". "Este movimento de ida e vinda, do abstracto ao concreto, que se produz no decurso na análise duma situação codificada, quando a descodificação é bem levada a cabo, conduz à ultrapassagem da abstracção e à percepção crítica do concreto que já não é mais uma realidade opaca e indiscernível". (op. cit. pág.92). Se propomos aqui este tema é porque nos parece que a "percepção crítica do concreto", envolvendo já uma capacidade de manipulação do pensamento abstracto, deve ser posta em relação com a capacidade dos grupos populares se organizarem com vista à defesa dos seus interesses materiais, políticos e culturais. Uma intervenção que pretenda promover essa "percepção crítica do concreto" não poderia deixar de propôr como seu objectivo a promoção da capacidade organizativa dos sujeitos. A este respeito vejamos o que nos propõe Orlando Garcia no nº.1 de

Intervenção (pág.15): "(...) há que fazer a análise crítica de todos os textos legais (em vigor) que abordem esta questão (...)", ou seja, a animação cultural. Tomando um trecho dos próprios textos transcritos pelo autor, neste caso o programa do I Governo Constitucional: embora a animação cultural (na acepção do texto), procure "inserir o indivíduo na comunidade a que pertence, desenvolvendo a sua capacidade de relação, de encontro ao diálogo", também é definida como tendo por objecto "desenvolver plenamente a personalidade de cada cidadão, enriquecendo o seu modo de se relacionar com a arte, alterando o seu quotidiano no sentido de uma diferente qualidade de vida, e despertando todas as suas capacidades criadoras".

Também é afirmado no texto que se trata de provocar nas populações a consciência das necessidades culturais "": não estão aqui latentes os pressupostos etnocentricos das "falhas" e das "ausências" que referimos atrás? Embora convenhamos que a questão que se segue é bastante polémica: não estará implícita no texto uma concepção da animação conforme ao ideal burguês e pequeno-burguês da "descoberta" cultural como aventura individual, ou como subjectividade realizada, ainda que no desenvolvimento da "capacidade de relação"?



Foto POVO RURAL



viva a cultura! (ou a urgência dum projecto cultural)

LUÍS MARTINS
MÁRIO RIBEIRO

Passados que são cinco anos após Abril, nunca como agora, foi tão visível o isolamento e esterilidade da maior parte das actividades tradicionalmente consideradas como culturais, por um lado, e por outro a grande faixa da população entregue ao analfabetismo e ao obscurantismo e a incapacidade, daquelas, significarem uma acção de promoção cultural de um Povo de que é conhecido o seu passado próximo.

Com efeito nunca foi tão evidente, agora que se assiste à recuperação de certos valores que julgávamos enterreados, e contra os quais nunca foi desenvolvida uma acção cultural sistemática, ou se quizermos uma revolução cultural, a necessidade de uma cultura capaz de arrancar da ignorância, do obscurantismo e do subdesenvolvimento o povo português, para um futuro conscientemente assumido numa perspectiva de independência nacional.

QUE PROJECTO?

Esse projecto (ou não será) não sai duma folha de papel, mas fundamentalmente de uma prática.

Torna-se necessário contudo definir os grandes parâmetros e linhas orientadoras dessa acção, os grandes objectivos a necessitarem depois de espírito criador para serem traduzidos numa prática, igualmente inovadora, a partir do homem (todo) concreto a que se destina, no seu espaço físico-temporal e na comunidade em que se insere.

ACERCA DA METODOLOGIA

Essa prática deverá fundamentalmente ter um objectivo: *o de promover a discussão* (não só no sentido do dialogo oral ou da palavra escrita) mas no sentido mais geral de *dar expressão* aos conflitos (pequenos e grandes) que se levantam no trabalho, nos campos, na escola, no sindicato, em casa, etc.; de *problematizar* a vida, não no sentido de pôr problemas a uma vida que já por si é cheia deles, mas problematizar no sentido que ao fazê-lo se constata estarem criadas as condições para a resolução e superação dos problemas em causa. Trata-se de problematizar "desproblematizando", ou como diria Paulo Freire: "a realidade só pode ser modificada se o homem descobre que ela o pode ser, e que pode sê-lo por ele". Trata-se de pôr em causa a situação assumida como natural de que os outros falem e decidem por nós, de destruir essa "cultura do silêncio", ainda no dizer de Paulo Freire. Esse silêncio a que nos remetem(os) aliás contraditório com o sentir popular do nosso povo, com a sua capacidade

comunicativa, bem visível nas aldeias da nossa terra onde ainda é vulgar cumprir (dar a salvação) a toda a gente, bem visível nas nossas tradições de povo rural em que a pouca mobilidade das populações faz com que viagens (em comboios e outros transportes públicos) sejam misto de festa, euforia, oportunidade de comunicação (fala-se exageradamente alto), em que facilmente se estabelece a comunicação, em que se contam histórias passadas, com aquela facilidade única (em todo o mundo) de encontrar assunto e pretexto para comunicar.

O silêncio que a pouco e pouco nos invade através dos meios denominados de "comunicação", a falta de diálogo que eles provocam a todos os níveis (na família, entre gerações, na sociedade) face aos quais todos nos isolamos, impondo estes cada vez mais modelos "indiscutíveis" de vida, de toda uma "maneira de viver" que não tem nada a ver connosco com a nossa cultura, com o nosso povo e com o país que se reassumiu no 25 de Abril. Esta nossa arregimentação enquanto receptáculos passivos desses modelos de vida são negativos, menos pela mensagem intrínseca que veiculam, mais por nos impedirem de descobrir quotidianamente a nossa maneira de viver, de nos situarmos, de nos (re) inventarmos colectivamente com o povo.

Acentuar o isolamento a que estes meios se remetem (1) ao isolarem-se do Povo concreto a que se destinam, o mesmo é dizer ao afastarem-se daquilo que lhes deu significado e denominação-comunicação social — discutir ou fomentar uma problematização do "visual", descodificando a sua linguagem, na publicidade, na grande força social da imagem mesmo impressa, meios privilegiados de transmissão duma ideologia "evidente", "moderna", da Europa (ou da América) países "tão" avançados e onde "nós" queremos/temos de chegar.

Provocar a comunicação, romper com a esfinge esteriotipada que a pouco e pouco nos conquista, reconquistar o direito à diferença e à diversidade num país que é tão pequeno quanto heterogéneo, despoletar esse desejo que nos vai dentro do peito de falar, de dizer, de comunicar, de encontrar e de transformar é antes de mais o grande objectivo cultural e patriótico que se nos impõe.

OBJECTIVOS / BASE SOCIAL DE APOIO

Trata-se pois de fomentar "um olhar crítico sobre o que somos e fazemos", ou por outras palavras ser um factor no despoletar da comunicação, (de espaços e de canais de comunicação) a todos os níveis e em todos os locais, permitindo assim pôr a nú a evidência da luta de classes (no trabalho, na escola, no sindicato, na cooperativa, no clube do bairro, nas organizações populares, etc.) desagregando nas diferentes frentes a ideologia e cultura dominantes nomeadamente nos seus aspectos retrógrados e fascizantes.

Com efeito essa ideologia e essa cultura deve ser apresentada como objectivo fundamental desta prática/projecto, primeiro porque só essa discussão permite encontrar o que somos (e logicamente o que não somos) segundo porque só essa discussão será capaz de motivar (a partir do que somos) a discussão permanente (porque nunca terminada) do que queremos ser, mobilizando assim a única (possível) "base social de apoio" à construção duma tal prática/projecto que só poderá (e deverá) ser aglutinada em volta do *anti-fascismo*, devendo este ser entendido não como uma negação mecanicista do fascismo, mas antes como uma alternativa criadora à vida, um incentivo ao espírito inovador e empreendedor das populações, pelo florescimento duma cultura em que o homem todo seja o sujeito e a sua razão última.

Significará assim a (re)descoberta do trabalho, do prazer e de uma maneira mais consciente e feliz de estar no mundo assumindo assim o homem progressivamente o seu papel histórico de ser dono do seu destino.

É nesta prática quotidiana, é este sentir que um grande projecto cultural tem a ver com cada um de nós, com o que somos e fazemos em cada situação da nossa vida, e com a consciência que temos desta atitude, com a honestidade, com a clareza, com a abertura mas intransigência face a certas maneiras de estar, que se irá deslocando a linha de confronto e demarcando progressivamente, quem no fim de contas se empenha por transformar, transformando-se, dos que falando em transformação só o fazem para melhor a ignorarem. Daí que perceber em como o colectivo e o individual são aspectos da mesma realidade e da mesma luta e em que o futuro se não constroi isolado, mas que ele se encontra com os outros meus semelhantes, pela transformação quotidiana do que nos é comumente adverso. Perceber que a solução só pode surgir rejeitando o individualismo e enraizando o homem na sua comunidade provocando o desenvolvimento numa acção global e globalizante de acordo com o homem concreto construindo uma acção/cultura de acordo com a sua "cultura própria",

construindo um diálogo fecundo entre o passado e o futuro.

Trata-se de uma oposição às ambições colonialistas fascistas, descobrir a nossa terra, todas as suas riquezas, do Minho ao Algarve, às Beiras, às Ilhas, regiões tão desfavorecidas quanto isoladas quanto ricas em matéria de tradições dispare.

"Portugal pela sua diversidade geográfica e cultural é um campo fecundo de trabalho e que se "apresenta como uma aventura" apaixonante de descoberta e valorização da cultura de um povo que anseia e luta pela sua libertação do obscurantismo e expiração a que foi submetido durante largos anos" (2)

"Chegou a hora de fugir para dentro de casa, de nos barricarmos dentro dela, de construir com constância o país habitável de todos, sem esperas de um eterno lá-fora ou lá-longe a solução que como no apólogo célebre está enterrada no nosso exíguo quintal (3).

É na síntese da globalidade da acção humana, na acção quotidiana e concreta que se forja um grande projecto cultural capaz de dar forma a uma luta consequente e mobilizadora do povo português.

É este projecto (ou não será) que responderá a todos "que apenas pedem uma esperança sólida, um projecto que restitua ânimo e convicção às pequenas ou grandes lutas de um dia-a-dia desencantado quando não desesperante" (4).

É este projecto cultural aliás inseparável dum projecto democrático que urge não falhar. "Falhar qualquer deles é falhar os dois e conduzir o país de forma directa ou subtil para o limiar de soluções fascistas ou fascizantes" (5).

8 (NOTAS)

- (1) Ainda recentemente (Nov.78) o realizador de "Providence" Alain Resnais afirmava: "O cinema vai morrer em França. Passámos de 400 para 175 milhões de espectadores. Em Inglaterra é ainda bem pior... Fala-se de crise falando de jornais, de livros, da televisão, de teatro e de cinema... "In "Culture et communication" Revue du Ministère de la Culture et de la Communication, Nov.78
- (2) In "Intervenção" — "Um projecto de acção, estudo e documentação para o desenvolvimento cultural".
- (3) "Psicanálise mítica do destino Português" Eduardo Lourenço, Publ. D. Quixote.
- (4) Repensar a Esquerda. João Martins Pereira. Diário Popular, Dezembro 1978
- (5) As opções também (in)adiáveis da esquerda portuguesa. Eduardo Prado Coelho. In "O Jornal" 17.11.78.

INTERVENÇÃO

**aos meninos
às crianças
à canalha,
à seita malvada**

Ano Internacional Da Criança

a propósito

ALBERTO JÚLIO

Damo-vos o nome doce de meninos, de crianças; por vezes, mesmo sem termos nada de directamente relacionado com a vossa vinda a este mundo (este, digo bem, que foi o que nós vos preparámos), tratamos-vos mesmo por filhos. É quando estamos com acessos de ternura, ou de boa vontade, e nos apetece ser bons. Mais familiarmente, também vos chamamos putos — "os putos isto, os putos aquilo"... Mas quando não estamos de tão boa catadura (temos por vezes o estômago azedo, o olhar azedo, a vida amarga, o horizonte baixo, o dia entristecido) também vos apelidamos de canalha, de seita: canalha insuportável, seita malvada. Não sei se chegais bem a perceber destas minudências afectivas, destas gradações de cortesia.

Quem somos? Perguntais bem. Muitos de nós, nas horas mais felizes dos nossos dias ocupados de tarefas importantes, não teríamos dificuldades de maior em nos apresentar: somos professores e educadores, investigadores, cientistas, escritores, operários especializados, médicos, economistas, engenheiros, assistentes sociais, enfermeiros, doutores de vários nomes, técnicos de diversas técnicas, artistas, responsáveis disto e daquilo, políticos e, também, polícias, ministros, presidentes de, banqueiros — abreviando, adultos, senhores: senhores fulanos, senhoras donas. Uma tristeza. Pela lista podeis ver: nós não somos exactamente nós. Definimo-nos, deixamos que nos definam, por aquilo que fazemos, as mais das vezes aquilo que nos mandam fazer e que nós, contrariados, resignados, enfim, fazemos. É triste, vocês não acreditam ("a gente quando for grande faz o que quiser", não é?). Vocês não acreditam, isto aqui para nós, que ninguém nos oiça: ao ser grande, ao crescer, a gente perde tanta coisa, esquece-se de tanta coisa. Por exemplo, esquecemo-nos de quase tudo o que fizemos e dissemos (e quizermos) quando fomos pequenos por fora, assim como vós. Esquecemo-nos porque temos muito que fazer, muito em que pensar, mas as coisas ficam cá a roer, a roer, a arder como o borralho debaixo da cinza. E complicam-se: somos grandes e queremos ser pequenos, queremos voltar a ser pequenos, queremos nunca ter sido pequenos, ou então queremos ter sido sempre grandes, queremos ser os maiores. Não queremos é ser o que somos: pequenos que cresceram. Simplesmente cresceram, e não são nem os maiores nem os mais pequenos.



Somos complicados. As pessoas que lêem muitos livros, e grossos, dicionários, enciclopédias e etc., dizem que somos cheios de complexos. A gente aguenta. Eles lá sabem.

Sabeis, nós, os adultos, julgamos muito, e muitas vezes, o que vós, crianças, fazeis. Porque tomamos muito a sério — o que seria de nós, se não tomássemos? — o nosso *dever de julgar*. Isso faz-nos falta. Dividimos tudo em dois, em três, em quatro. Gostamos de dividir. O mundo, por exemplo, dividimo-lo pelo menos em dois: o vosso e o nosso. É claro que o nosso mundo engloba também o vosso, porque vocês, as criancinhas, precisam de protecção. E nós, de nos sentirmos donos. Mas se vocês sonhassem o que muitas das vezes se passa nas nossas vidas, nas nossas cabeças! As complicações que arranjamos uns com os outros e que cuidadosamente disfarçamos — para vossa segurança! Suponho que ficaríeis muito angustiados, sem perceber, afinal, em qual dos dois mundos assentais os pés.

Vós não vos apercebeis, talvez, mas é assim: muitos de nós, adultos, passamos grande parte do nosso tempo (sobretudo aqueles que nos sentimos encarregados de vos ensinar coisas: letras, algarismos, artes e artifícios, maneiras de viver), passamos, dizia, grande parte do nosso tempo preocupados em perceber-vos, em conquistar-vos, em compreender-vos, em ajudar-vos diria mesmo, cientes que estamos da amargura que é sermos em tudo,



ou quase, dependentes uns dos outros e vivermos obsecados em evitá-los ou em afastá-los. Em ajudar-vos, dizia. Em amar-vos, à nossa maneira, claro. Triste, tristissimamente — devido também às nossas múltiplas complicações — em dominar-vos. Em dominar-vos. É feio dizê-lo. As coisas feias dos adultos ficam no segredo dos adultos. Mas vós estais a crescer. Tende cautela.

Apesar de tanto esforço — adoramos significar que nos matamos de trabalho por vossa causa — e de tanto esforço autêntico, crede, muitas vezes aquilo que nos sai das mãos e vós é dirigido em teoria, na prática é só a nós que serve. Brinquedos: é um prazer, um gozo imenso que sentimos em atafulhar-vos as mãos e os pequeninos quartos onde vos encurralamos (nós precisamos de sossego, está certo) de quinquilharia de plástico, de perfeíssimos carros iguaizinhos aos nossos, de armas e blindados para vocês fingirem que matam como nós matamos, de bonecada feita à nossa (salvo seja) imagem e semelhança. E são um enchente de riso, para nós, as centenas de histórias que escrevemos (e a que chegamos a chamar *infantis*), mas a que, na verdade, só nós é que damos importância. E, de vez em quando, consagramos-vos uns Dias Mun-

diais e Anos Internacionais. Sois, então, muito importantes (o que é que nós faríamos sem vós?). Fazemos exposições com os vossos trabalhos, e apreciamos muito. Devoramos monumentalíssimas jantarcadas em vossa honra, e prescrevemos-vos regimes dietéticos racionais e nutritivos.

Não sei, não sei se com isto tudo estaremos, na verdade, a tentar compreender-vos, conquistar-vos, ajudar-vos, se não estaremos, só e mais, a separar-nos de vós, a separar-vos de nós, a dividir, só e mais, o mundo das crianças do mundo dos adultos, a dominar-vos.

E será então assim tão importante compreender-vos? Tão urgente?

É. É porque somos nós quem detém o *poder*. Não que vocês sejam, tenham ficado reduzidos à angustia vaga e vicentina dos nossos devaneios para-poéticos de serão: *mas as crianças, Senhor, porque lhes dais tanta dor, porque padecem assim?* Simplesmente vocês, as crianças, a canalhada, são (sem estes chavões sentimo-nos fechados no descampado mais ermo) o *poder futuro* (futuro não é o que não vem, é o que está a vir); mas nós somos o *poder presente* — *hic et nunc* como diz quem bem fala.



Nós detemos o poder de planejar e o poder de realizar. O poder político. O poder do dinheiro. Por isso é que é importante que pensemos em vós e vos incluamos na massa deste bolo. Teoricamente é assim. Só que há adultos e adultos, poder e poder. E entre nós — isto nem sequer é segredo, vocês podem saber — nem tudo são igualdades, liberdades e fraternidades: há uns adultos que têm, outros que não têm (vocês aprenderão mais tarde as percentagens), adultos que podem e outros que arreiam, adultos que mandam (normalmente os que têm e os que podem) e outros que obedecem, e bico calado.

E vocês, que vêm na onda, bebem pirolitos.

Não vos pedimos (isso era demais — desculpa por viverdes mal nas nossas cidades onde se respira um ar de peste, por não terdes jardins suficientes onde pudésseis amar cada árvore como se fosse uma pessoa com folhas verdes de cabelo e riso de flores. Não vos pedimos desculpa por vos enchermos as noites dos fantasmas esquartejadores dos nossos programas de televisão. Não vos pedimos desculpa por vos carregarmos os dias de preocupações e angústias escusadas ao querermos que aprendais o que nós aprendemos e só porque nós o aprendemos. Não vos pedimos desculpa

por serdes ainda doentes só porque nós somos imprevidentes ou ambiciosos ou pouco escrupulosos. Por terdes ainda fome. Por vos habituardes a pensar, com o nosso beneplácito, que casa de gente é só para os ricos. Por haver meninos que têm árvores e ar puro de encomenda, e tilmes bonitos, escolas-modelo, saúde, pão de todos os feitios e sabores e casas como nem sonhais. É que, da mesma forma que há adultos e adultos, também há crianças e crianças, estais a perceber?

Não podemos pedir-vos desculpa de nada porque — justiça nos seja — também não somos culpados de tudo. Arcamos com um peso de muitos séculos de pobreza, de ignorância, de desumanidade.

Queremos apenas dizer-vos (é, se calhar, este um dos nossos dias bons): meninos, crianças, putos, amigos: é assim, mas nós, os que sentimos uma espécie de náusea porque assim é, não queremos que seja, não queremos sobretudo que continue. Queremos (quereremos, quereríamos) mudar isto tudo, tudo.

Somos, tão só, uns pobres adultos insatisfeitos e aflitos porque vós estais a crescer, a crescer todos os dias e isto, caramba, isto não é mundo que se apresente.

INTERVENÇÃO

educação
sobre o ambiente

criação de um estado de espírito
para uma intervenção consciente
do indivíduo e da população

JOSÉ DE ALMEIDA FERNANDES

da Comissão Nacional do Ambiente Vice-Presidente do Comité
Director para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
do Concelho da Europa

O conhecimento da casa onde vivemos, as relações que temos com ela, o modo como a administramos, são questões fundamentais para a nossa própria sobrevivência.

Porquê?

A curiosidade própria do nosso espírito leva-nos a indagar sempre o porquê das coisas e, ao olharmos o mundo à nossa volta, nos dias que estamos vivendo, sentimos, mais do que sabemos, que qualquer coisa não vai bem na nossa casa.

Todos somos bombardeados pelo ruído agressivo das máquinas que inventámos, somos conspurcados pelas águas em que tomamos banho ou envenenados pela que bebemos para matar a sede, vemos morrer à nossa volta a natureza de que fazemos parte, incapaz de resistir às nossas agressões, sentimos a sufocação da monotonia e do isolamento provocado pela organização e pelo betão das cidades em que vivemos, respiramos e comemos sujeitos a um perigo permanente — a doença e a morte precoce. Porquê?

Porque construiu o homem um mundo à sua volta em que não se sente viver, um mundo que o destrói dia a dia, minuto a minuto? Porque reduziu todas as relações entre si a termos que se exprimem somente através de valores económicos, esquecendo os valores biológicos e culturais que são a essência mesmo da razão de viver? Porquê?

Porque baseou, desde os primórdios das civilizações históricas, todas as suas concepções exclusivamente nos conhecimentos da física e da química, particularmente na termodinâmica, aperfeiçoando cada vez mais a sua tecnologia que assim se transformou em instrumento-sinal-de-poder, esquecendo que havia todo um universo de condicionamentos que o limitavam — os condicionamentos inerentes ao simplicíssimo facto de que o homem é apenas uma espécie entre miríades de outras que constituem o manto vivo que envolve a Terra — a Biosfera?

Porquê?

Estas interrogações são algumas das muitas que podemos fazer quando olhamos a nossa casa e vemos o que fizemos dela: Estas são as questões fundamentais, entre outras, que nos colocam os graves atentados que durante séculos temos vindo a fazer, cada vez mais intensamente, ao nosso Ambiente.

Tudo isto vem a propósito de um novo aspecto da Educação — a *Educação sobre o Ambiente* ou *Educação Mesológica* — e também a propósito de se ter realizado em Portugal, de 14 a 21 de Outubro de 1978 um Seminário sobre Educação Mesológica na região da Europa Meridional organizado pelo Conselho da Europa e pela Comissão Nacional do Ambiente.

Este seminário situou-se numa trajectória iniciada

há 3 anos na Holanda, em que, a partir de uma base concreta, isto é, de um aspecto da realidade educacional numa região da Europa, se pretendeu estabelecer **METODOLOGIAS E PLANOS** que, por aproximações sucessivas, viessem a constituir um corpo coerente, mas adaptado às realidades concretas e aos diferentes aspectos que a Europa apresenta.

Numa primeira fase partiu-se de experiências já adiantadas de Educação Mesológica (E.M.) em países setentrionais, sobretudo referidas ao meio urbano, pelo que, o nosso Seminário surgiu como um passo intermédio entre aquelas experiências e a quase total ausência de metodologia educativa ambiental, característica da Europa Meridional, sendo ao mesmo tempo um traço de união entre o URBANO e o RURAL.

Tendo em conta que as finalidades da *Educação Mesológica* se podem consubstanciar na proposta seguinte:

— “Formar uma população que seja *consciente e preocupada com o ambiente* e os problemas que a ele respeitam e que possua os conhecimentos, as aptidões, o estado de espírito, as motivações e o sentido de empenhamento que lhe permita trabalhar individualmente e colectivamente para resolver as disfunções actuais do ambiente e a impedir que elas surjam de novo” (Carta de Belgrado — UNESCO), poderemos afirmar, à partida, que em Portugal estamos bastante afastados ainda destas finalidades.

É certo que estamos longe de possuir um corpo coerente de doutrina, quer a nível mundial, como ficou demonstrado em 1977 em Tbilissi, quer a nível Europeu, como se conclui da leitura dos relatórios finais dos três Seminários organizados pelo Conselho da Europa.

Num estudo do Concelho da Europa, “*L’homme face à son environnement*”, os autores MM. Epler, Wals e Aldridge, presentes no Seminário de Lisboa tomam a definição da União Internacional para a Conservação da Natureza — U.I.C.N. (hoje geralmente aceite, com as adições que se podem deduzir das conclusões da Conferência de Tbilissi) e acrescentam que a E.M. é *uma atitude de espírito e não um programa escolar* e que “este ponto essencial é hoje largamente aceite em todos os debates a propósito do trabalho escolar”.

A transferência para a prática escolar ou, de um modo geral, para todo o ensino incluindo o não formal, deste ponto essencial, torna-se particularmente difícil por variadas razões, entre as quais cumpre salientar:

1) a necessidade da elaboração de *programas de estudos*;

a preparação do professor;

III) as condicionantes sócio-económicas e culturais;

IV) a ausência da preocupação ambiental ao nível dos órgãos de decisão.

Desenvolvamos estes quatro pontos:

i) O ensino formal, tal como é concebido na maior parte dos sistemas educativos dos diferentes países, é ordenado segundo programas de estudo, geralmente dicotomizados em ramos e estes em disciplinas, divergentes e separadas muitas vezes por barreiras estanques.

Acontece que o ambiente entra nesta estrutura como algo que se acrescenta, ou a nível de curso superior ou a nível de disciplina.

Quer o curso, quer a disciplina, são iguais, na sua estrutura e finalidade, a qualquer outro curso ou disciplina, isto é, bem delimitadas com um curriculum dirigido à maior eficiência, à maior personalização. A interdisciplinaridade e a filosofia ambiental pluridisciplinar não lhes é imanente.

Há basilarmente uma lastimável confusão entre ambiente e poluição ou entre ecologia e conservacionismo e entre este e ambiente.

Por outro lado há também confusão entre estudo do ambiente e estudo do meio e quase sempre se encontra esquecida a relação *Homem — Cultura — Biosfera*.

Confundir Licenciaturas em Ciências do Ambiente ou Disciplina de Ciências do Ambiente com Educação Mesológica é perigoso e não conduzirá à finalidade desejada — a conscientização sobre o ambiente do homem individual ou colectivo.

ii) A preparação do professor ou, melhor dito, a im-preparação daquele, sobre quem recai a tarefa de transmitir os conhecimentos e despertar a consciência para os problemas, é notória.

O professor é normalmente o fruto de uma concepção anacrónica, estereotipada da Universidade.

Quem conhece a mentalidade clássica do Universitário dificilmente poderá conceber que possa organizar o seu ensino de modo que:

— todas as pessoas, estudantes e não estudantes possam ter acesso fácil ao ensino sobre ambiente;
— no quadro dos seus programas e dos seus cursos normais ponham em evidência as relações que existem entre cada disciplina ou profissão e os problemas urgentes do ambiente, sublinhando a contribuição que cada um pode trazer para a solução daqueles problemas.

Sendo o professor produto de uma estrutura anquilosada e na maior parte dos casos desenraizada dos problemas crescentes do país ou da região onde se encontra (em Portugal parece evidente este facto), como poderá ele, ser o fermento da nova consciência capaz de compreender que somos um elo na rede com-



plexa do sistema de interacções do mundo natural, cultural e social em que nos situamos? Nota: a excepções apenas confirmam a regra.

iii) Na sequência do parágrafo anterior inserem-se as condicionantes económico-sociais e culturais de cada conjunto da antroposfera.

O interesse da população pelos desafios postos ao ambiente depende do estadio do desenvolvimento económico do grupo social.

Por um lado o impacto sobre o ambiente é tanto maior quanto maior fôr o desenvolvimento, se bem que certos estados de subdesenvolvimento possam coincidir com fortes acções sobre o ambiente que acarretam situações irreversivelmente graves (v.g. desertificação).

Por outro lado o acesso à informação está ligado ao sistema cultural do grupo social assim como ao seu nível económico.

Deste modo o grupo social bem como os seus parâmetros económico e cultural são biunivocamente responsáveis pela oportunidade de formar a consciência em relação aos problemas do ambiente e pelo estado da qualidade desse ambiente.

Em termos de futuro, o modelo da sociedade que informa a organização do grupo social é também uma das determinantes da atitude individual e colectiva em relação ao ambiente.

Esta verifica-se sobretudo quando se tem de ter em conta o tipo de desenvolvimento económico-social adoptado pelo grupo social e as políticas para o realizar.

As bases culturais, independentemente das suas interrelações com o económico, determinam também a atitude do indivíduo e do grupo.

Toda a filosofia da Educação, sobretudo em termos de E.M., que não tiver em conta estas condicionantes, é uma filosofia desincarnada da realidade do grupo social onde se aplica.

Verificamos que aquilo que se passa na realidade

é, um pouco por todo lado, o prosseguimento da aplicação de uma filosofia da Educação que vem na sequência das filosofias do século XIX, em que as "luzes" da Ciência, o seu desenvolvimento em termos tecnológicos, provocaram um deslumbramento que vem cegando ainda muitos pedagogos e técnicos em Educação.

Uma reformulação do nosso conceito de Ciência e dos efeitos da aplicação dos seus resultados tecnológicos, em função dos novos conhecimentos trazidos sobretudo pela Ecologia, Psicologia, Sociologia, etc., será absolutamente necessária para criar uma nova visão do que se entende por *educar para o futuro*, em termos de ambiente.

iv) Na sequência do que dissemos acerca da importância do modelo de Sociedade no estabelecimento da política geral e concretamente da ambiental, depende da opção fundamental consignada na constituição e dos programas de Governo, aquilo que, na prática, se vem a concretizar nas opções que, em cada momento, os governantes têm de tomar, em coerência de acção.

Seja em sistemas de economia livre, concorrencial, seja em sistemas de economia planificada, as grandes linhas de actuação política terão sempre de optar, ou por um desenvolvimento à escala humana que respeite as leis da biosfera, ou por um crescimento a todo o custo até ao esgotamento final dos recursos naturais disponíveis.

Entre estes dois polos queda um espaço em que as forças políticas actuarão mais ou menos preocupadas com as leis que respeitam à conservação e protecção da qualidade do ambiente. As opções que sejam tomadas pelos órgãos de decisão serão cada vez mais democráticas quando reflectirem a *participação interessada, consciente e directa* de cada cidadão.

É na resolução ou ultrapassagem destas condicionantes, resumidas nos quatro pontos anteriores, que se poderá transformar a sociedade e o indivíduo no mais profundo da sua consciência e conseguir a atitude de espírito correcta em relação ao ambiente.

Como conseguir esta ultrapassagem no quadro do ensino, formal e não formal, num país como Portugal?

Portugal é um país europeu que começou há quinhentos anos a voltar-se para fora da Europa e desde então viveu o sonho imperial sem nunca dele ter extraído benefícios maiores do que alguns recursos e dinheiro para tentar equilibrar a sua economia.

País de império, não criou infraestruturas nem estimulou o crescimento compatível. Lançado para o mar, para as descobertas marítimas, nunca foi mais do que um entreposto ligando o norte da Europa, mais culto e industrializado, ao Oriente, mais tarde ao Brasil, por fim à África.

Povo de riquíssima tradição cultural, proveniente de um verdadeiro encontro de civilizações, não conseguiu nunca encontrar em si a força da grandeza peregrina. Acudiu sempre mais ao imediato em detrimento do planeamento e das opções a médio e longo prazo.

Desenraizado na Índia, nas Américas e na África é um migrante no mundo e no seu próprio país.

A passagem do português por essas paragens deixou marcas, em "torna-viagem" na paisagem do seu país. Casas, plantas, certos costumes, são hoje parte do património cultural do povo.

Aparentemente levado pela ambição do lucro, foi a incapacidade de fixação num solo hostil, com

pouca terra arável, de cultivo difícil e rendimento aleatório, a razão principal que fez emigrar o homem português do interior.

Foi o litoral a primeira meta e depois o mundo distante. Mais recentemente, após o surto de industrialização que se seguiu à 2ª guerra mundial, ficou em torno de dois polos principais — Lisboa e Porto, a maioria dos migrantes internos. Simultaneamente um terço da população activa emigrava para outros países da Europa.

A mobilidade é assim uma característica da população portuguesa, como de todos os povos mediterrânicos, o que torna mais difícil qualquer trabalho de educação em termos de o integrar no meio. Pedra que rola é com dificuldade que se afaz à nova cama.

Por isso é altura de fazermos a pergunta capital: como respondeu a *Escola* aos desafios que lhe foram postos no decorrer dos tempos? Que tipo de escola se originou e qual a que hoje forma o povo português?

Quem, como nós, vive a Escola Portuguesa não encontra certamente uma resposta satisfatória a esta pergunta.

O ensino sofreu, como era natural, as vicissitudes resultantes da evolução da própria sociedade portuguesa.

Raras foram as ocasiões em que a Escola foi o motor do crescimento cultural do homem lusitano e infelizmente foi, com maior frequência, o travão que impediu a criatividade e o avanço.

Que exemplo mais claro podemos encontrar do que o divórcio existente, nos séculos XV e XVI, entre a Universidade e os Descobrimentos. O fenómeno fundamental da vida de um povo passou ao lado da Escola, esta foi-lhe indiferente e vice-versa. Sagres e Coimbra nada tiveram a ver uma com a outra.

Ainda hoje, no último quartel do século XX, a Escola e a população estão convictos de que a função da primeira é fazer com que a criança armazene o maior número de conhecimentos sem se preocupar em inseri-las na realidade sócio-económica e cultural de que faz parte. As excepções confirmam, como quase sempre, a regra, como já o dissemos atrás.

Não se conclua, apesar de tudo, que a situação portuguesa é desesperante, longe disso!

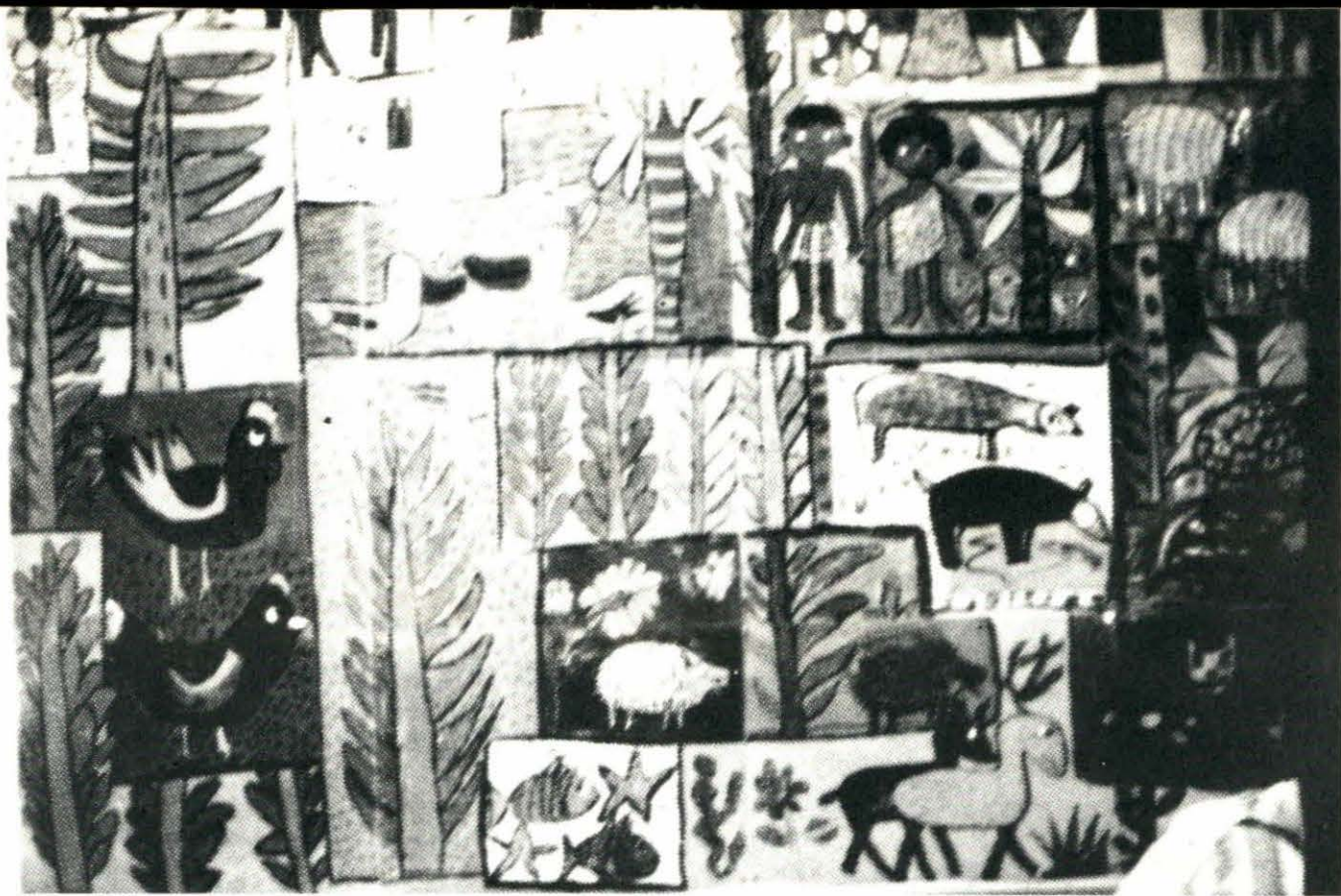
Se dividirmos a nossa análise por dois tipos de ensino, o *formal* e o *não formal*, tanto num como noutro há sinais muito positivos de mudança.

Onde verifica uma mais profunda modificação de metodologias e de temas é ao nível do Ensino Básico, quer se considere o Primário quer o Ciclo.

No Primário há um esforço muito sério no sentido da preocupação pela inserção da criança no Meio e a área "Meio Físico e Social" se fôr bem aproveitada nas suas potencialidades pode desempenhar um verdadeiro papel pioneiro na intervenção da criança no mundo próximo em que há-de viver.

Na reciclagem e aperfeiçoamento de professores, que decorreu no início deste ano lectivo, alguns milhares de educadores foram motivados para problemas importantes no domínio do Ambiente e a receptividade encontrada faz-nos ter esperanças no futuro — e o futuro está no ensino primário!

No Ciclo os esforços são mais dispersos. Como em todos os restantes níveis *quase tudo depende do professor!* Não continuemos a sonhar em vão com estruturas sofisticadas, meios abundantes ou apoio constante. É o professor, através da sua valorização pessoal e da sua iniciativa que conseguirá ser a pedra no charco do ensino em Portugal. Sejamos, pois, realistas!



Na Educação Visual e nas Ciências da Natureza contam-se já por centenas as experiências da "escola na vida quotidiana" e da "escola no meio".

Experiências isoladas ou do grupo, por aqui ou por ali, lutando muitas vezes com a incompreensão dos colegas, da escola e dos pais, mas quase sempre com o entusiasmo dos alunos, vão construindo um edifício que há-de alojar todos, dentro de mais ou menos tempo.

Ao falarmos na Educação Visual e Ciências da Natureza não estamos a esquecer outras experiências feitas em diferentes disciplinas — Português, História e Ciências Sociais particularmente. Naquelas, porém, tem havido o maior número de iniciativas.

Conforme subimos na escala parece que vai morrendo a criatividade e ao nível do Secundário e sobretudo do Universitário, o divórcio escola-vida, escola-meio, vai-se acentuando.

Naturalmente espera-se que em todo o ensino unificado se venham a fazer ajustamentos e modificações resultantes das deficiências detectadas. Os programas vão tentando introduzir a problemática ambiental nas suas preocupações, os responsáveis começam a ter consciência de algumas das carências existentes — aguardemos com esperança!

As reacções que se inserem no ensino não formal tem sido sobretudo da responsabilidade da Comissão Nacional do Ambiente através do Serviço Nacional de Participação das Populações que tem realizado:

- Acções da formação e informação junto de professores e alunos de todos os níveis de ensino e de diversas entidades interessadas em problemas ambientais, realizados no Continente, Açores e Madeira. Estas acções tem sido desenvolvidas a dois níveis: — sessões de exposição verbal de temas ambientais com vista à introdução progressiva do conceito de Educação Mesológica, motivadas com filmes e slides, seguidos de debate.

- encontros de três dias com um esquema fixo: Exposição temática — Excursão para estudo da região circundante — Debate dos problemas observados e questões de metodologia.

- Acções ao nível pré-primário:

Introdução a título experimental no curriculum das Educadoras de Infância da Escola João de Deus



da cadeira "O homem e o Ambiente"

- Acções ao nível do Ensino Básico e Secundário
- Sessões e debates em Escolas Primárias, preparatórias e secundárias

- Cursos (de 1 a 3 dias) em Escolas do Magistério Primário

- Sessões de apoio a cursos de reciclagem de professores primários

- Acções ao nível do Ensino Superior

- Cursos de sensibilização a Oficiais das Forças Armadas

- Acções diversas:

- Encontro de três dias e aulas de sensibilização em Escolas de Enfermagem

- Hospitais,

- Associações culturais e recreativas,

- Autarquias locais,

- Comissão de Moradores,

- Fábricas e outras empresas

- Promoção e apoio ao ajustamento dos programas de ensino formal, a matérias relacionadas com o ambiente, nomeadamente:

- "Introdução às Ciências Sociais",

- "Ciências da Natureza",

- "Ciências do Ambiente",

- "Biologia" (O Homem e o Ambiente)

- Apoio técnico e financeiro a associações privadas interessadas nos assuntos do Ambiente

- Produção de filmes:

- "Aconteceu silêncio" (filme sobre poluição sonora)

- "Habitat um desafio"

- Estando em preparação um filme "O Tejo, um bem de todos nós".

Estas acções cobriram durante o ano de 1978 cerca de 1/3 dos concelhos do País e houve contactos com cerca de metade.

Conclusão:

Um pouco por todo o país observam-se tentativas dispersas, sem estrutura, esforços isolados neste ou naquele estabelecimento de ensino, a nível de professor ou grupo de professores, experiências que permanecem ignoradas e acabam por ser abandonadas (algumas) por falta de estímulo e desinserção do contexto programático geral.

Por outro lado, a nível do ensino formal, as entidades vão tomando consciência da necessidade de um ensino que desperte para a participação através da criação de um estado de espírito aberto às coisas do Ambiente.

Que rumos e que possibilidades?

Em nosso entender será importante:

- o estímulo para que as experiências isoladas proliferem tendendo a integrarem-se num conjunto ordenado

- que as Ciências do Ambiente não sejam consideradas como Ciência à parte, mas se orientem sempre no sentido da interdisciplinaridade

- a reciclagem formativa e informativa dos professores integrada numa perspectiva de Ensino Permanente

- que a Universidade assuma finalmente o seu papel na preparação de investigadores técnicos, e pessoal docente conhecedores da realidade do seu País e da problemática da área onde irão inserir-se na sua vida

profissional

- como modo prático, a curto prazo, será útil a realização de Seminários integrados no aproveitamento dos tempos livres do pessoal responsável pelo ensino.

O trabalho é grandioso e á medida do desafio que nos é posto pelos problemas que afectam a qualidade de vida do povo português. Mãos à obra!

INTERVENÇÃO

consumidores parceiro social que ganha força

FRANCISCO MOTTA VEIGA

CHEFE DE REDACÇÃO DA PROTESTE, REVISTA
DA DECO — ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA
A DEFESA DO CONSUMIDOR.



Todos somos consumidores.

Todos os dias consumimos, por exemplo, alimentos em bom ou mau estado, bem ou mal acondicionados, caros ou baratos, salutareis ou não. Usamos roupa, tomamos remédios, servimo-nos de aparelhos eléctricos, de instrumentos de trabalho, etc. etc. que, como os alimentos, constituem artigos de consumo corrente.

Mas consumimos muito mais do que isso: somos consumidores dos transportes ou dos telefones que utilizamos, da informação que recebemos, dos serviços de saúde de que dispomos, da educação e formação que nos são fornecidos. E somos consumidores também do ar mais ou menos poluído que respiramos, do ruído que suportamos e até — numa visão global de todos estes aspectos — do tipo de vida que a sociedade em que vivemos nos permite.

Todos somos, de facto, consumidores mas os nossos interesses e direitos têm sido sempre determinados e assegurados (ou não) pelos que se colocam na posição oposta à dos consumidores: os produtores, os comerciantes, os responsáveis pelos serviços públicos.

Confiar em que tudo seja resolvido por eles dá o resultado que bem sentimos no nosso dia-a-dia: produtos muitas vezes estragados, caros, inúteis, que nos são impingidos por uma publicidade desonestas; serviços públicos que não servem o consumidor; uma sociedade onde a maioria tem uma vida difícil, em que mais sobrevive do que vive.

Estão em jogo interesses opostos — os de quem produz e os de quem consome — e têm sido sempre os primeiros a dominarem os segundos.

É um ciclo difícil de romper em que o consumidor é encarado apenas como fonte de lucro: fabrica-se, por exemplo, um produto qualquer, de que ninguém sente necessidade, de baixa qualidade, que prejudica a saúde e que faz gastar recursos que poderiam ser utilmente aproveitados. Mas monta-se toda uma máquina publicitária e de distribuição e pouco a pouco os consumidores vão experimentando, vão habituando e... passam a sentir-lhe a falta.

Se alguém enriqueceu com uma "novidade" destas não foi certamente o consumidor.

E somos nós — consumidores — que temos de



ESCREVA PARA «PROTESTE»

romper este ciclo da "produção para o lucro".

Rompê-lo exigindo produtos úteis, de boa qualidade, que não desperdicem os recursos cada vez mais limitados de que dispomos, que não prejudiquem a saúde, que contribuam para tornar a nossa vida melhor. Ou seja: exigindo os produtos que queremos e não os que a publicidade nos consegue impingir.

Como temos que ser nós, da mesma forma, a exigir serviços públicos ou privados que correspondam às nossas necessidades e que sirvam, de facto, os consumidores. Todos temos direito, por exemplo, à electricidade a preços razoáveis, como ao abastecimento de água em boas condições, como a uma rede de transportes públicos eficiente e cómoda que chegue onde mais falta faz, como a telefones que funcionem e que facturem apenas as chamadas feitas... E temos de exigir também o controlo de qualidade de serviços e preços de, por exemplo, oficinas de reparações ou mesmo de simples lavandarias ou cabeleireiros.

Tudo isto passa, no fundo, pela exigência de uma sociedade que promova a qualidade de vida, que preserve o ambiente e não desperdice recursos, que produza aquilo de que precisamos e crie serviços que tornem a vida mais fácil e melhor.

Romper o ciclo da "produção para o lucro" não é fácil. Mas pode e tem que ser feito no nosso dia-a-dia, numa luta conjunta de todos os consumidores.

Por isso é importante que se constituam organizações de consumidores, independentes e fortes, que defendam e promovam os seus direitos e interesses.

Como?

Antes de mais, informando os consumidores:

- Dando-lhes a conhecer, de forma isenta e objectiva, os produtos de que dispõem para que possam escolher os que mais lhes convêm.
- Tornando tão transparente quanto possível o labirinto comercial em que estão envolvidos por forma a não serem enganados.

- Fazendo-os usar os mecanismos de defesa que legalmente já existem.
- Incentivando o seu espírito crítico e contribuindo para que ganhem consciência dos seus direitos.
- Levando-os a uma cada vez maior intervenção em todos os domínios, exigindo o respeito pelos seus direitos e interesses.

Por outro lado as associações de consumidores são meios de pressão e crítica permanente junto das autoridades públicas e privadas levando-as a acatar progressivamente as exigências dos consumidores.

Mas podem e devem tomar também outras iniciativas concretas:

- Apresentando projectos de legislação que salvaguardem, de facto, os direitos dos consumidores.
- Fiscalizando, com os seus meios, o mercado.
- Lançando publicamente boicotes a produtos ou serviços prejudiciais e exploradores.
- Recorrendo aos tribunais para com empresas, comerciantes ou mesmo governantes que desrespeitem os consumidores.
- Intervindo em organismos nacionais ou internacionais onde possam representar os direitos e interesses dos consumidores.

Estão ao nosso alcance os meios para transformar muita coisa. E essa transformação tem que ser feita no nosso dia-a-dia, numa exigência permanente de respeito pelos nossos interesses. Não se chega lá esperando grandes melhorias de governos ou de salvadores. Nem, com certeza, encolhendo os ombros, resignadamente, a cada injustiça.

E não basta também a acção isolada de cada um de nós. É necessário lutar em conjunto.

Por isso se constituiu a Deco — Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor.

E por isso cresce todos os dias o número de consumidores que querem participar na defesa e promoção dos seus direitos.

Todos somos consumidores.

INTERVENÇÃO

publicar ou não publicar, eis a questão...

Algumas críticas amigas nos têm chegado no sentido de sermos mais selectivos no que publicamos.

Isto é, se até aqui ao colectivo central da Intervenção não têm surgido exagerados problemas no que diz respeito à decisão de publicar ou não, recusando nós, evidentemente, qualquer intenção de censura interna, a partir destes últimos números, os problemas têm-se avolumado.

Neste sentido aqui divulgamos esta discussão que basicamente assenta no problema dos critérios de publicação.

Vamos servir-nos de alguns exemplos (sem pretendermos logicamente fazer crítica da sua qualidade enquanto acções concretas).

Um consiste na carta enviada da Lousã por um grupo de amigos em que se enumeram algumas actividades que se não-de fazer no futuro.

Parece-nos que face a isto é de privilegiar para publicação, não o que se projecta fazer, mas fundamentalmente o que se fez e a sua análise e reflexão; a menos que o projecto de trabalho seja inovador nos seus pressupostos teóricos, na sua unidade conceptual, em que as actividades se interligam num enquadramento teórico, com objectivos e metodologias definidas.

Isto é se o projecto se apresenta como uma intenção de traduzir uma prática de animação socio-cultural, que não tem nada a haver com a realização de meia dúzia de actividades desligadas, sem definição de objectivos explícitos.

Outro exemplo diz respeito ao trabalho enviado pelo nosso delegado em Viseu sobre as "Actividades efectuadas pela Casa de cultura da Juventude/FAOJ de Viseu" em que na carta enviada junta nos afirma "...ciente das responsabilidades que me cabem como delegado da Intervenção em Viseu junto envio...". Sublinhando o interesse que tem para a Intervenção o espírito de responsabilidade e militância deste delegado de que a Intervenção muito lucra, o trabalho que envia (que não sabemos se é da sua autoria ou é relatório oficial da Casa de Cultura) é significativo para o que queremos afirmar.

Embora o objectivo principal da Intervenção seja a divulgação das manifestações culturais de base e das associações populares, não achamos que adulteremos os nossos objectivos publicando o trabalho desenvolvido por organismos oficiais ou para-oficiais. Esse não nos parece ser o problema, embora alguns amigos nos tenham criticado afirmando que os organismos oficiais já são privilegiados, porque tem outros meios de divulgação do seu trabalho (o mesmo se poderia dizer no último número o trabalho da Casa de Cultura de Caldas da Rainha).

Contudo este não nos parece ser o problema. Primeiro se o trabalho for inovador, cabe à Intervenção divulgá-lo, tanto quanto cabe ao Estado definir e concretizar uma Política Cultural. Depois, porque mesmo estas "Casas de Cultura" têm estatuto que em prin-

cípio lhes dão autonomia, e não são organizações estatais propriamente, contudo, melhor que nós, os animadores que trabalham nestas casas de Cultura saberão pormenores, que nós ignoramos e como tal, não gostaríamos de nos pronunciar sobre isto.

Mas, como já dissemos, não nos parece ser este o problema; a questão que se põe é quanto aos relatórios apresentados. E alguns parecem-nos pecar por aquilo que denominaríamos de "relatórios administrativos" atafalhados de "números", de "dados", de "coisas feitas", de "quantidades de iniciativas", sem se vislumbrar o porquê o paraquê, que género de estratégia, onde se pretende chegar, apresentando-se antes um somatório de actividades sem continuidade entre si, desligadas sem uma estratégia a dar-lhes unidade.

Sem um substracto teórico (explícito), privilegiando-se o número de espectáculos e espectadores, e as actividades "para". A quantidade, com números aos milhares de expectadores. Enfim, sem uma reflexão sobre o que se fez, com que a dizer-nos os números falam por si.

E em cultura, as coisas não se passam assim. Não sabemos se esta posição pode parecer muito rígida e exigente, mas a exigência é uma condição de qualidade e tanto mais que esta posição, não é, *logicamente, definitiva*.

Cabe às associações, de que a Intervenção é o órgão, definir estes critérios e não aqui ao colectivo central. *A discussão está aberta.*

Até lá continuaremos a publicar por ordem de chegada à redacção. Esperamos que esta discussão pegue rastilho e aqueles amigos que aqui e ali nos fazem críticas neste âmbito, tentem explicitá-las por escrito, porque de contrário não podemos tê-las na devida conta. Sem crítica e discussão permanentes a "Intervenção" não o será.

O N.º 12

da

INTERVENÇÃO

Sai em Julho

informação informação informação

INTERVENÇÃO
informação



a lei do analfabetismo

LEI - 3/79 — Eliminação do Analfabetismo.

Com data de 10 de Janeiro saiu no D. República a Lei da Eliminação do Analfabetismo que transcrevemos na íntegra. Intervenção contava apresentar neste número a descrição dos trabalhos desenvolvidos e a desenvolver com vista à concretização desta Lei. Pelo âmbito destas acções não nos foi possível publicar, neste número, esse trabalho. Contudo no próximo número contamos apresentá-lo. Para já é de salientar a candidatura ao CNAEBA, das associações SPU — Semear para UNIR (Ex-GTAA) — e CEEC — Centro de Estudos Educação e Cultura — ambas as candidaturas são apoiadas pelo Grupo Promotor do 3.º Encontro e pela Intervenção.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 3/79
de 10 de Janeiro

Eliminação do analfabetismo

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 164.º e do n.º 2 do artigo 169.º da Constituição, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Princípios)

1—Incumbe ao Estado, nos termos da Constituição, assegurar o ensino básico universal e eliminar o analfabetismo.

2—A iniciativa do Estado deve concretizar-se pela acção conjunta dos órgãos de administração central e local, com respeito pelo princípio da descentralização administrativa.

3—O Estado reconhece e apoia as iniciativas existentes no domínio da alfabetização e educação de base nos adultos, designadamente as de associações de educação popular, de colectividades de cultura e recreio, de cooperativas de cultura, de organizações populares de base territorial, de organizações sindicais, de comissões de trabalhadores e de organizações confessionais.

ARTIGO 2.º
(Definição e âmbito)

—A alfabetização e educação de base são entendidas na dupla perspectiva da valorização pessoal dos adultos e da sua progressiva participação na

vida cultural, social e política, tendo em vista a construção de uma sociedade democrática e independente.

2—O processo de alfabetização desenvolve-se a partir da aprendizagem da leitura e da escrita, acompanhada de outros programas de educação não formal de interesse para os adultos

3—A educação de base implica, numa primeira etapa, a preparação correspondente à prova de avaliação do ensino básico elementar e, posteriormente, a definição de *curricula* adequadas aos adultos, a nível dos outros graus da escolaridade obrigatória.

ARTIGO 3.º

(Plano Nacional de alfabetização
e Educação de base nos adultos)

1—A actividade do Estado em matéria de alfabetização e educação de base dos adultos é defendida no Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos.

2—O Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos tem como objectivo a eliminação sistemática e gradual do analfabetismo e o progressivo acesso de todos os adultos que o desejem aos vários graus da escolaridade obrigatória.

3—O Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos deve ser coordenado com as políticas de desenvolvimento cultural e de animação sócio-cultural e integrado num plano mais amplo de educação de adultos, a definir pelo Governo.

4—O Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos determina as grandes metas da alfabetização e da escolaridade base dos adultos e os meios para as atingir, bem como os respectivos agentes e programas de acção.

ARTIGO 4.º

(Elaboração do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos)

1—A elaboração do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos imcumbem ao Governo, com a participação do Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos a fim de possibilitar a intervenção das autarquias locais e, de forma geral, de todos os interessados em colaborar na sua realização.

2—O Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (CNAEBA) participa na elaboração do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos através de pareceres sobre as questões que lhe sejam submetidas pelo Governo e através de propostas que julgue oportuno apresentar aos órgãos governamentais competentes.

DESTACÁVEL

INTERVENÇÃO

(1) sons para construir

DOMINGOS MORAIS *prof. Escola Superior da Educação pela Arte*

JOSÉ PEDRO CAIADO *prof. Escola Superior da Educação pela Arte*

CARLOS GUERREIRO *prof. Centro Helen Keller*

fotografias de MÁRIO DUARTE *animador cultural*



*“Não é necessário muito tempo
para comparar o comportamento de uma criança
com um instrumento ‘pedagógico’
que se lhe põe à sua disposição,
e o que acontece com um instrumento
que ela própria construiu
(e mesmo por vezes imaginou, em parte ou na totalidade)
para compreender o interesse da construção
de instrumentos musicais por crianças”*

Jacques Remus

INTRODUÇÃO

A construção de instrumentos musicais, por crianças, é um vasto campo de actividade que poderá enriquecer a expressão e experiência infantil.

Tentaremos dar sugestões de fontes sonoras elementares, e de instrumentos musicais realizáveis por crianças entre os 6 e os 12 anos de idade, através de fichas de construção.

A construção da maior parte dos instrumentos, não necessita da ajuda do adulto, sendo até desejável que a criança depare com dificuldades que a levam a pesquisar e perguntar os processos e materiais mais indicados para cada tentativa experimental. O papel do educador será ajudar a criança a ultrapassar essas dificuldades, propondo novas experiências e dialogando com ela sobre as suas descobertas.

Para o educador, incluímos alguns textos que o ajudam a integrar esta actividade no processo educativo global da criança, consoante as diferentes idades e situações em que o trabalho se realiza.

As fichas foram experimentadas com várias idades e em diferentes situações, tendo sido modificadas a partir dos resultados obtidos.

Para as crianças entre os 3 e os 6 anos, a utilização destes instrumentos, que ainda não podem construir, é desencadeadora de situações expressivas muito ricas. Com eles a criança canta, dança, cria ambientes sonoros para os seus jogos. Uma prateleira ou caixa com instrumentos sonoro/musicais que vai sendo enriquecida ao longo do ano, passa a ser um local a que as crianças recorrem cada vez mais.

A partir dos 7 anos, já é possível começar a construir os primeiros instrumentos. Algumas ferramentas, uma mesa forte e materiais que se conseguem em casa, oficinas e lojas próximas, materiais naturais e recuperados, é o suficiente para começar.

Não pretendemos limitar as experiências às fichas. Elas poderão ser um ponto de partida, estando agrupadas por famílias (idiofones, membrafones, cordofones e aerofones) e dentro destas por grupos que correspondem a diferentes processos de produção do som instrumental.

Se a criança compreender os princípios acústicos de um determinado grupo de instrumentos, a invenção das formas e materiais será facilitada. Não pretendemos que ela reproduza os instrumentos propostos, mas que consiga encontrar as suas próprias formas, e, dominando progressivamente os segredos do som instrumental, consiga prever na fase de construção, o resultado final que quer obter. (Klaus WACHSMANN — 21)

À semelhança de outras actividades expressivas a construção de instrumentos, é um meio de despertar na criança as suas capacidades de iniciativa e realização através de uma prática artesanal de aproveitamento e transformação de materiais. A sua ligação a outras actividades como a expressão musical, o movimento e o drama, a expressão plástica e a construção e utilização de máscaras e fantoches, contribui para um enriquecimento destas, que quando interligadas, respondem à necessidade de as crianças e jovens se expressarem através dos meios decorrentes das artes. (READ — 15).

Não incluímos alguns instrumentos, que a nosso ver só poderão ser construídos por jovens a partir dos 10/12 anos. É o caso, nos idiofones, dos xilofones e metalofones de altura definida; nos membrafones, dos tambores de pele em que o corpo do instrumento e tensão das membranas recorrem a processos mais elaborados; nos cordofones, dos instrumentos de corda com caixa acústica e braço, perfeitamente equilibrados; nos aerofones, das flautas de bisel e transversal com afinação rigorosa. Instrumentos mais fáceis de realizar e que pertencem ao mesmo grupo dos não incluídos, substituímos-nos. Num outro trabalho dedicado aos jovens, incluiremos esses e outros instrumentos, com propostas de utilização, mais de acordo com os interesses específicos dos adolescentes.

No entanto, podemos constatar que a maior parte dos instrumentos agora propostos, são construídos e utilizados por jovens com quem trabalhamos.

Os instrumentos populares de todo o mundo, são a fonte inesgotável a que recorremos e que nos entusiasma a fazer este trabalho.

Escolhemos aqueles que, além de serem utilizados por adultos, o são também pelas crianças, ou mesmo só por estas (ERNESTO V. OLIVEIRA — 10) como tantas vezes acontece quando uma comunidade se transforma, deixando algumas actividades e manifestações de se realizar, e com elas, os objectos que as acompanham. Estes, ou se transformam, respondendo às novas necessidades, ou são esquecidos, permanecendo, apenas em alguns casos nas camadas mais jovens que os continuam a utilizar "para os seus jogos e ritos da sua própria mitologia infantil". (FERNANDO ORTIZ — 12)

Em Portugal, o isolamento das comunidades rurais, permitiu que se conservassem até aos nossos dias, em particular nas crianças, muitos jogos, rimas, canções e lengalengas, e também brinquedos, que constituem uma herança cultural que não pode ser menosprezada. (JORGE DIAS — 4). Eles continuam a ser potencialmente válidos, mesmo quando desligados dos aspectos circunstanciais que os criaram, como temos verificado com crianças e jovens que os utilizam com agrado, transformando-se de acordo com o tempo em que vivem.

A construção de instrumentos musicais ou simples fontes sonoras elementares, é uma actividade, que tendo uma longa tradição entre as crianças e jovens do nosso País, poderá facilmente reviver nas escolas e centros de actividades expressivas.

Em qualquer local, utilizando materiais e ferramentas acessíveis, a sua difusão dependerá do interesse que os educadores, e animadores tiverem em os propor às crianças e jovens com quem trabalham.

“Aprender música qual o significado comum?

Demorar-nos sobre considerações teóricas que parecem à primeira vista esotéricas, afastadas como estão de uma prática; sofrer com um instrumento tecnicamente difícil e pouco compensador; esforçar-se por ser capaz de reconhecer os sinais convencionais que dão acesso a uma linguagem convencional; esforçar-se por ser capaz de soletrar algumas frases, que se arrumam melhor ou pior na memória.

Tudo isto afasta a criança em vez de a atrair, faz-lhe considerar como não útil o que a obrigam a aprender, quando deverá sentir a alegria libertadora da criação e da expressão pessoal.

Porque não começar pelo contacto com o material sonoro mais imediato, aquele que se encontra ao alcance da mão — não poderá qualquer objecto de ocasião ser transformado num instrumento para fazer música? Porquê ignorar os instrumentos de percussão mais directos e elementares, que são as mãos e os pés? Porque não utilizar a voz como o fazemos todos os dias, cantando, mas também sussurrando, gritando, conversando?

Porque não tomar consciência, para começar, da respiração, esse ritmo primordial da vida?”

Pierre Boulez (2)

EXPRESSÃO MUSICAL E CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS

1. A voz e a percussão corporal (o bater das palmas e dos pés por ex.), acrescidos da utilização de instrumentos mais ou menos elaborados, são os “materiais” de que nos servimos em música (MARGOT DIAS — 5)

Os dois primeiros, são sem dúvida os mais importantes, e é a partir deles que a expressão musical da criança se poderá desenvolver. Os instrumentos são um complemento dessas capacidades

naturais, ao possibilitarem uma enorme diversidade tímbrica, de intensidade, de duração e de registos (agudos e graves), impossíveis de atingir pelo corpo humano.

A atenção dos adultos, deve, portanto, voltar-se em primeiro lugar para o desenvolvimento vocal e corporal das crianças. A exploração da voz através do controle da respiração, da fala expressiva e entoada; o bater das palmas e dos pés, dos joelhos e estalos de dedos, aliados ao movimento, a jogos rítmicos e acompanhando a voz, são determinantes no desenvolvimento expressivo e psicomotor da criança. (ARQUIMEDES S. SANTOS — 18)

A utilização de instrumentos e a sua construção, são consequência natural dessas actividades. Quando a criança percute uma castaneta de cana ou tambor, os motivos e frases rítmicas experimentadas com palmas ou marcados pelos pés enquanto se movimentava, vão aparecer com um novo timbre; quando percute as lâminas ou canas de um xilofone ou dedilha as cordas de uma cítara, vai tentar encontrar a lenga-lenga ou a frase melódica que já experimentou. Mas também se vai dando conta que os instrumentos lhe proporcionam novas possibilidades. Com a castaneta consegue novas figurações rítmicas, e o tambor ao ser percutido pelas duas mãos ou quando utiliza diferentes baquetas, produz sons diferentes. Se trocar a ordem das lâminas ou canas do xilofone, ou escolher apenas algumas delas, ou se deslocar as pontes que determinam a altura da cada uma das cordas da cítara, a criança escolhe o “material” melódico com que vai trabalhar. Quando fricciona o arco na corda do “violino”, apercebe-se que pode sustentar o som durante um tempo superior à sua expiração, e dedilhando-o, vai poder encontrar uma frase melódica ou uma canção que já conhece.

Com outros instrumentos, a criança reconhece sons que lhe são familiares desde os primeiros anos de vida, quando percutia, esfregava ou sacudia todos os objectos que encontrava. (GESELL — 6) As maracas, os recos, as lixas, os ticletis, as claves e os genebres são alguns deles, que agora utiliza realizando frases rítmicas e texturas sonoras, que juntamente com todos os outros instrumentos vão servir a expressão musical, o movimento e o drama. Os instrumentos de ar (aerofones), são também muito importantes e ao transformar o sopro da criança em som, ajuda-a a controlar a respiração, e a colocar a boca e os lábios nas posições mais adequadas a cada um deles.



2. Parece-nos necessário considerar três níveis na construção de instrumentos:

- a) Utilização directa de materiais e objectos
- b) Fontes sonoras elementares
- c) Instrumentos musicais

a) Por utilização directa de materiais e objectos, entendemos a exploração sonora que a criança faz com diferentes matérias — madeira, metal, vidro, papel, cordas e elásticos, pedras e água — e objectos como pregos, latas, bidões, caixas, garfos, garrafas e copos, bilhas de barro, panelas e tampas, sacos e caixas com grão, pedrinhas e tantos outros. É entre os 3 e os 7 anos que este nível é predominante. A criança começa por explorar os materiais e objectos que tem à mão. Se o som lhe interessa, repete-o e joga com ele. Mais tarde voltará a procurar materiais e objectos idênticos, sempre que tiver necessidade deles para os seus jogos. Vai tendo um conhecimento prático das possibilidades sonoras dos materiais e encontrando palavras para os distinguir: (WALLON — 22) som de madeira, de metal, de pele, de pedras, de água, é a forma como distingue os diferentes timbres; comparando os sons, organiza-os em graves e agudos e é capaz de os ordenar por alturas. Alguns sons são mais fortes que outros a que chama fracos, e o tempo que um som se ouve é curto ou longo. Experimenta um mesmo som numa sala e ao ar livre e verifica como o espaço é importante.

É desta forma que a experimentação de materiais e objectos e a sua utilização lúdica pela criança, possibilita a aquisição de uma linguagem adequada ao som. O meio ambiente sonoro em que a criança está mergulhada, leva-a desde muito cedo a distinguir os sons da rua, de casa, da cidade, e do campo. É capaz de os identificar e recriar, fazendo-o mesmo espontaneamente nas suas brincadeiras. (CHATEAU — 3)

"Todas as espécies superiores, expressam as suas emoções pelo movimento (...). A maior parte dos movimentos emocionais são audíveis. No entanto, os "primitivos" bateram com os pés no chão e percutiram o corpo sem terem consciências do acompanhamento sonoro como um fenómeno separado. Foi necessário um longo processo para esses sons serem intencionais e através deles intensificarem a estimulação."

Eles conseguiam vários efeitos desses movimentos simples: palmas abafadas com as mãos em concha, palmas fortes com as mãos estendidas, pancadas no chão com os calcanhares ou os dedos dos pés, percutindo partes do corpo mais ou menos carnudas. Todos estes matizes contribuíram para o aparecimento de uma música pré-instrumental."

Kurt Sachs

b) Fontes sonoras elementares

A escolha de determinados materiais e objectos para produzirem som, introduzindo-lhes pequenas modificações, caracteriza este segundo nível.

Não é qualquer pedra, bocado de madeira ou cana que serve. A criança começa a coleccionar alguns deles que pela sua sonoridade, forma, dimensão e peso, merecem em alguns casos serem exclusivamente utilizados para produzir som. (MEARS e MARLOW — 8)

A maior parte dos instrumentos propostos nas fichas de construção, situam-se neste nível.

As transformações a introduzir nos materiais são poucas, e realizáveis com ferramenta elementar e acessível (serrote, martelo e pregos, berbequim, limas, etc...)

Tem lugar a classificação das fontes sonoras, consoante o material vibrátil, em idiofones (é o próprio corpo do instrumento que vibra), membrafones (é uma membrana elástica), cordofones (são cordas tensas) e aerofones (é o ar em vibração).

Experimenta tocar os instrumentos, percutindo-os de diferentes maneiras, com as mãos e baquetas (de madeira, pano, cortiça, borracha), e constrói ressoadores que amplificam o som e/ou o transformam. É capaz de afinar uma placa de xilofone e um tubo de metal até conseguir um som determinado; consegue construir o bisel de uma flauta transversal ou de um pífaro, abrir os buracos no tamanho e lugar conveniente para conseguir determinados intervalos. Ensaia diferentes processos de prender as membranas (de papel, plástico ou pele) e de fazer variar a sua tensão.

Os instrumentos de corda são testados com nylon, cordel e arame de aço, e recorrendo a cordas fabricadas para outros instrumentos como guitarras, pianos, violas e violinos; constrói caixas acústicas que amplificam e caracterizam o som, e arcos de linha de algodão ou crina, que esfrega com resina, para conseguir o atrito suficiente para as cordas vibrarem.

É através das fontes sonoras elementares que a criança até aos dez anos realiza a maior parte das suas experiências musicais com o som instrumental, fontes sonoras que ela própria constrói e vai progressivamente dominando. A expressão musical através da voz e do canto, do domínio corporal, e da construção e utilização de instrumentos, vai fornecendo à criança os meios de desenvolver a sua musicalidade, vocabulário e escrita sonoro-musical.

c) Instrumentos musicais

A partir dos dez anos, é possível começar a construção de verdadeiros instrumentos musicais. O domínio de processos de afinação, o recurso a ferramenta mais eficaz e a planos de construção com indicações precisas sobre a qualidade dos materiais (canas, madeiras, metais, peles) aliado a uma prática musical viva e culturalmente diversificadas, que inclua a música de outros povos e culturas, motiva o jovem a lançar-se na construção de instrumentos que respondam às suas necessidades de criação e se adaptem às formas e géneros musicais que aborda.

Os instrumentos de tradição popular portuguesa, e também outros instrumentos utilizados...

pelos povos de todo o mundo, são projectos aliantes de trabalho e de contacto vivo com uma prática musical popular.

As novas linguagens musicais, derivadas de uma estética contemporânea e de novos meios de expressão e comunicação como a rádio e o cinema, as possibilidades oferecidas pela electro-acústica e técnicas de divulgação e registo do som (disco, bobine e cassette), são também motivadoras da construção e pesquisa instrumental.

3. Instrumentos musicais para crianças

A utilização de instrumentos musicais que a criança não pode construir, e que foram idealizados para serem utilizados por ela, não pode ser esquecida.

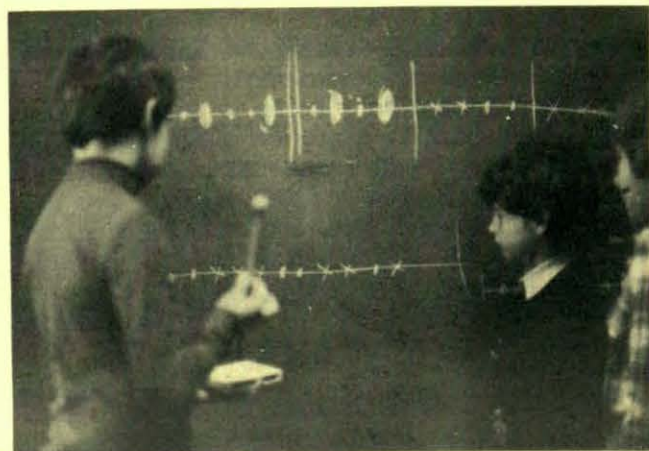
Os xilofones, os metalofones e jogos de sinos, os tamboretes, timbales e bombos do "instrumentarium Orff" a flauta de bisel, dificilmente podem ser substituídos por outros. Mas o seu preço dificulta a sua difusão. Estamos a tentar torná-los mais acessíveis, recorrendo a materiais e artifícios portugueses.

Os educadores devem recorrer aos instrumentos populares existentes na sua região, convidando músicos e artífices a tocar e construir instrumentos para as crianças. Acreditamos que esse é um dos trabalhos prioritários a empreender por todos os que acreditam e querem uma escola para o povo e pelo povo, contribuindo para o desenvolvimento e afirmação da cultura popular.

4. Vocabulário e escrita sonoro-musical

A expressão musical da criança deve ser acompanhada pela aquisição de um vocabulário adequado ao som e de uma escrita simbólica. É através de um vocabulário exacto, adquirido pela experiência concreta que a criança começa a "operar" nas suas experiências sonoras. (JEAN PIAGET — 14) No início, a distinção entre graves e agudos (altura), curtos e longos (duração), fortes e fracos (intensidade) e metal, vidro, madeira, pele (timbre) é o suficiente.

Parece-nos possível, mesmo para educadores sem grande formação musical, ajudarem as crianças a inventarem as suas próprias notações. "O recurso ao simbolismo gráfico resultará, na sequên-



... "O primeiro passo (no aparecimento dos instrumentos musicais) foi substituir a superfície natural percutida (quer dizer, o corpo ou o chão) por uma superfície artificial, e só depois um segundo passo, ao substituir a acção percutiva das mãos por um meio artificial (baquetas).

Kurt Sachs

cia natural das actividades expressivas, da necessidade das crianças registarem graficamente as suas realizações e poderem trocar as suas experiências. As próprias crianças deverão encontrar os símbolos adequados a cada situação e progressivamente chegar a um simbolismo gráfico mais exacto. Não se trata de introduzir a notação musical estandarizada através de um método ou progressão, mas de estimular o desejo do seu conhecimento futuro" (D. MORAIS — 9)

As propostas de notação deverão ser transformadas e adaptadas a uma prática musical viva que dificilmente se pode compartimentar ou prever. Quanto maior for a maleabilidade das crianças e educadores de criarem e compreenderem diferentes notações, mais fácil se tornará o acesso a uma notação musical mais precisa, que incluindo a notação "tradicional", se abre também à escrita musical de outros povos e à música contemporânea. (J. PAYNTER — 13)



... "Entre os instrumentos mais antigos encontramos as soalhas presas ao corpo, usadas por "primitivos" modernos e por caçadores do Paleolítico, demonstrada por escavações em estratos pré-históricos. Eram construídos e utilizados para acentuar a dança — quer dizer, uma actividade complexa, na qual os movimentos da cabeça, dos braços e do tronco, não eram audíveis sem um meio auxiliar".

Kurt Sachs



FICHAS DE CONSTRUÇÃO — SUA UTILIZAÇÃO

A utilização das fichas terá de ser encontrada por cada educador consoante as situações e crianças com quem trabalha.

Uma das formas que propomos, é destacar as fichas, protegê-las por uma capa ou saco de plástico à medida, e arrumá-las numa caixa de papelão. As crianças e os jovens poderão escolher o instrumento que querem construir, retirando a ficha correspondente, que tem as indicações necessárias para o realizar. Várias crianças poderão construir ao mesmo tempo instrumentos diferentes por este processo. O educador poderá também escolher as fichas que se adaptem melhor às idades das crianças e aos materiais e ferramentas que têm ao seu dispor.

Outra forma possível consiste em propor a um grupo de crianças a construção de poucos instrumentos de cada vez (um a três), escolhidos pelo educador. Este processo dispensa as fichas de construção que apenas servem ao educador para experiências de construção e programação do trabalho. O educador deve dar indicações precisas sobre os materiais e ferramentas a utilizar, e recorrer a esquemas de construção ou demonstrações práticas. Instrumentos já construídos e que as crianças experimentam tocar é outra forma de os motivar, dispensando as fichas que também neste caso só são utilizadas pelo educador.

Algumas educadoras preferem motivar as crianças a fazer experiências de construção sem recorrer a fichas, instrumentos já construídos ou esquemas.

Experimentámos em algumas situações trabalhar desta forma que resulta em pequenos gru-

pos e nos parece a mais adequada para idades entre os 5 e os 8 anos. A partir desta idade, as crianças precisam de indicações técnicas mínimas que as ajudem a superar dificuldades que sózinhas não conseguem resolver. No entanto, e seja qual for o método utilizado, o educador deverá a nosso ver dominar a construção de todos os instrumentos propostos, que foram pensados de forma a cobrir a quase totalidade dos processos de obtenção do som instrumental, sem contar com os instrumentos electro-acústicos.

... "A voz e o bater das palmas, podem certamente considerar-se as primeiras formas instrumentais usadas pelo homem, desde os tempos mais remotos, e que se encontram em muitas sociedades. Além dessas formas naturais, porém, desenvolveram-se através dos milénios instrumentos musicais mais ou menos bem elaborados, com os materiais que o ambiente natural fornece, e conforme a evolução técnica dos diferentes povos. As influências de outras culturas são aproveitadas, e os instrumentos difundidos sofrem transformações dependentes das possibilidades e condições locais".

Margot Dias

NOMENCLATURA

Os nomes dos instrumentos, foram escolhidos segundo os seguintes critérios:

- Nome do instrumento popular português igual ou similar (p.e. Reque-reque, claves, mum-mum).
- Nome do instrumento igual ou similar (p.e. bloco, bongos, harpa).
- Nome dos materiais e processos de obtenção das vibrações sonoras (p.e. metalofone, xilofone, lame-lofone)
- Onomatopaicas (p.e. ticletis, muge-muge).

Com crianças até aos oito anos, não se põe o problema de uma nomenclatura rígida. As onomatopaicas e alguns nomes, mais vulgares servem para diferenciar as experiências realizadas. A partir dos oito anos, há que gradualmente distinguir os instrumentos por termos cada vez mais exactos.

GRAU DE DIFICULDADE

TRÉCULAS 1 A
CASTANHETA 2 A
VIOLINO 3 B

- Instrumento muito fácil de realizar. Praticamente desnecessário o auxílio do educador.
 - Pode ser necessário o apoio do educador, em algumas fases da construção.
 - É necessário o apoio do educador em algumas fases de construção. A obtenção de som depende de um acabamento cuidado.
- A — A criança consegue tocar o instrumento facilmente.
- B — A criança poderá necessitar da ajuda do educador para adquirir a postura corporal, controle de respiração, e ou colocação dos lábios e sopro, necessários à exploração e domínio do instrumento.

VIBRADOR; EXCITADOR, RESSOADOR

	VIBRADOR	EXCITADOR	RESSOADOR
Bloco de cana	canas	pau ou canas	
Mum-mum	papel celofane	voz	cana
Flauta de Pan	ar	sopro	

Os instrumentos musicais são constituídos por um *vibrador*, que produz o som (a madeira do xilofone, o celofane do mum-mum, as cordas da harpa, o ar contido pelo píforo), e por um *excitador*, que provoca a vibração que pode manter ou repetir (baquetas, mão, voz, sopro, arco). Alguns instrumentos têm também um *ressoador* (caixa da harpa, corpo do mum-mum e do tambor de tubos), que serve para prolongar, modificar ou aumentar o som posto em vibração.

O resultado sonoro final depende dos 3 componentes (vibrador, excitador, ressoador). No vibrador há que atender ao comprimento, peso e tensão. Quanto maiores forem as membranas, as cordas, colunas de ar ou lâminas vibrantes, mais grave é o som. As cordas e placas mais pesadas, produzem também sons mais graves, e o próprio ar contido numa flauta, quando a temperatura baixa, fica mais pesado e torna o som mais grave. A tensão existente no vibrador, (na pele, nas cordas, na coluna de ar) é a energia contra a qual se exerce a acção do instrumentista através do excitador. Cada material deverá ser experimentado para se encontrarem os comprimentos, pesos e tensões que o caracterizam e que limitam à partida as suas potencialidades sonoras.

CLASSIFICAÇÃO		CLASSIFICAÇÃO
IDEOFONES Castanheta		Percussão directa por entretchoque
CARRILHÃO DE PREGOS		Percussão directa, por pancada
MEMBRAFONES Mum-Mum		Que vibram por simpatia, etc.

... "Os instrumentos musicais primitivos, eram frequentemente objectos de uso quotidiano. Mulheres percutam os seus aventais de pele como se eles fossem tambores, ou batem com a mão aberta ou um abano de fibra nas bilhas de água; aborígenes na Austrália percutem os boomerangs, e caçadores batem com os arcos contra os escudos, crianças percutem um tronco de madeira como se fosse um tambor; batem-se ritmos no pau inclinado do que suporta uma cabana, cabos de ferramentas são esfregados contra outros materiais, para produzir um som parecido com uma trompete; e talvez mais espantoso, ouvir rapazes tocar o seu arco de caça, entalado nos dentes, como se fosse um arco musical.

Klaus P. Wachsmann

Escolhemos a classificação proposta por Curt Sachs e Hornbostel, usada em etnomusicologia, por nos parecer a mais adequada para distinguir os instrumentos incluídos nas fichas e também as experimentações livres das crianças. Através desta classificação fica aberto o caminho para o estudo dos instrumentos de outras culturas, que podendo variar nas formas e materiais, obedecem a princípios acústicos comuns.

O dr. Ernesto Veiga de Oliveira, num livro de consulta obrigatória para quem quiser aprofundar o estudo da cultura musical popular portuguesa, sintetiza os princípios básicos da classificação que escolhemos:

... Dos múltiplos critérios que têm sido propostos para uma classificação organológica que agrupando todas as espécies instrumentais conhecidas, por categorias fundadas em traços ou princípios comuns a várias delas, estabeleça um pouco de ordem sistemática nessa multidão, e permita até, em certos casos, hipóteses de relações de parentesco ou derivação entre algumas espécies compreendidas no mesmo grupo, o que maior utilidade parece ter demonstrado é aquele que atende primordialmente aos princípios acústicos implícitos na produção do som, ou seja à natureza do elemento vibratório específico que entra na sua composição.

Dentro deste critério, Mahillon, no séc. XIX, e, mais tarde e com mais consistência, Hornbostel e Curt Sachs, na sua "Systematik der Musikinstrumente", estabeleceram um esquema, hoje clássico em organologia e geralmente adoptado a despeito de algumas imprecisões, em que se distinguem quatro categorias instrumentais basilares:

1 — IDIOFONES, quando o elemento vibratório é o próprio corpo do instrumento que é constituído por materiais mais ou menos vibráteis independentemente da sua tensão; 2 — MEMBRAFONES, quando esse elemento é uma membrana retesada; 3 — CORDOFONES, quando ele é uma corda esticada; 4 — AEROFONES, quando ele é o ar accionado de modo especial pelo instrumento.

"... e esses velhos idiofones e outros, em estádios mais evoluídos da cultura e em regiões mais progressivas e paralelamente com a dessacralização das ocasiões a que respeitavam, para lá da sua primitiva natureza, laicizarlos e reduzidos à sua simples forma material, "pouco musical", transformam-se em brinquedos infantis, último refúgio de tantos e tantos elementos da velha tradição".

Ernesto Veiga de Oliveira

MEMBRAFONES (MF)

- | | |
|----------------------------|---|
| a) De Percussão | { Directa
Indirecta
Directa e indirecta |
| b) De belisco | |
| c) De fricção | |
| d) Que vibram por simpatia | |

"Tal como os materiais usados na construção dos instrumentos musicais, também a forma como são usados é muito variável. Pensamos habitualmente neles como acompanhadores de danças e canções, mas apesar de ser essa a sua função principal, muitas outras devem ser citadas. Alguns, por exemplo, são usados para emitir sinais, como a trompa de nevoeiro. Através dos "tambores que falam", em África e na Ásia, pessoas de uma região podem enviar mensagens a outras que estão a muitos kms de distância, desde que tenham um código comum (tonal language) (Tracey - 18). Trompas, especialmente as feitas de grandes buzios são usadas como sinalizadoras.

Alguns camponeses, usam um assobio que imita o canto do corvo para afugentar os pássaros dos campos semeados, enquanto outros contratam um rapaz para esse efeito. Um bastão sonoro acompanha habitualmente uma canção de trabalho, enquanto mantém os trabalhadores na mesma cadência.

Talvez a mais importante função dos instrumentos musicais, para além de divertirem e acompanharem o canto e a dança, seja o seu papel em cerimónias e rituais. Os "Bullroars" p.e., são usados em cerimónias de iniciação em inúmeras etnias e em algumas delas está de tal forma sacralizado que as mulheres, crianças e adolescentes não iniciados estão proibidos de o ver ou ouvir o seu som estridente. Para outros grupos, os mesmos instrumentos são usados para invocar espíritos, para atrair a caça para afastar fantasmas ou para fazer chover.

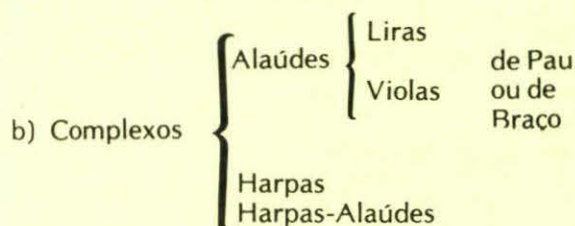
Algumas tribus índias da Califórnia devem usar um arco musical quando se dirigem aos espíritos durante uma cerimónia, e uma outra tribo, na mesma área, usa-o para "chorar os seus mortos".

Só os feiticeiros nos Índios Paiute podem usar uma maraca feita de cascos de veado, com um amuleto para os proteger do demónio. Entre os Muria Ghonds, os tambores desempenham funções tão importantes no seu dia a dia e cerimónias, que lhes fazem oferendas enquanto os estão a construir".

Horniman Museum

CORDOFONES (CF)

a) Simples ou Cítaras



"Os materiais usados na construção de instrumentos, dependem da sua acessibilidade. Novos usos estão constantemente a ser encontrados para objectos originalmente pensados para outros fins, como por exemplo, na Trinidad, o uso de bidões de óleo para fazer os chamados 'Tambores de aço'".

Eles são actualmente "gongues" com várias notas, obtidas de cada um dos bidões, produzindo uma espantosa gama musical. Em África, fôrmas de pudins importadas pelos Ingleses, estão a substituir as cabaças como ressoadores. A engenhosa solução de um Índio Sul Americano, que viu uma guitarra europeia e quiz reproduzi-la para si, é um dos exemplos; ele foi capaz de copiar com facilidade a face do instrumento, mas não encontrou madeira fina, necessária para o ressoador e usou uma casca de "armadilha" (animal que tem uma carapaça semelhante a uma tartaruga).

Alguns materiais podem ser usados no estado natural. Deixando secar bem uma vagem comprida, com as sementes lá dentro consegue-se uma maraca (...). Os búzios são usados como trompas em muitas partes do mundo.

Horniman Museum

Não nos podemos esquecer que a eficácia de um instrumento musical só se pode pedir pela satisfação que o seu som dá às pessoas (ou Grupo) que o usa. Ressonância, altura definida e outras qualidades acústicas podem não ser tão importantes como a obtenção de uma qualidade particular do som musical, mesmo quando essa qualidade nos parece desagradável ou desafortunada. Por outro lado, quando nós consideramos o trabalho do artífice como secundário, é de realçar como os mais simples instrumentos são feitos com grande cuidado..."

Klaus P. Wachsmann

OS MATERIAIS

— O BAMBÚ —

A cana de bambú tem-se revelado um dos materiais com mais possibilidades nas experiências que temos feito.

Não é muito fácil de se encontrar, mas podemos resolver esse problema, fazendo nós próprios uma plantação de bambú. O nosso país oferece condições razoáveis para o seu crescimento. O mais indicado é plantá-lo junto a um ribeiro ou num local que tenha água em abundância. A melhor época do ano é durante o mês de Dezembro. Os jardins botânicos e as granjas agrícolas oficiais podem-vos dar o apoio técnico e as raízes.

Entretanto como demora algum tempo até que as canas estejam em condições de serem usadas, em determinadas épocas do ano, os locais que indicámos podem-vos ceder algumas para começarem a trabalhar. E se procurarem na vossa região, talvez encontrem outros locais onde existam bambús.

Para cortar as canas:

- Devem ser cortadas algum tempo antes de serem utilizadas para poderem secar, tornando-se mais resistentes e menos sujeitas a rachar.

- Não as deixar secar ao sol, nem apressar a secagem com lareiras ou caloríferos

- Utilizar serras de dentes finos (lâmina de serra de metal) para evitar as "falhas". É conveniente, quando se cortam as canas, prepará-las para os vários instrumentos. É a melhor forma de aproveitar bem o material, seleccionar o mais indicado para cada instrumento, e não desperdiçar as sobras. Além disso ajuda a secagem e facilita a arrumação.

— A MADEIRA —

Como já dissemos, quando falámos das ferramentas, as sobras dos marceneiros e de outras oficinas que trabalham com madeira, têm-nos sido muito úteis. Além disso não se esqueçam dos caixotes de fruta, móveis velhos e tantos outros pedaços de madeira que por vezes deitamos fora.

AEROFONES (AF)

a) Livres



No entanto utilizem madeiras mais duras para os idiofones; contraplacado, para as caixas acústicas dos cordofones; para as armações e suportes qualquer tipo de madeira serve, visto não influir na sonoridade do instrumento (ex. suporte dos tictetis)

— AS MEMBRANAS —

Para os membrafones com um diâmetro pequeno, plástico bem esticado e plástico auto-colante, dão bom resultado.

A bexiga de porco e a pele de coelho, também resultam para diâmetros pequenos.

Para diâmetros maiores, só as peles de tambores dão resultado. Podem consegui-las nas lojas de reparação de instrumentos.

Alguns tecidos e fibras sintéticas, assim como o papel celofane, quando bem esticado têm uma bela sonoridade.

OUTROS MATERIAIS

A cana verde, que pode ser encontrada por todo o País. Para não engelhar só deve ser utilizada e cortada depois de seca.

O tubo de plástico pode ser encontrado nas lojas de artigos eléctricos.

O tubo de baquelite nas lojas de materiais de construção.

O tubo de metal, nas lojas de ferragens. Pelas experiências que temos feito, o material que tem melhor sonoridade é o duralmínio, mas qualquer outro tipo de tubo pode ser utilizado.

O tubo de cartão, nas lojas de tecidos, papelarias e tipografias.

AS FERRAMENTAS

Não encontramos motivos que impeçam as crianças, a partir dos sete anos, de ter acesso a verdadeiros instrumentos de trabalho, que poderão estar ao seu alcance, e com os quais se vai familiarizando, e sabendo tirar partido.

Com ferramentas a fingir, tipo martelinhos de plástico e miniaturas frágeis, não é possível construir seja o que fôr, nem aprender a utilizar e a transformar materiais.

A arrumação e conservação das ferramentas é muito importante. Um painel de madeira com o desenho das ferramentas, ajuda a arrumá-las no fim da utilização, impedindo que se percam. No caso da sala ser utilizada para outras actividades, é preferível um pequeno armário com as ferramentas penduradas, e uma lista do material existente.

A organização dos locais de trabalho das crianças, sejam quais forem as actividades a desenvolver, deve ser cuidadosamente pensada pelos educadores, de forma a levar a uma progressiva responsabilização daquelas, com o fim de lhes proporcionar autonomia e livre movimentação, evitando problemas disciplinares.

Freinet e os educadores do Movimento da Escola Moderna, souberam realizar na prática as formas de proporcionar às crianças um ambiente de trabalho em que a organização facilita a expressão pessoal sem descuidar a responsabilização perante os outros.



Lista de ferramentas

- martelo
- serrote
- serra de rodear
- serrote para metal
- chave de parafusos
- alicate
- furador
- broquim manual (com brocas para madeira e metal)
- grossa redonda
- lima paralela e meia cana
- limas de calado redonda, paralela e triangular
- escova de arame para limpar limas
- canivete ou faca utilitária
- tesoura

- metro de fita
- folhas de lixa
- pregos, parafusos e pitons pequenos
- torno de bancada pequeno (ou banca de trabalho ver ficha nº.3)

- fita gomada e adesivo
- fio de nylon
- pioneses
- elásticos de escritório
- corda e cordel

- cola de madeira e cola tudo

A visita a oficinas e a ajuda de profissionais marceneiros, latoeiros e outros, é muito enriquecedora, e pode ajudar a resolver muitos problemas.

Frequentemente existem nas oficinas sobras de materiais sem utilidade, que não custam dinheiro, e com que se podem fazer muitas coisas. Nós próprios temos resolvido dessa forma a quase totalidade das nossas necessidades na construção de instrumentos, brinquedos, fantoches e marionetes, pequenos armários, caixas e prateleiras.

(continua no próximo número)



ARTIGO 5.º
(Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos)

1—É criado junto da Assembleia da República o Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (CNAEBA).

2—O CNAEBA é constituído por:

- a) Um representante de cada grupo parlamentar designado pela Assembleia da República, de entre os quais será eleito um presidente, considerando-se os restantes como vice-presidentes;
- b) Quatro representantes dos departamentos governamentais responsáveis pela elaboração e realização do PNAEBA, a nomear pelo Governo;
- c) Um representante de cada uma das assembleias das regiões autónomas;
- d) Um representante de cada região administrativa;
- e) Sete representantes de organizações referidas no n.º 3 do artigo 1.º

3—Enquanto não forem instituídas as regiões administrativas, os representantes referidos na alínea d) do número anterior são substituídos por um representante de cada assembleia distrital.

4—O Conselho deve estar constituído no prazo de sessenta dias após a entrada em vigor da presente lei.

5—O Presidente da Assembleia da República empossará, no prazo referido no número anterior, o presidente e os vice-presidentes do CNAEBA

ARTIGO 6.º
(Atribuições do CNAEBA)

1—Ao Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos incumbe especialmente:

- a) Sensibilizar a consciência nacional para as tarefas de alfabetização e educação de base de adultos e apoiar os órgãos governamentais e outras entidades empenhadas na realização dessas tarefas;
- b) Participar na elaboração do PNAEBA, nos termos da presente lei;
- c) Acompanhar a execução do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos, propor medidas tendentes a melhorá-lo, participar na sua avaliação e pronunciar-se sobre as questões que lhe sejam submetidas pelo Governo.

2—A fim de poder desempenhar as atribuições que lhe são cometidas, o CNAEBA tem acesso à informação de que, para esse efeito necessita.

3—O CNAEBA elabora o seu regimento e normas de funcionamento.

ARTIGO 7.º
(Encargos e instalações do CNAEBA)

Os encargos com o funcionamento do Conselho

Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos são cobertos pela dotação orçamental atribuída à Assembleia da República, à qual o Conselho pode requisitar as instalações e o apoio técnico e administrativo de que necessite para o exercício das suas funções.

ARTIGO 8.º
(Autarquias locais)

As câmaras municipais e as juntas de freguesia participam no PNAEBA, competindo-lhes colaborar com os órgãos governamentais e outras entidades empenhadas em acções de alfabetização e educação de base de adultos no lançamento e execução do programa na respectiva área.

ARTIGO 9.º
(Dos agentes e das instalações)

1—No recrutamento dos agentes executivos do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos dá-se prioridade aos professores do ensino primário que não tenham obtido colocação e se disponham a adquirir formação adequada.

2—Para além de outros agentes especificamente qualificados, podem também ser recrutados professores do ensino básico já colocados, desde que manifestem esse interesse, se disponham a adquirir a formação adequada e não haja incompatibilidade de horário entre as duas funções.

3—Sempre que necessário à realização dos objectivos do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos, são utilizadas, fora das horas normais de serviço escolar, as escolas de ensino básico disponíveis.

ARTIGO 10.º
(Competência do Governo)

1—Compete ao Governo:

- a) Elaborar o Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos e promover a sua publicação e execução em colaboração com os órgãos definidos na presente lei.
- b) Incluir nas propostas de lei do Orçamento Geral do Estado as verbas necessárias à efectivação da presente lei.

2—No prazo de seis meses após a publicação da presente lei, o Governo promoverá a apresentação ao Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos do projecto do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos. Aprovada em 14 de Novembro de 1978.

O Presidente da Assembleia da República, *Teófilo Carvalho dos Santos*.

Promulgada em 14 de Dezembro de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, *António Ramalho Eanes*.—O Primeiro-Ministro, *Carlos Alberto da Mota Pinto*.

II encontro do movimento de saúde comunitária (M.S.C.)

Teve lugar na Escola de Enfermagem de Saúde Pública nos dias 10 e 11 de Março de 1979 o Encontro do M.S.C. em que participaram cerca de 120 técnicos de saúde, a maior parte dos quais pertencentes aos núcleos regionais do Movimento (Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra, Lisboa, Setúbal, Beja e Évora).

Estiveram também presentes um representante do Movimento de Intervenção na Saúde (MIS) com sede na cidade do Porto, um elemento da Comissão Organizadora da 1ª Jornada Médico-Sindical da Região Sul, um representante da CRARA e Médicos Policlínicos.

O Encontro tinha por finalidade definir a posição do Movimento face aos projectos de lei de S.N.S. presentes na Assembleia da República e à política do Governo no sector da saúde. A discussão dos temas do Encontro (*Educação para a Saúde num contexto de animação sócio-cultural, o S.N.S. e as conclusões de Alma-Ata, Saúde Mental e Saúde Pública, a Unidade de Saúde de Base e a Equipa de Saúde, os Policlínicos e o S.N.S., a Participação da População, as A.D.S.S.*) foi perspectivada à luz dos projectos de S.N.S. existentes e do projecto de diploma da S.E.S. "Departamento de Cuidados Primários de Saúde".

Foi sobre este último texto que os participantes dedicaram maior atenção.

As conclusões dos vários grupos de trabalho foram em sùmula as seguintes:

- A formação básica dos Médicos Policlínicos está orientada para a medicina curativa individualizada e não a prevenção promoção de saúde e o trabalho de equipa.

É necessário defender-se a progressiva modificação dos padrões de ensino nas Escolas Médicas afim de modificar as atitudes e os comportamentos com vista a uma inserção correcta dos policlínicos no futuro S.N.S. com destaque para os Cuidados Primários de Saúde.

As experiências do Serviço Médico à Periferia e do Estágio de Saúde Pública para Policlínicos têm estado condicionadas pelo facto de não terem sido acompanhadas por outras medidas essenciais, dependentes da existência a nível local e distrital de um mínimo de infraestruturas e de equipas de saúde integradas na Comunidade, que procurem dar resposta às necessidades existentes. Este facto tem determinado uma precária experiência em Saúde Pública para um grande número de médicos policlínicos com o consequente desprestígio para esse sector de saúde. Considera-se no entanto que nos casos em que estas condições têm existido, pelo menos parcialmente, as experiências do serviço médico à periferia e do Estágio em Saúde Pública, têm sido bastante úteis para a formação dos policlínicos em relação à Promoção-Prevenção da Saúde e à Problemática da Comunidade.

- Não pode haver uma actuação correcta em *Saúde Mental* sem uma ligação íntima dos técnicos com a população. Também não é possível uma actuação válida neste campo sem uma sensibilização e formação dos trabalhadores de saúde, nomeadamente os que integram os Centros de Saúde; aqui as acções de Saúde Mental passam por outras valências, nomeadamente Clínica Geral, Saúde Materna, Planeamento Familiar, Saúde Infantil e Saúde Escolar.

Embora a equipa de Saúde Mental multidisciplinar esteja centrada num Centro de Saúde de 2ª linha, deve no entanto apoiar os outros Centros de Saúde de âmbito mais restrito, através de sensibilização e formação de técnicos e apoio técnico para triagem, assim como Educação para a Saúde e da população. Nestes Centros de menor dimensão a equipa de Saúde Mental exercerá uma acção de apoio persistente. É imperiosa uma real descentralização da Saúde Mental em oposição ao actual Hospital-Centrismo e à tentativa de transformar os Hospitais-Asilos Psiquiátricos em pseudo Centros de Saúde Mental.

- Os técnicos de Saúde devem estabelecer uma comunicação pedagógica com a Comunidade expondo claramente as opções técnicas e tentando desfazer conceitos errados no Campo da Saúde. Mas só com a *participação da Comunidade* nos Serviços de Saúde será possível que cada indivíduo seja cada vez mais responsável pela sua própria saúde.

As medidas institucionais que foram tomadas após o 25 de Abril (criação das CISL, das Comissões Instaladoras do Hospital Concelhio, Centros de Saúde e SLAT e da A.D.S.S.) defendem de um modo demasiado tímido a participação da população no Serviço Nacional de Saúde. Compete aos técnicos dar os primeiros passos no estabelecimento do diálogo com a Comunidade (Sindicatos, Autarquias, Comissões de Trabalhadores e de Moradores, etc.) tentando interpretar as suas aspirações mas com rejeição de atitudes paternalistas.

- A *Educação para a Saúde* é uma área fundamental do trabalho dos Serviços de

informação

Saúde com vista à consciencialização das populações aos problemas de saúde. A educação para a saúde e a animação sócio-cultural devem estar interligadas e, embora o processo possa ser desencadeado pelos técnicos, deve ser assumido pela população numa forma activa e consciente, dentro de uma atitude de educação permanente. Os Serviços de Saúde têm de conhecer e compreender bem a população que servem, e as acções de educação para a saúde a desenvolver, e sempre uma linha de participação e animação dessa mesma população. A educação para a saúde é um trabalho permanente e continuado, que se deve integrar sempre na programação e avaliação dos serviços.

As instituições deverão ter uma estrutura e maleabilidade tais que permitam aos técnicos, devidamente preparados pelas escolas de formação e de pós-graduação, ter um papel de animadores e levar a cabo um trabalho permanente de Educação para a Saúde, com base no trabalho de equipa.

- A *Equipa de Saúde*, núcleo funcional do Centro de Saúde, deverá ter uma composição pluridisciplinar e multiprofissional composta essa que só poderá ser definida depois de se ter realizado o diagnóstico de saúde da Comunidade. A equipa deverá actuar em estreita ligação com a Comunidade numa prática de verdadeira participação com as estruturas populares.

Todos os grupos de trabalho se pronunciaram sobre o projecto de diploma da Secretaria de Estado da Saúde "Departamento de Cuidados Primários de Saúde" sendo cada um de opinião que se aplicado, o projecto inviabilizaria a maioria das propostas e sugestões apresentadas nos grupos.

informação

Concluíram que o projecto da Secretaria de Estado da Saúde não está de acordo com o espírito e a letra da Constituição e contraria frontalmente a Declaração e Recomendações de Alma-Ata, não respeitando por isso compromissos internacionais assumidos por Portugal.

Propostas aprovadas no Plenário:

1.^a — Que o M.S.C. desenvolva esforços para que a Declaração e Recomendação de Alma-Ata sejam ratificadas pela Assembleia da República.

2.^a — Que o M.S.C., de acordo com o ponto 6.^o da Declaração de Alma-Ata em que se afirma que: "Os cuidados primários ao mesmo tempo que desempenham a função principal e são a base do Sistema Nacional de Saúde constituem parte integrante do desenvolvimento económico e social da comunidade", recomenda que o Serviço Nacional de Saúde a instituir em Portugal seja orientado por aqueles princípios.

3.^a — Que o M.S.C. denuncie publicamente o projecto de diploma do "Departamento de Cuidados Primários de Saúde" da S.E.S. por estar em oposição com as referidas Declarações e Recomendações.

4.^a — Que o M.S.C. faça todos os esforços para que o Governo não legisle no sector da saúde, em aspectos que condicionem ou impeçam a instalação do Serviço Nacional de Saúde, como acontece com o projecto de diploma da Secretaria de Estado de Saúde sobre "Cuidados Primários de Saúde".

Portugal continua a ter dos mais índices de saúde da Europa. Esta preocupante situação, consequência de um sistema político que tinha por objectivo mais a perpetuação dos privilégios de uns poucos do que a saúde e o bem estar da maioria, causou a sucessivas gerações de portugueses incalculáveis sofrimentos físicos, psicológicos e morais.

Com o restabelecimento da democracia em 25 de Abril de 1974, a saúde passou a ser re-

informação

conhecida como um direito de todos sem excepção. Esse preceito ficou expresso na Constituição da República no seu artigo 64.^o:

"O direito à protecção da saúde é realizado pela criação de um Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito, pela criação de condições económicas, sociais e culturais que garantam a protecção da infância, da juventude e da velhice e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo".

Cinco anos volvidos após essa data histórica, a situação sanitária do país pouco ou nada se modificou, mostrando que não basta consignar um direito numa lei mesmo quando esta é a lei fundamental, como é o caso da Constituição, para que a realidade de modifique.

Em 19 de Dezembro de 1977 foi fundada uma Associação de trabalhadores de saúde — o MOVIMENTO DE SAÚDE COMUNITÁRIA (M.S.C.) — com o objectivo de propugnar pela criação em Portugal de um S.N.S. de acordo com o que a Constituição da República implica ou explicitamente consigna quanto à saúde e dentro das grandes linhas orientadoras da Organização Mundial de Saúde.

O M.S.C. devido ao seu carácter multiprofissional — inclui, entre outros, enfermeiros, técnicos sanitários, médicos, engenheiros, farmacêuticos, assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, — e à sua larga implantação nos serviços públicos — conta com elementos seus em Centros de Saúde, Postos dos Serviços Médico Sociais, Hospitais, Escolas, Faculdades, etc. — representa neste momento uma força em expansão com que tem de se contar, para a implantação em Portugal, de um autêntico S.N.S. universal, geral e gratuito que permita:

- Executar medidas de estruturação da rede de cuidados primários da qual o Centro de Saúde (Comu-

informação informação informação

- nitário) é órgão chave.
- Dinamizar o funcionamento dos Serviços de Saúde com base em princípios actualizados e métodos de eficiência comprovada, acabando de vez com estereotipias técnicas e administrativas do antigo regime.
 - Promover a progressiva modificação dos valores culturais e dos padrões de ensino vigentes nas Faculdades de Medicina e outras Escolas abolindo a posição elitista do grupo profissional médico.
 - Reactivar a participação democrática dos trabalhadores e dos utentes, nos vários órgãos de saúde retirando das frustrações e insucessos de experiências recentes ensinamentos, que levem à adopção de fórmulas equilibradas de gestão, evitando o afastamento da Comunidade na tomada de decisões que directamente lhe respeitam.
 - Prestigiar e dignificar as carreiras profissionais concebidas como predominantemente técnicas, com promoções baseadas em critérios de competência, adquirida através da formação permanente dos profissionais.

- Garantir a cada utente os cuidados mais adequados ao seu estado de saúde, através de órgãos de administração incumbidos do controle de sistemas de referência e de orientação que confirmam ao S.N.S. um funcionamento harmonioso e coerente.
- Promover a educação para a saúde da população dentro de esquemas de animação sócio cultural.

Para concretização dos seus fins, o M.S.C.:

- Promove deslocações às áreas de actuação dos seus associados ou outras, com o objectivo de contrariar o isolamento técnico e cultural e de contribuir para a execução de esquemas de Saúde Comunitária.
- Estimula o intercâmbio científico e cultural entre os seus associados, e entre estes e as associações e serviços congêneres nacionais ou estrangeiros.
- Colabora com o Movimento Sindical, as Autarquias Locais, e outras formas de população organizada, para difusão e aplicação dos seus objectivos programáticos.
- Edita um boletim e outras

publicações, promove conferências, mesas redondas, seminários e encontros, produz material audio-visual e utiliza os meios de comunicação social com vista à difusão de informação, no âmbito dos objectivos da Associação.

- Assume o direito de informação e representação das populações, contra as agressões ecológicas e todas as formas iatrogénicas.

Entre outras iniciativas há já a realçar o trabalho realizado pelos membros do distrito de Beja que se saldou pela criação do 1º núcleo regional com sede própria e com algumas acções autónomas importantes:

Setúbal é outro distrito com sede própria e começa a organizar-se duma forma semelhante.



informação

comissão pró-casa da cultura de Loulé

Considerando que a CULTURA é parte integrante da vida social, que é pela sua própria natureza um fenómeno social e o resultado da criação comum dos homens e da acção que exercem uns sobre os outros;

Considerando que a CULTURA não se limita ao acesso às obras de arte e às humanidades, mas é simultaneamente a aquisição de conhecimentos, exigência de um modo de vida e necessidade de comunicação;

Considerando que o desenvolvimento CULTURAL não só complementa e regula o desenvolvimento geral, mas é também um verdadeiro instrumento do progresso;

Considerando que toda a população tem direito a tomar parte livremente na vida CULTURAL da comunidade, a usufruir das artes e a participar no progresso científico e nos benefícios que dele resultem;

Considerando que a CULTURA no concelho de Loulé tem sido votada ao ostracismo, com manifesto prejuízo para as camadas mais jovens e desfavorecidas da população;

Propõe esta Comissão, a curto e a médio prazo, tendo sempre em vista a instalação de uma CASA DE CULTURA:

A dinamização, coordenação e expansão de actividades para o preenchimento dos tempos livres, tendo em vista:

1 — o desenvolvimento cultural da comunidade num permanente contexto democrático;

2 — a participação mais esclarecida e responsável das populações na actividade cultural local;

3 — o estímulo às organizações associativas locais numa perspectiva cultural;

4 — a participação no processo de definição de uma política cultural concelhia;

Através de:

a) organização e/ou apoio a actividades de natureza sócio-

informação

-cultural, desportivas, artísticas, de ar livre, exploração e intercâmbio — subordinadas exclusivamente a princípios de natureza formativa;

b) dinamização do intercâmbio cultural entre as populações do concelho;

c) apresentação de propostas para o aproveitamento de espaços destinados à construção de parques ou instalações desportivas no concelho;

d) promoção de cursos de animadores;

e) criação de um centro de documentação e informação sobre a problemática atrás referida;

f) divulgação de textos.

Loulé, Fevereiro 1979

A COMISSÃO PRÓ-CASA DA CULTURA

Dália Trindade
Erundina Mendonça
Fátima Azevedo
Gentil Silvestre
Isabel Andrade
Joaquim dos Santos
Joaquim Vairinhos
Maria da Graça Luís
Maria Helena dos Santos
Marieta Silvestre

o ano internacional da criança na Lousã

Lousã, 2 de Abril de 1979

Amigos:

Realzamos na passada segunda-feira dia 26 do corrente, uma reunião conjuntamente com a comissão A.I.C. na qual elaboramos um programa relativo às comemorações do Ano Internacional da Criança.

Para vosso conhecimento, enviamos o programa realizado, para assim estarem a par dos nossos objectivos e necessidades.

1. Inquérito sobre as carências da criança.

2. Colóquios com adultos, sobre os problemas das crianças.

3. Exposição fotográfica de expressão plástica, cinema, música,

informação

teatro, etc.

4. Exposição-Livro

5. Actividades Desportivas.

Dentro deste programa o nosso papel de colaboração vai ser o de:

1. Ajuda monetária para o arranque.

2. Colaboração na exposição-livro de 21/4/79 a 26/4/79.

3. Contactos para a realização do colóquio versando o tema da Criança.

4. Contactos para a obtenção de material de pintura.

5. Contactos para sessões de teatro e peças de fantoches.

Objectivos das comemorações
do A.I.C.

1. Estabelecer contactos com escolas e populações com vista à sua sensibilização e consequente arranque para novas soluções.

2. Sensibilização das crianças para a cultura.

Perante este novo programa que é bastante evidente, podem desde já calcular as necessidades com que deparamos.

A curto prazo, agradecemos a vossa colaboração no que diz respeito à obtenção de material de pintura, para assim começarmos a nossa actividade, neste campo.

Sem outro assunto desde já nos subscrevemos

Pelo Grupo de Jovens



TEG Teatro de Ensino de Gaia

O TEG — Teatro Ensaio de Gaia é um grupo de teatro, que está inserido numa zona com grandes potencialidades culturais, dada a quantidade de associações culturais existentes. Mas a essa quantidade não se tem oposto uma intensa actividade das mesmas.

O TEG não pensando utópicamente, que poderia suprir tal falha, constituiu-se, isso sim, na certeza de poder contribuir para a sensibilização das populações no sentido da importância da cultura, da importância de nos olharmos interiormente, da importância de comunicarmos.

O TEG fez este ano dois anos de existência, que por vezes não tem sido muito fácil. Uma existência, feita de pedaços, feita de atribuições que temos ultrapassado mais ou menos facilmente, uma existência que nos tem obrigado a aprender como se vive e como se sofre. Uma existência que nos fez rir e muitas vezes chorar. Uma existência, que pelo amor das pessoas—ou de algumas pessoas—temos trazido continuamente ao longo dos dois anos.

Sabemos humildemente o que queremos, mas muitos têm sido aqueles que nos têm combatido inutilmente. Porque nunca desistiremos, por mais doloroso que seja o caminho futuro. E para aqueles que nos combatem de má fé, só temos uma arma—a do trabalho!

E nesta perspectiva, o TEG começou o ano de 1978 tentando dar continuidade ao trabalho encetado no início da sua formação, sempre tentando ajustar pontos que de sobremaneira estivessem desajustados.

Assim começou por dar mais relevo ao trabalho com e para as crianças, dinamizando a sua secção de teatro para crianças, o que em parte cremos ter conseguido.

Estreou o TEG—Teatro Ensaio de Gaia, ainda em novembro de 1977, o seu espectáculo para crianças, intitulado "ABRIQUI, ABRI-

CA", baseado em técnicas de CATHERINE DASTE e FRANÇOISE PILLET, com quem o grupo tem trocado alguma correspondência, sendo assim enriquecido, embora que por carta, através de documentos e toda a literatura, que elas nos têm enviado.

Foi um espectáculo que para nós marcou uma importante etapa, no teatro para crianças, já que formalmente consideramos um exemplo, que devidamente aperfeiçoado, resultará numa animação exemplar com crianças.

"ABRIQUI, ABRICA" percorreu grande parte do país, nomeadamente o norte, onde desde o litoral até ao interior podemos descobrir e entusiasmar muitas crianças para a descoberta da forma e do som.

Assistiram a ele cerca de 7 000 crianças, presentes em espectáculos, donde destacaremos os seguintes: S. PEDRO DA COVA, LOUSADA, VILA DO CONDE, BAIRRO DA PASTELEIRA, PAÇOS DE FERREIRA, VILA PRAIA DE ÂNCORA, CAMINHA, MATOSINHOS, HOSPITAL CONDE FERREIRA, MATERNIDADE, SANTA MARINHA, ESCOLA PREPARATÓRIA RAMALHO ORTIGÃO, VI-SEU, PORTO, VIANA DO CASTELO, S. JOÃO DA MADEIRA, etc.

Como espectáculo adulto, o TEG montou uma colagem de três peças de JOSÉ RUIBAL, a que deu o nome de "OS...". Este espectáculo foi a primeira vez que foi feito em Portugal, pois RUIBAL é ainda desconhecido em Portugal. Foi um espectáculo muito experimental, com técnicas novas de encenação e mesmo de cenografia, que resultou num bom desbloqueamento para os actores.

Este espectáculo teve ainda a virtude de ter canções do próprio grupo e de ter sido a primeira tradução que o TEG fez. Foi o que podemos chamar um "ESPECTÁCULO TOTAL". Fomos ainda contactados pela Sociedade de Autores espanhola, para assim entrarmos em contacto com o autor, dado o interesse que mostrou em se pôr a par do êxito do espectáculo.

Também o TEG decidiu fazer a publicação de uma revista somente sobre teatro para crianças, a que deu o nome de "ABRIQUI". Saiu já o primeiro número e está pronto o seu segundo número. Esta revista consta essencialmente, de teatro

para crianças, técnicas de dramatização, reportagens sobre trabalho de e com crianças. Contamos, assim divulgar um pouco a dramatização infantil e suas técnicas.

Esteve o TEG presente nas comemorações do DIA DO TEATRO DE AMADORES, que por falta de realizações na sua área, as teve que fazer em Lousada, em dois espectáculos que lá deu.

O DIA MUNDIAL DA CRIANÇA também foi comemorado pelo TEG, tendo-se montado um atelier de pintura e desenho, ao ar livre, assim como uma pequena exposição com os desenhos, que íamos colecionando em espectáculos dados ao longo do país. Estas comemorações foram na freguesia de S. Marinha, à qual o grupo pertence, tendo terminado com um lanche a todas as crianças, oferecido pela Junta de Freguesia. Foi uma boa experiência, dizendo-nos que deve ser esquema de trabalho a seguir.

Decorreu entre 8 e 16 de Setembro do ano transacto, o II ENCONTRO NACIONAL DE GRUPO DE TEATRO DE FANTOCHES, no qual o TEG participou, com o seu espectáculo "ABRIQUI, ABRICA". Foi uma semana de contactos e de trabalho nos mais variados ateliers que se montaram. Como decisão mais importante que lá os grupos tomaram, foi a constituição de um SECRETARIADO PROVISÓRIO NACIONAL, que coordenasse toda a actividade de teatro de fantoches, até à formação de uma futura Associação. O TEG eleito para esse secretariado e dentro dele tendo ficado com toda a sua coordenação.

Também não deixamos de com o tempo, organizar as comemorações do ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA, para o que integrou um Secretariado, para as comemorações na Junta de Freguesia de S. Marinha, tendo apresentado o seguinte programa, para o ano inteiro:

- Exposição de fantoches dos mais variados tipos, desenhos e pinturas, fotografias de espectáculos.
- Encontro de grupos de teatro para crianças, realizado durante um mês.
- Montagem de ateliers de construção de fantoches, de pintura e de desenho, como lançaremos também um atelier piloto de expressão dramática.

informação

E paralelamente com toda esta actividade, lançou-se o TEG a preparar de imediato os seus novos espectáculos, um infantil denominado "OS BONECOS MALA-CUECOS" e um adulto "O ANJO DA GUARDA", este da autoria de ROBERTO MERINO, constituindo uma estreia mundial, o que para nós constitui motivo de grande orgulho, incluir no nosso repertório uma estreia mundial.

Como um dos principais problemas que nos afecta, é a falta de instalações, foi-nos cedido pela Junta de Freguesia de S. Marinha, parte da sua cave, onde contamos instalar o nosso teatro de bolso, para o qual as obras já se iniciaram.

De facto pensamos, que muito mais poderíamos fazer, pois o artista encontra-se sempre insatisfeito. Mas no entanto temos a consciência calma, pois o trabalho desenvolvido não nos desmerece. No entanto só aqueles que o viram e que sempre nos acompanharam de perto, poderão testar com toda a firmeza, da quantidade e da qualidade do nosso trabalho.

Não queremos deixar de referir e de agradecer a todas as entidades que nos apoiaram, como o FAOJ, a JUNTA DE FREGUESIA DE S. MARINHA e a APTA, continuando a esperar delas a necessária atenção, pois delas dependerá também o êxito do nosso trabalho.

Gaia, 11.3.79.

concurso de Fotografias organizado pela Biblioteca Pública de Guimarães

1.º — A Biblioteca Pública da Fundação Gulbenkian de Guimarães e a Direcção da Associação de Estudantes da Escola do Magistério Primário e de Educadores de Infância (BP & DAE), realizam de 1 a 15 de Junho uma Exposição de Fotografias subordinada ao tema *A CRIANÇA*.

informação

acção das escolas da associação comunitárias em Alcochete

PLANO DE ACTIVIDADES PARA
1979

I — REESTRUTURAÇÃO E INSTALAÇÕES

I — I — REESTRUTURAÇÃO

Face ao desenvolvimento atingido por esta Escola, somos forçados a reestruturar os nossos serviços administrativos a fim de podermos responder, de maneira eficiente, às solicitações que nos são feitas neste sector.

I — II — Instalações

Num louvável gesto de alta compreensão e apoio, cedeu-nos a Câmara Municipal, parte do edifício do antigo matadouro, o qual, ainda que carecido de obras de adaptação, serve plenamente o fim em vista.

Contamos instalar aqui os nossos Serviços Administrativos, Oficina Comunitária, Centro de Pesquisas de Energia Solar, Posto Emissor de Onda Curta, Curso de Tecelagem Doméstica. De assinalar a utilização das salas da Escola do Ciclo Preparatório e do Ensino Primário.

II — ACTIVIDADES CULTURAIS

II — I — Cinema

projecção de filmes culturais, técnicos e recreativos, cedidos pela D.G.E.P., F.A.O.J., I.T.E., embaixadas, etc.

Sempre que os temas o justifiquem, serão estas projecções seguidas de palestras alusivas e de debates entre a assistência.

II — II — Colóquios

Palestras sobre temas de interesse geral para o que serão convidados oradores de reconhecido valor.

informação

II — III — Exposições

Sobre temas culturais, históricos, de actividades criativas e artesanais.

II — IV — Teatro

Estimular o interesse por esta actividade especialmente a dedicada às camadas mais jovens.

II — V — CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO

Mercê do apoio que nos foi dado pelo Sr. Governador Civil do Distrito de Setúbal e pela Direcção Geral de Educação Permanente é possível encarar a hipótese da solução deste magno problema na nossa área da nossa influência.

Contamos com um grupo de entusiastas colaboradores que não se pouparão a esforços para levar a bom termo tão louvável iniciativa.

II — VI — Cursos de Línguas Estrangeiras

Dados os bons resultados alcançados no passado ano e o inquebrantável entusiasmo manifestado pelos seus utentes é nossa intenção continuar com os Cursos de língua alemã e inglesa, graças ao apoio recebido dos Institutos Alemão e Britânico de Lisboa e, ainda, pela dedicada colaboração da sua monitora D. Lia Muller Penninger.

II — VIII — Curso de Electronica

Prosseguem, com o maior entusiasmo e elevado teor técnico, o curso de rádio, mercê da alta categoria do ensino ministrado pelo seu monitor Sr. Sargento Lemos que tem conseguido prender a atenção dos seus instrumentos obtendo os mais lisongeiros resultados.

Este curso além da formação de técnicos de rádio visa também a montagem e manutenção do futuro Posto Emissor Amador de Onda Curta, privativo desta Escola.

informação

informação

informação

III — OFICINA COMUNITÁRIA

III — I —

Continua a ter franca utilização a nossa modesta oficina apesar da evidente falta de ferramentas e utensílios diversos. Temos esperança de que os nossos pedidos de auxílio não serão em vão a fim de podermos dotá-la com o mínimo de material indispensável.

Estamos a programar a execução de 5 teares que serão construídos voluntariamente por membros desta Escola e que se destinam ao Sector de Artesanato Feminino.

Utilizaremos materiais usados em embalagens perdidas que nos foram cedidos gentilmente pelas firmas "Ormis" e "Firestone".

Necessitamos ainda, material especializado tais como: pentes lisos, lançadeiras, etc. que terão de ser adquiridos no mercado da especialidade.

III — II — Estaleiro Náutico

Funcionando paralelamente com a Oficina Comunitária, temos também em actividade um estaleiro náutico onde foram já construídos oito canoas tipo "kayack" e dois barcos á vela da classe internacional "Optimist". Está planeada a construção de mais três unidades deste tipo.

IV — ACTIVIDADES DESPORTIVAS

IV — I — Desportos Náuticos

Dentro do Plano de Actividades para este Sector iniciámos:

- a) — Montagem e instalação do Posto Náutico
- b) — Especialização de monitores
- c) — Curso Teórico e Prático de Pilotagem

Este Sector conta com o apoio da D.G. Desportos.

V — SAÚDE E HIGIENE

V — I —

Continuação das actividades já levadas a efeito nos anos anteriores, nomeadamente no campo da Higiene Dentária junto da população escolar deste Concelho.

V — II —

Preparação de Cursos de Prevenção de acidentes de trabalho e de Primeiros Socorros para o que contamos com o apoio técnico da Cruz Vermelha Portuguesa e do Ministério do Trabalho.

VI — PROTECÇÃO DO AMBIENTE

As realizações dos anos anteriores são o melhor incentivo para continuarmos neste campo.

Como é do conhecimento geral motivámos os jovens no sentido de colaborarem com esta Escola na recolha de detritos de vidro e plástico de que a nossa Praia tanto se encontra infestada, tendo recolhido apreciável quantidade destes materiais.

Estabelecemos contacto com uma fábrica de vidros da Marinha Grande que nos vai receber este material com vista á sua reciclagem.

Como prémio aos que colaboraram nesta tarefa de protecção do ambiente e, bem assim, no aproveitamento de matérias primas de que o nosso País tanto necessita, vamos organizar uma visita de estudo áquela fábrica onde os nossos dedicados colaboradores poderão apreciar a maneira como se fabrica o vidro ao mesmo tempo que se vão utilizando os materiais por eles reciclados.

VII — ARTEZANATO

Desenvolvimento de actividades voltadas para este Sector, nomeadamente para a Tecelagem Doméstica onde existe já apreciável número de interessadas.

Dado que possuímos apenas um tear, programámos a construção de mais cinco unidades graças á boa vontade e dedicação dos membros da nossa Oficina Comunitária.

VIII — ENERGIA SOLAR

Estudo e divulgação de técnicas para o aproveitamento desta preciosa fonte de energia, para o que contamos com apreciável soma de material teórico e prático. Alcochete, 1 de Janeiro de 1979

casa

da cultura

da juventude

de Viseu

1. — CINEMA

- 1.1. — Realizou-se um "Ciclo de Cinema Western" em quatro fins de semana consecutivos:

Filmes projectados:

- O Solitário do Rio Grande
- O Assalto ao Carro Blindado
- Rancho Bravo
- Shane — Shane

Localidades:

- Mosteiro de Fráguas — Tondela
- Segões — Moimenta da Beira
- Viseu — (Instalações do F.A.O.J.)

Assistentes:

- 1060 Jovens
- 1000 Adultos

Total = 2060

- 1.2. — Realizou-se uma reunião, organizada pelo Animador-Responsável, Manuel Martins com os grupos afectos á actividades cinematográfica, participando cerca de sessenta elementos, para elaboração do novo calendário de projecções.

2. — Teatro

- 2.1. — Dentro deste sector, efectuaram-se visitas de informação, avaliação e apoio ao grupo de Mondim da Beira e teatro dos Bombeiros Voluntários de Viseu.

- 2.2. — "Five Penny Festival" Promoveu-se a vinda deste grupo inglês que efectuou espectáculos em:

Viseu — assistiram 800 crianças
St^a. Comba Dão assistiram 1350 crianças
Castro Daire assistiram 300 crianças

informação informação informação

Canas de Senhorim 370
crianças

Total = 2820 Crianças

O mesmo grupo efectuou um colóquio nas instalações do FAOJ, participando cerca de cinquenta elementos de diversos grupos teatrais da cidade.

2.3. — Iniciou-se a organização de um grupo de Teatro da Casa de Cultura de Viseu.

2.4. — Deu-se continuidade à publicação e distribuição de Textos Teatrais pelos grupos do Distrito e do País que os têm solicitado.

3. — FANTOCHES

3.1. — Funcionamento da Oficina:

A Oficina de Fantoques funciona três vezes por semana (Segundas, Quartas e Quintas-feiras) com a frequência média de dez crianças.

3.2. — *Animação de Fantoques na Escola da Avenida*
Na Escola da Avenida desta cidade efectuou-se uma acção dinamizadora de fantoches, através da apresentação de espectáculos e execução de fantoches com 208 crianças que frequentam a escola.

3.3. — Participação actuante na programação efectuada para o período do Natal e na actividade "A Criança, a Cidade e o F.A.O.J."

3.4. — *Textos de Teatro Infantil e de Fantoques*

Foram duplicados e distribuídos textos de Teatro Infantil e, particularmente de fantoches, pelos grupos que os têm solicitado.

3.5. — Outros Espectáculos

Realizaram-se espectáculos de Teatro de Fantoques, seguidos de sensibilização em Sal-

zedas (com cerca de 85 participantes) e Mondim da Beira (com cerca de 120 participantes), para crianças. O Grupo Infantil de Teatro de Fantoques "Os Escaravelhos" de Mosteiro de Fráguas, realizou-se no dia 8 de Dezembro, em Alcáçache, um espectáculo ao qual assistiram 220 crianças e 310 jovens e adultos.

3.6. — *Dinamização de Fantoques na Escola Preparatória*

Realizou-se no dia 7 de Novembro, na Escola Preparatória desta cidade um Encontro de Sensibilização de Fantoques para os alunos da mesma.

Participaram 63 jovens que, após o Encontro, prepararam uma peça que foi apresentada na festa de Natal.

3.7. — *Curso para Animadores de Teatro de Fantoques*

Realizou-se em Canas de Santa Maria — Tondela um curso para formação de Animadores de Fantoques, num período de nove horas semanais distribuídas por 3 dias da semana (Segundas, Terças e Quintas-Feiras). Participaram 12 pessoas.

4. — ARQUEOLOGIA

4.1. — Realização da exposição itinerante "Arqueologia do Distrito de Viseu" no Salão Nobre da Câmara Municipal de Carregal do Sal de 24 de Novembro a 2 de Dezembro.

4.2. — Realização da exposição "Presépio" com figurinhas de Arte Popular das Olarias de Ribolhos (Castro Daire) em Viseu — Quadra Popular — 20 de De-

zembro a 6 de Janeiro/78.

4.3. — Publicação de um caderno policopiado de temática arqueológica "Raízes longínquas de Lusitanidade", do Dr. Celso Tavares da Silva.

4.4. — Oferta ao Liceu Alves Martins de Viseu, para a sala de História, de um conjunto de fotografias ampliadas, de motivos arqueológicos do Distrito e uma colecção didáctica de materiais vários.

5. — BIBLIOTECA

A Biblioteca do F.A.O.J. registou o seguinte movimento, neste período:

Livros emprestados.....608
Leitores.....504
Idades compreendidas entre os 6 e os 48 anos.

6. — ACTIVIDADE "AS CRIANÇAS, A CIDADE E O F.A.O.J."

Na segunda quinzena do mês de Outubro realizou-se esta actividade, que consistiu em transportar as crianças das Escolas mais desfavorecidas dos concelhos de Viseu, Lamego e Tarouca, à cidade, a fim de tomarem conhecimento do meio urbano e de tudo quanto nele existe e, ao mesmo tempo, serem presenteados com actividades recreativo-culturais, tais como Teatro de Fantoques, Cinema e Artes Plásticas.

6.1. — *Viseu*: participaram 156 crianças das Escolas do Ensino Primário da Queiriga e Lousadela, do concelho de Vila Nova de Paiva e de Corvos, Freguesia de Santos Evos, Concelho de Viseu.

6.2. — *Lamego*: participaram 233 crianças das Escolas do Ensino Primário de Mazes, Lazarim, Bigorne e Pretarouca — concelho de

informação informação informação

Lamego e Vila Chã do Monte, Vilarinho e Treixedo — concelho de Tarouca.

7. — PROGRAMAÇÃO DO NATAL

7.1. — Realizaram-se espectáculos conjuntos de Teatro de Fantoches e sessões de cinema nos seguintes locais:

Centro de Educação Especial de Jogueiros — Viseu

Escola do Ensino Primário de Castelo de Penalva — Penalva do Castelo

Escola do Ensino Primário de Vila Cova do Covelo — Penalva do Castelo

Casa Infante — Viseu
Escola do Ensino Primário de Vouzela

Crédito Predial Português — Viseu

Institutos Prisionais de Viseu e S. Pedro do Sul

Alcáçate — Concelho Mangualde

Vil de Soito — Viseu
Seminário Maior de Viseu

7.2. — Participação

695 Jovens

217 Adultos Total = 912

8. — GRUPO CORAL PÚBLICA HORTÊNCIA

Realizou-se no dia 9 de Dezembro um espectáculo no Seminário Maior desta cidade, por este Grupo Coral. Participaram cerca de 150 Jovens e 100 Adultos.

9. — INICIAÇÃO À ESTÉTICA E SIGNIFICADO DA IMAGEM EM MOVIMENTO.

Dezembro, um Seminário sobre "Iniciação à Estética e Significado da Imagem em Movimento", cujos trabalhos foram orientados por José Marques Vieira e pelo especialista francês Jean Di-voir.

Participaram 29 pessoas,

sendo na maioria professores do E. Secundário.

10. — JORNAL DIÁLOGO

Publicou-se mais uma edição do Jornal "Diálogo", referente ao período de Agosto a Dezembro, com uma tiragem de 2000 exemplares, tendo sido distribuído por todas as colectividades e estabelecimentos de ensino do Distrito.

11. — I ENCONTRO DISTRITAL DE CANTADORES DE JANEIRAS

Estão a decorrer os preparativos para a realização de um Encontro Distrital de Cantadores de Janeiras no Mosteiro de Salzedas — Tarouca.

Já foram contratados os grupos e tomadas as devidas diligências. Há elementos que fazem prever um acontecimento de real importância etnológica.

acção cultural em Leiria

No âmbito das actividades culturais em promoção e efectivação no Clube Recreativo Lis e Lena (Teatro e Animação Infantil), foi iniciada nova actividade em 18/12/78, a Alfabetização para Adultos.

Para nós a cultura está intimamente ligada à acção transformadora do homem sobre a natureza, à acção transformadora dos homens no sentido da sua caminhada de libertação, profunda e integral, de todas e quaisquer dominações.

Nós trabalhadores, pessoas desta freguesia, sentimos o quanto é necessário e fundamental o saber ler e escrever, sabermos exprimir-nos de uma forma que a muitos é indesejável, e, parece continuar a se-lo, pretendendo continuar, como outrora, uma política de centralização que tornava a cultura como uma verdade universal e neu-

tra, na posse dos iluminados, "os cultos". Para os restantes estava-lhes reservado o "direito a trabalhar de Sol a Sol", uma vez que "nem todos tinham cabeça para serem doutores", ou seja, a cultura estava na posse de uma classe que, "para o bem do progresso", explorava e oprimia os trabalhadores.

ANALFABETISMO —

— FRUTO DA EXPLORAÇÃO

Não saber ler nem escrever, ou apenas saber assinar o seu nome é a realidade dramática de milhares de pessoas do nosso país. Alguns de nós, pessoas que querem ver progressiva a sociedade, conhecemos de perto a realidade dura de que, mesmo após o 25 de Abril, se continuam a alimentar profundas injustiças.

Encontramo-la aqui, nas zonas mais esquecidas do país, onde as escolas são em número insuficiente, sem condições pedagógicas e, muitas vezes, exclusivo de alguns; encontramo-la lá fora, entre milhares de portugueses emigrantes.

E as razões do analfabetismo puro andam de mão dada com a existência de um regime para o qual os trabalhadores são meros instrumentos de produção e lucro. Ensinar o povo era um perigo! O regime para vingar precisava de pessoas humildes, "dóceis" e "simples", o mais possível desconhecedores da vida sócio-política e cultural do país, alienados pela religião como um remédio para todos os males.

— "Não sei ler nem escrever porque comecei a trabalhar muito cedo. A escola ficava longe e eu era preciso lá em casa. Eramos muitos e o dinheiro não chegava. Além disso a escola é só para homens e não para todos."

A necessidade de sobrevivência levou muitas famílias trabalhadoras a "ATIRAR" os seus filhos desde muito novos para o mercado do trabalho. A própria legislação permitiu por muito tempo o trabalho das crianças aos 12 anos. Só em 1969 a idade mínima de entrada ao trabalho foi fixada aos 14 anos.

informação

informação

informação

— “Fiz o ano passado a 4ª. classe de adultos porque lá no trabalho precisava de ganhar mais umas “croítas”! Agora exigem a 4ª. classe para tudo!”

O sistema negava, por um lado o direito à instrução mínima, por outro, exigia-a quando o trabalhador queria usufruir de um novo direito — o direito ao trabalho, desejava melhorar as suas condições de vida.

— “Quero aprender a ler e escrever, porque meu homem está lá fora e é uma tristeza andar a dar a conhecer a nossa vida a estranhos. Com mais erros ou menos erros, a gente pode ir sabendo um do outro e contra o que passamos...”

Este é um dos aspectos da vida de muitas pessoas portuguesas, vítimas de um sistema, que parece perdurar.

No desejo que estes defeitos e erros de outrora sejam resolvidos e superados, foi iniciado em 18/12/78, a ALFABETIZAÇÃO PARA ADULTOS, que começou com 24 alfabetizandos. Oito dias depois o número subia a 30, parecendo ter tendência para aumentar.

Estamos conscientes do trabalho, e das dificuldades e responsabilidades, que toda esta orgânica implica. Tais objectivos visam promover uma cultura que permita a cada um, não só compreendê-la a seu tempo em todas as suas dimensões, mas também agir eficazmente sobre as estruturas e os homens, para os adaptar às necessidades totais.

Tentar encontrar uma cultura viva, que integre intimamente Pensamentos e Acções no conjunto das actividades que visam a transformação da organização social, que permita aos homens um pensamento pessoal voltado para a acção e espírito colectivista; tentando, ao mesmo tempo, promover os valores comuns aceites por todos.

Onde é necessário procurar uma cultura “POPULAR” que permite a todos os homens atingir os conhecimentos necessários para fazer opções. Assim, a inser-

ção social de cada um impulsionará a promoção colectiva.

Para tal, achamos que é necessário procurar uma cultura “ADAPTADA”, após o levantamento cultural do meio, que também já foi iniciado em Dezembro de 1978; que tenha em conta as possibilidades de cada um, e saiba utilizar os meios modernos de informação e formação para um fim de personalização.

Estamos a trabalhar apenas com o apoio da D. Escolar de Leiria, que cedeu a Escola, para tal efeito. Ainda não existe qualquer outro apoio de qualquer outro organismo do Estado, do qual continuamos à espera.

A aulas funcionam todos os dias úteis, das 21 às 22-30 Horas — 23h. Este horário foi escolhido pela totalidade das pessoas, que apesar do mau tempo não têm faltado, fazendo um grande esforço para cumprir em franca assiduidade. Não podemos esquecer-nos que o maior número de pessoas varia entre os 35 e os 66 anos.

Apesar da idade, das dificuldades, cada dia em cada aula surge algo de novo e maravilhoso, onde a alegria, o desejo de aprender e dar, são motivos que ultrapassam todas as barreiras.

É nosso maior desejo que este exemplo venha a ser seguido noutros locais, freguesias, clubes ou associações.

Estamos prontos a apoiar e esclarecer todas as interrogações e dúvidas que nos queiram pôr. Contactem connosco.

Não há educação fora das sociedades humanas.

Não há homens no vazio.

O Grupo
Por
Carlos M. F. Rosa

1.º Centenário da Biblioteca e Museus Municipais de Estremoz

DE
JANEIRO DE 1979
A
MAIO DE 1980

Organização dos
Serviços Culturais da Câmara
Municipal de Estremoz
E do
Grupo dos Amigos de Estremoz

Um Programa Comemorativo
Que procurará ser

Um inventário das várias
Manifestações Culturais
Que ao longo de cem anos a
Criatividade e o espírito Associativo
Dos Estremocenses tornaram
Possíveis

Um programa que é um convite
À descoberta de todos os
Estremocenses
Perante si próprios

Nas salas da Biblioteca Municipal
Ao longo de vários meses
Teremos

Exposições de Livros e Documentos
/ de Arte e Artesanato / Projecções
de Filmes e Diapositivos / Momentos
de História / Literatura / Teatro / Música / Canto

Um programa que diz respeito
A toda a
População do Concelho de Estremoz

III encontro de associações e animadores culturais

O Secretariado executivo para o III Encontro, constituído por 7 organizações e eleito no passado dia 24 de Março em Coimbra, a partir de um largo conjunto de associações que constituem o Grupo Promotor do III Encontro, elaborou a proposta de guião que a seguir transcrevemos e que foi discutida em reunião do Grupo Promotor realizada no dia 19 de Maio em Coimbra.

Esta reunião teve como finalidades (além da discussão/aprovação do guião) a discussão e aprovação da estrutura, programa e organização geral do Encontro, que se realizará nos dias 20, 21 e 22 do próximo mês de Julho em Coimbra, uma vez que questões relacionadas essencialmente com a mobilização e preparação tornaram impraticável a sua realização na data prevista anteriormente.

Poderão participar todos (a título individual ou colectivo) desde que estejam empenhados em acções de carácter cultural ou educativo.

PROPOSTA DE GUIÃO

TEMA: ACÇÃO CULTURAL E FORMAÇÃO

1. — O PRÓXIMO ENCONTRO:

Ao encerrarem-se em Dezembro de 1978 os trabalhos do II Encontro, deliberou-se promover o III ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES E ANIMADORES CULTURAIS subordinado ao tema "TRABALHO CULTURAL, EDUCAÇÃO POPULAR E FORMAÇÃO".

Depois de alguma reflexão, o Grupo Promotor, guardando a identidade do conteúdo, decidiu simplificar o título, propondo em sua substituição "ACÇÃO CULTURAL E FORMAÇÃO".

Pretende-se, desta forma, fazer incidir os trabalhos do III ENCONTRO sobre a actividade desenvolvida e a desenvolver

por Associações, organismos de base e animadores, assim como sobre a formação necessária à acção cultural.

Importa esclarecer desde já, que concebemos a acção cultural como um dos instrumentos de transformação social e de empenhamento activo na construção de um novo modo de vida em que TODOS possam participar.

Por isso recusamos a redução do associativismo e da acção cultural a um papel de paliativo de conflitos, a uma mera função de entretenimento ou de simples integração social.

Consequentemente, entendemos que a ACÇÃO CULTURAL tem de recusar todas as formas de alienação.

Com efeito, por um lado, pensamos que ela tem um carácter eminentemente formativo, enquanto, e só enquanto, incentiva ao empenhamento, à criatividade, à participação, ao trabalho em grupo.

Por outro lado, e porque este tipo de acção não se compadece com o espontaneísmo e voluntarismo, pretendemos chamar a atenção para a importância:

- do conhecimento do meio
- da utilização das técnicas e instrumentos adequados à acção
- e para a exigência de uma reflexão permanente sobre o trabalho desenvolvido, ou seja, para a FORMAÇÃO de todos os que intervêm na acção cultural.

2. — O CAMINHO PERCORRIDO:

2.1. PAPEL HISTÓRICO DAS ASSOCIAÇÕES:

Até agora, temo-nos preocupado pouco com a História do associativismo em Portugal.

Desse estudo, naturalmente, surgirão algumas luzes para a compreensão do momento actual.

Parece-nos que hoje coexistem formas, que historicamente corresponderam a objectivos, necessidades e perspectivas de épocas já passadas.

Nesse sentido, talvez possamos questionar a acção desenvolvida pelas associações no sentido de se saber se estão a desenvolver o trabalho correcto no momento adequado.

Na verdade, se através dos tempos, as associações corresponderam a funções diversas, designadamente, difusão dos ideais republicanos, instrução e educação, de resistência, de agitação política, de consciencialização, e de intervenção económica-social, quais serão hoje os campos em que as associações deverão desenvolver prioritariamente a sua acção e que formas e métodos deverão para o efeito, ser desenvolvidas?

Ao levantarmos estas questões não pretendemos ignorar o papel positivo desempenhado pelas Associações no passado, recente e remoto da nossa história, nem queremos insinuar qualquer dúvida quanto às potencialidades do Associativismo em responder às exigências do presente.

É nossa intenção, sim, aprofundar a análise da nossa tradição associativa em ordem a uma adequada definição de objectivos e meios, em função de um Projecto que dê significado a todas as acções que empreendemos.

2.2. OS ENCONTROS ANTERIORES

Neste sentido o esforço desenvolvido nos encontros anteriores não pode ser perdido.

Assim, recordamos algumas conclusões do I ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES CULTURAIS DE APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DE BASE (Coimbra, 1977):

- a) Identificamos a cultura com tudo o que tem a ver com a transformação das condições de vida, de trabalho, de saúde, transportes, habitação, esgotos, divertimentos, etc. e sobretudo, com a capacidade de nos apropriarmos dessa transformação, pelo que se deve recusar a redução das actividades culturais, àquelas que tem sido tradicionais.
- b) Deve favorecer-se a articulação das associações culturais com as organizações dos trabalhadores, como comissões de trabalhadores, cooperativas, sindicatos, etc..
- c) Deve privilegiar-se o intercâmbio, a organização e coordenação das associações, no sentido de se

informação informação informação

responder colectivamente aos problemas que se deparam hoje.

Lembramos também que no I Encontro de Animadores Culturais (Estoril, 1977) foi decidido activar a organização regional dos Animadores.

Destacamos, ainda, do II ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES E ANIMADORES CULTURAIS (Lisboa, 1978) as seguintes decisões:

- a) Fomentar acções conjuntas com sindicatos, cooperativas, comissões de trabalhadores, moradores, colectividades, etc.
- b) Reforçar a organização regional e interna das associações,
- c) Aperfeiçoar os métodos de acção cujo pressuposto essencial é o estudo e conhecimento do meio onde as associações desenvolvem a sua actividade.

3. — ACÇÃO CULTURAL E FORMAÇÃO

A ACÇÃO CULTURAL desenvolve-se inserida num determinado meio social, e pretende, nesse mesmo meio, contribuir para a transformação das relações sociais dominantes.

Este objectivo, concretiza-se através de acções que, tendo como participantes as populações e grupos sociais, possibilitem o despertar da respectiva consciência, identidade e criatividade em ordem a que possam vir a tomar o seu destino nas suas próprias mãos.

Neste processo transformador são dois os principais agentes: as populações e grupos sociais, por um lado, as associações, grupos e animadores culturais, por outro.

E ele só será correcto se ambos os agentes, desenvolverem a sua actividade colectivamente, em permanente troca de experiências, confronto de práticas e reflexão, seja qual for a forma escolhida para levar a cabo a acção cultural.

Destá forma todos estes agentes participam num processo dialéctico em que a ambas as partes cabe um papel específico: neste processo transformador que é a acção cul-

tural, à ou grupo social compete definir e dirigir a acção cultural, incumbendo descobrir as suas necessidades e carências e adoptar para as combater a forma mais adequada; à associação, grupo ou animador cultural caberá interpretar, organizar e contribuir, através dos instrumentos, técnicas e conhecimentos de que dispõem para o desenvolvimento e dinamização do processo: mais, as associações, grupos e animadores deverão transferir para as populações ou grupos sociais, esses instrumentos, técnicas e conhecimentos.

Aqui reside o papel da **FORMAÇÃO**. Esta, como resulta do exposto, desenvolve-se a dois níveis:

- por um lado, a acção cultural, é, uma acção formativa: através dela as populações e grupos sociais/associações, grupos e animadores culturais adquirem novos conhecimentos, novos instrumentos, novas técnicas que lhes servirão para melhor compreenderem a posição que assumem na nossa sociedade e para lutar contra as relações sociais dominantes, transformando-as.
- por outro lado, as associações, grupos e animadores, necessitam de formação: há que unir a prática à teoria; há que reflectir sobre a prática desenvolvida — há que estudar o meio em que o trabalho se desenvolve em ordem a reanalisar as formas e instrumentos que têm sido utilizados e aqueles que podem vir a sê-lo.

Estes dois níveis não são estanques, antes o primeiro implica o segundo e este não tem sentido sem o primeiro.

É tendo em conta estes dois níveis e as relações recíprocas, que entendemos dever o debate situar-se.

Nofundo, o que importa é tentarmos responder a estas duas questões:

- Em que medida é a acção cultural uma actividade formativa, das populações e grupos sociais, associações,

grupos e animadores culturais, em ordem a que estes possam tomar consciência da sua posição na sociedade e das relações sociais dominantes, e de que meios, instrumentos ou técnicas carecem para esse objectivo?

- E, por outro lado, de que meios, instrumentos e técnicas carecem as associações, grupos e animadores culturais para compreenderem o meio e populações em que e com quem trabalham, em ordem a agirem de acordo com as necessidades e carências respectivas?
- Das respostas que formos capazes de dar a estas duas ordens de questões, deverá nascer um projecto colectivo de acção que respondendo às necessidades sentidas mobilize e articule todos os nossos esforços:

O Secretariado Executivo formado com a finalidade de preparar o III Encontro é constituído pelas seguintes organizações:

- APAC—Associação Portuguesa dos Animadores Culturais
- CAOB—Centro de apoio aos Organismos de Base.
- CCC—Centro Cultural de Cascais.
- CEEC—Centro de Estudos Educação e Cultura (Porto).
- GIAC—Grupo de Intervenção e Animação Cultural (Coimbra).
- Era Nova—Cooperativa de Produção de Cinema.
- Intervenção—revista de animação sócio-cultural.
- SPU—Semear para Unir (Associação de Alfabetização e Cultura Popular).

Toda a correspondência relativa ao III Encontro deverá ser dirigida para:

Secretariado do III Encontro
Lg. do Mítelo n° 1—1°
1100 Lisboa.

informação

informação

informação

Semear para Unir

I encontro nacional
de associações
e monitores
de alfabetização

convocatória

Desde a experiência de Portalegre, em 1968, que a alfabetização, militantemente assumida pelas Associações e Monitores, tem vindo a acumular uma experiência que é bastante o fruto do empenhamento e da imaginação postos no trabalho por todos nós.

Hoje passados mais de dez anos de luta persistente pela conquista deste direito do Povo e no quadro da elaboração, por imperativo da Lei 3/79 de 10 de Janeiro, de um Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos, (PNAEBA), torna-se necessário alargar o processo de troca e reflexão de experiências de modo a podermos qualificar e reforçar esta frente de trabalho.

A nossa Associação tem desenvolvido trabalho directo de alfabetização em várias zonas do Concelho de Almada, tem produzido materiais para o funcionamento dos cursos de alfabetização, tem realizado seminários de formação de monitores e cooperado com associações e monitores de vários pontos do nosso país.

Reconhecendo a necessidade, por muitos sentida, de alargar e pôr em relação as pessoas que se dedicam ao trabalho de alfabetização, tomamos a iniciativa de convocar todas as Associações e Monitores que desenvolvem trabalho para um ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E MONITORES DE ALFABETIZAÇÃO, a realizar nos dias 30 de Junho e 1 de Julho, na Escola Secundária Emídio Navarro, em Almada, rua Luís Queirós.

São objectivos do Encontro:

- Colectivização de experiências e de materiais referentes ao processo de alfabetização

desde a iniciação à leitura e escrita à avaliação oficial (ex-4.ª classe);

- Reflexão sobre algumas questões consideradas fundamentais para uma alfabetização qualificada;
- Estudo de formas regulares de cooperação entre Associações e Grupos;
- Análise do papel a desempenhar pelas Associações e Grupos no PNAEBA.

A resposta negativa da Direcção Geral da Educação Permanente (DGEP) ao pedido de subsídio apresentado em 22 de Fevereiro último, pela nossa Associação para realizar esta iniciativa, determina que as despesas de transporte, alojamento e alimentação sejam suportadas pelos participantes. A nossa Associação garante as despesas de funcionamento do Encontro, assim como o almoço/convívio de domingo.

Para uma boa organização do Encontro, solicitamos:

- O preenchimento da ficha de inscrição (em anexo) e seu envio até ao dia 15 de Junho. Em caso de impossibilidade de participação no Encontro, agradecemos mesmo assim, que a ficha seja preenchida com indicação dos motivos de impossibilidade.
- A cada participante a preparação do Encontro, nomeadamente: recolha dos materiais que tem vindo a utilizar; inventariação das questões postas pela sua experiência; elaboração de propostas que tornem possível a cooperação regular, assim como a posição que as Associações deverão assumir face ao PNAEBA.

Por forma a garantir o melhor aproveitamento possível deste Encontro, apresentamos uma *Proposta de Programa* (em anexo), que deverá ser discutida e aprovada no início do Encontro.

Com as nossas melhores saudações associativistas.

Cova da Piedade 25 de Maio de 1979

Pela Associação

Ernesto Costa Fernandes

Mdria Joaquina de A. B. Simões.

Intervenção
é referida
no encontro
“socialismo
democrático
e política cultural”

Realizou-se há algumas semanas na Associação António Sérgio, em Lisboa um debate subordinado ao tema “Socialismo Democrático e Política Cultural”.

Os seus objectivos podem deprender-se das primeiras linhas de uma introdução ao debate apresentada por António Reis e que seguidamente transcrevemos:

SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E
POLÍTICA CULTURAL

A Associação António Sérgio decidiu promover nos próximos dias 30, 31 de Março e 1 de Abril um encontro sobre o tema “Socialismo Democrático e Política Cultural”, para o qual convidou um leque variado de personalidades do meio cultural português, bem como alguns observadores estrangeiros.

Uma tal iniciativa surge na sequência dum processo de reflexão de militantes socialistas com responsabilidade na área cultural, sobre a necessidade de aprofundar os princípios e os objectivos duma política cultural inspirada nos ideais do socialismo democrático e integrada no projecto de sociedade que lhe é próprio.

informação

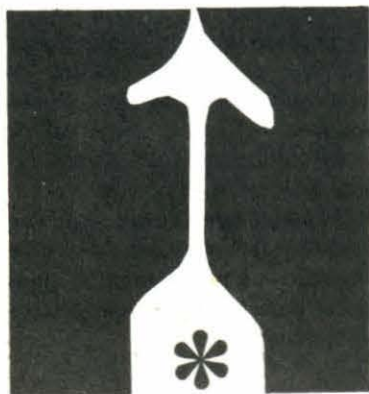
Com efeito, o problema maior do país continua a ser o problema cultural. Enterrado o espírito de vistas largas do "quinhentismo", esse breve instante em que uma verdadeira revolução cultural, fruto das navegações, colocou Portugal na vanguarda da Europa, tem imperado no nosso país aquilo a que um escritor chamou "o espírito das trevas". A revolução de Abril não desencadeou um processo de renovação cultural nem soube abrir as "largas avenidas da discussão" de que falou António Sérgio. A "reforma da mentalidade" está por fazer. A vida cultural portuguesa continua marcada pelo maniqueísmo e pelo espírito de seita, num ciclo de intolerância — liberdade — intolerância, a que urge pôr termo.

O fim do ciclo imperial vem repôr, em novos termos, toda a problemática da cultura, que é afinal, a problemática da identidade nacional.

Eduardo Lourenço, um dos participantes no debate que apresentou comunicação escrita afirmou a certa altura:

É necessário começar pelo princípio, pela criação dos pressupostos duma vida cultural digna desse nome e cuja finalidade última é menos (no imediato) a utópica revelação do que há de criador em cada indivíduo, do que a troca cultural ao monólogo em sentido único que habitualmente é.

A teoria dessa promoção sócio-cultural está aliás feita, uma grande parte dos seus executantes potenciais existe já ou está em vias de o poder ser, como uma simples leitura de Intervenção no-lo mostra.



informação

1.º Salão de Fotografia A IMAGEM DO ESPECTÁCULO VISEU, 1979

Regulamento:

2. 1. A este certame poderão ser enviadas por qualquer fotógrafo, profissional ou amador, fotografias que tenham por tema O ESPECTÁCULO/OS ARTISTAS/OS BASTIDORES/O PÚBLICO.
2. Serão aceites também fotografias não enviadas pelo seu autor, desde que o mesmo seja devidamente identificado.
3. Cada fotógrafo participante deverá enviar para exposição 6 (seis) fotografias, a cores ou a preto e branco.
4. O formato obrigatório dos trabalhos enviados será 18×24 ou 18×18.
5. A organização seleccionará, nos casos em que sejam enviadas mais do que 6 fotografias, as que serão expostas. De cada fotógrafo serão expostas seis fotografias.
6. As datas a observar pelos participantes são:
 - 6.1. Inscrição — 31 de Julho de 1979
 - 6.2. Entrega de trabalhos — 7 de Setembro
 - 6.3. Exposição — 14 a 25 de Setembro
7. Para além das fotografias que serão expostas, cada participante deverá enviar, nos formatos 6×6 ou 6×9 uma prova de cada fotografia, que ficará propriedade da Organização.

informação

8. A Organização tomará a iniciativa de deslocar a exposição a várias cidades do país, em particular a: Viana do Castelo, Porto, Vila Real, Lisboa, Covilhã, Caldas da Rainha, Setúbal, Coimbra, Évora.
9. Todas as informações devem ser pedidas a:

"A Centelha"
Rua G, n.º 15, 1.º.
Bairro de Santa Rita
3.500 VISEU
10. Todas as questões não previstas neste regulamento serão resolvidas segundo o critério da Organização.

"BANZÉ" grupo de teatro de Paranhos

Constituiu-se, recentemente, um novo Grupo de Teatro na cidade do Porto: "BANZÉ — Grupo de Teatro de Paranhos".

Neste momento, encontra-se em ensaios, uma adaptação livre de Júlio Gago da comédia de Carlo Goldoni "ARLEQUIM, SERVIDOR DE DOIS AMOS", a estrear em fins de Junho do corrente ano, por altura das festas da cidade do Porto. Este espectáculo destina-se, posteriormente, a ser apresentado nos Bairros e Fábricas da cidade, para onde fôr solicitado. Foram já solicitados para a sua montagem subsídios a várias entidades Públicas e Privadas.

A encenação é de Júlio Gago, que dirige o Grupo nesta sua 1.ª fase.

O "BANZÉ — Grupo de Teatro de Paranhos" vai, também, começar brevemente a editar "BANZÉ — Cadernos de Teatro", para divulgação de alguns dos principais autores, homens de teatro, correntes estéticas, história do teatro, polémicas teatrais, etc.

A Direcção Provisória de
"BANZÉ" — Grupo de Teatro
de Paranhos

Maria Manuela Portela Macedo
dos Santos

informação

informação

informação

grupo de teatro de fantoches "TRABUCA"

Um grupo de jovens do Movimento de Acção Juvenil-M:A:J: — Torres Novas vem já há dois anos desenvolvendo uma actividade de animação infantil, por meio do Teatro de Fantoches.

A animação de bonecos é uma tradição no nosso país, pois há muitos anos e quem com mais de vinte, não se lembra, de saltimbancos que andavam nas praias e nas feiras com as suas barracas e animavam toda a miudagem com divertidas histórias.

Assim e encarando o vasto campo de acção que o Teatro de Fantoches pode e deve ter junto da educação das crianças, quatro jovens em meados de Outubro de 76, juntaram-se e formaram um grupo de Fantoches, para que junto das crianças do seu concelho e não só, demonstrassem a técnica de manipulação e construção do fantoche e explicando ainda a tradição dos bonecos e seus objectivos a atingir. Levaram então a cena uma peça intitulada: "O Crocodilo Alegre", que contou com seis saídas e cerca de 400 participantes.

Mas devido ao pouco número de elementos e à sua falta de disponibilidade, e havendo também a necessidade de melhoramento das suas actividades infantis, urgiu a entrada de novos elementos, dando assim esta reestruturação, a origem aos actuais "TRABUCAS" que contam actualmente com nove elementos.

Os "TRABUCAS" levam então à cena duas peças intituladas: "O Mágico e o Palhaço" que contou com 22 saídas e cerca de 2800 participantes e "O Aniversário da Princesa Papelotes" com 20 saídas e cerca de 8800 participantes.

Aqui então, já se nota um significativo melhoramento, não só porque estas peças foram enriquecidas com um conjunto de Lu-

minotecnia e de Sonoplastia, como também de melhor manipulação, dicção e melhoria de guião.

Tem assim este grupo, ao longo dos dois anos de actividades, 48 espectáculos e cerca de 12 000 participantes, sendo na sua grande maioria crianças.

Os "TRABUCAS" participaram ainda no I e II Encontro Nacional de Fantoches realizados respectivamente em Lisboa (77) e Viseu (78), encontros esses que muito contribuíram para maior intercâmbio cultural entre os "TRABUCAS" e outros grupos do País.

Estão neste momento os "TRABUCAS", a realizar um filme sobre a construção de Fantoches de luva (pasta de madeira e papel), de vara, marionetas, etc., filme este que irá contribuir para melhoramento do nosso espectáculo e trabalho a efectuar, pois as explicações que eram dadas às crianças antes dos espectáculos, serão agora demonstradas através de imagens, ficando assim estas com melhor ideia da construção de bonecos.

Servirá ainda este filme, para um trabalho já planeado e que contará com o apoio do FAOJ, junto do Ensino Primário, que constará de representações e trabalho de atelier.

Grande parte das actividades levadas a cabo pelos "Trabucas", foram efectuadas em colaboração com colectividades de cultura e recreio existentes no concelho de Torres Novas, para além de outras, com o apoio de organismos oficiais, já dentro de um âmbito Distrital e Nacional.

Para o ano corrente — Ano Internacional da Criança — têm os "TRABUCAS" um plano de actividades que constará de Actividades Infantis, tais como:

Exposições infantis (pintura e escultura), uma semana subordinada ao tema: "O Fantoche e a Criança" e um mini-encontro de fantoches, de grupos do centro do país, pois sentem os "TRABUCAS" a necessidade das crianças Torrejanas e o povo em geral, observar de perto toda a actividade do fantoche na educação da criança, ainda para além da encenação da quarta peça intitulada: "A Casa dos Fantasmas".

Todas estas actividades serão realizadas em colaboração com a Direcção da Casa de Cultura da

Juventude de Torres Novas, TET-Teatro Experimental Torrejano, FAOJ e Escola de Iniciação Musical do Choral Phidellyus de T. Novas.

Pretendem os "TRABUCAS" continuar com o trabalho encetado em Outubro de 1976, agora mais conscientes do que nunca, certos de que as dificuldades que enfrentarão não serão suficientes para que a animação infantil, não deixe de ser uma realidade no nosso concelho e País.

grupo musical "A BANDA"

A Banda é formada por pessoas interessadas em trabalhar na criação e divulgação da música popular do nosso país, tarefa que está, de certo modo condicionada pelos nossos fracos recursos económicos, pelo elevado preço dos instrumentos, pela dificuldades em arranjar as condições mínimas ideais ao ensaio, e até mesmo pela nossa pouca experiência. Podemos dizer que apesar de alguns elementos terem já pertencido a outros grupos, na sua grande maioria, o pessoal d'A Banda dedica-se a esta actividade pela primeira vez.

Formada em Março de 1978, tendo nascido a partir da secção de música do G.D.C.A.. Desde então temos actuado em diversos sítios.

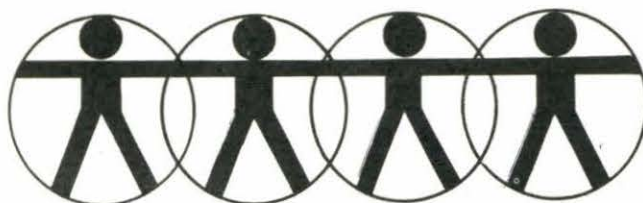
Aceitamos com alegria todas as sugestões e críticas honestas que possam vir a melhorar e alargar o nosso repertório, assim como os nossos conhecimentos musicais. Somos amadores e como tal desejamos continuar. Apreciamos a colaboração a todos os níveis.

Temos a agradecer a todos aqueles que nos ajudaram na nossa divulgação, e a todos que nos queiram apoiar e de qualquer modo, colaborar connosco.

Com um grande abraço
d'A Banda

ASSOCIAÇÕES

INTERVENÇÃO



competência, dedicação e sacrifício, foi um sustentáculo ao jornal que findou. Bem haja.

Zé do Porto

técnicas que a Humanidade vai conquistando. Recusaremos sim, e com toda a energia, a indústria de consumo pedagógico que a cada momento vai separando cada vez mais a escola da vida social e do trabalho criador.



MORREU O FONTANÁRIO

VIVA O FONTANÁRIO!

Com o número 5 morreu o Fontanário. Rezei-lhe pela alma.

Fevereiro 79. Aparece o Fontanário, o novo Fontanário.

Mais livre, porque liberto de condicionamentos que o limitavam. De maior personalidade, porque senhor de si mesmo e do seu destino, sem as restrições morais que impediam a sua total abertura, nem as restrições a que a sua dependência económica obrigava.

Antes de prosseguir quero prestar homenagem ao "Grupo de Paris — do colectivo do jornal", sobre o qual pesa toda a feitura do Fontanário. É pela sua forte vontade, pelo seu enorme sacrifício, pela sua fé no que considera necessário a toda uma classe de indivíduos (o corpo docente em França), que aparece o número 6 do nosso jornal. Por isso grito, pelo jornal e, sobretudo por esse grupo:

"Viva o Fontanário"

O novo jornal precisa de todos. E indispensável que acabe o comodismo de muitos, a indiferença de alguns e o mal-dizer de quaisquer outros.

Não há actores e espectadores. Todos estamos no palco, todos temos um papel a desempenhar. Um pouco de sacrifício em lugar do comodismo; um pouco de interesse em vez de indiferença; uma crítica séria que substitua o mal dizer.

Que o pagamento de uma assinatura te não dê o direito a "ficares quite", a manteres a consciência em paz, porque ajudaste o jornal. Precisamos de dinheiro (mesmo não adorando o "Bezerro de Ouro"), mas, mais do que tudo, precisamos que o teu contributo seja colaboração.

Ouves-me: Oh! Zé Pais, lá pelas Alsácias,
Oh! Freitas, do lado das Biarritz,
Oh! Chico Bação, pelos Lestes e tantos outros de que não sei o nome e tanto podem.

As páginas estão brancas, sedentas das vossas letras.

Antes de terminar não posso deixar de lembrar, com um enorme "Muito obrigado" à equipa do Irfed, que com a sua vontade,



EDITORIAL

É vulgar ouvirmos ou até dizermos que se comemora o Dia Internacional disto ou daquilo. Concordamos todos que se trata apenas de albis para desresponsabilizar as pessoas, aligeirando as dificuldades que se põem à realização dos problemas. Mas... já é tempo de pensarmos nas coisas e factos ainda que problemáticos, com a coragem e realismo que nos merecem.

Parece-nos que não é por alguém dizer que Mil Novecentos e Setenta e Nove é o Ano Internacional da Criança, por se criarem Comissões para organizar festividades, que algo se vai modificar nesta Sociedade, onde os Direitos das pessoas ainda que respeitadas pela palavra são, ao nível da prática, cada vez mais Desumanizadas.

A nossa luta sempre foi com as crianças e nunca para as crianças. Sempre nos esforçámos por lhes propiciar um desenvolvimento global. Este desenvolvimento terá de ser também uma construção participada encarando a criança como principal agente da sua formação. É assim que, mais uma vez, denunciámos e combatemos a escolástica por entendermos que todo o Processo Educativo se realiza de fora para dentro trazendo a Vida para a Escola e fazendo desta uma nova forma de vida.

Não aceitamos nem nos parece coerente que, após meses e anos de violência e de despotismo escolar se façam curtos interregnos para oferecer, às crianças "momentos de felicidade e de festivais ainda impostos" para cumprir desígnios nacionais e internacionais. Será esta uma forma de penitência? — de desculpabilização?

Por nosso lado e pensado que estamos no bom caminho continuaremos a lutar pela transformação da Instituição Escolar "desguetizando-a", inserindo-a e fazendo-a intervir no Meio.

"O nosso trabalho decorrerá sempre de uma actuação no Meio". A Educação Cívica ou Política é, para nós, o objectivo central de toda a vida escolar e a partir de uma acção efectiva no Meio.

Por outro lado "não recusaremos as



quem somos

1. "PROTESTE" é a revista da DECO — Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor.
2. Na linha dos princípios da DECO é independente do Estado, dos partidos, das empresas ou de qualquer outra instituição política, económica ou religiosa.
3. Não tem fins lucrativos.
4. Apoia-se financeiramente apenas nas quotas dos sócios da DECO e na solidariedade de instituições congêneres, nomeadamente outras associações de consumidores.
5. Não admite publicidade nas suas páginas.
6. Não permite a utilização dos resultados dos testes e análises comparativas que faz, para quaisquer fins comerciais ou de promoção.
7. Como revista de defesa e promoção dos interesses dos consumidores tem três linhas fundamentais de actuação:
 - Informar os consumidores sobre todos os problemas que os envolvem e incentivar a crítica construtiva e eficaz para a sua resolução.
 - Analisar produtos através de testes e estudos comparativos feitos de acordo com normas internacionais e com a profundidade e independência, que garantam ao consumidor um correcto conhecimento do mercado de que dispõe.
 - Ser um elemento de pressão junto dos poderes públicos e privados por forma a fazer respeitar integralmente os interesses e direitos dos consumidores.
8. Somos, no fundo, um grupo de consumidores conscientes dos problemas que a todos nos afectam, que acreditamos na força que os consumidores em Portugal como em todo o mundo, podem ter se se unirem na promoção dos seus interesses e direitos.

proteste connosco!



EDITORIAL

É uso dizer-se que cada coisa tem a importância que merece. O problema é porém determinar com um certo rigor, e no momento exacto, o grau de importância a atribuir à "coisa" em análise, uma vez que os critérios são variados e os componentes numerosos. Até porque ao avaliar a importância de um acontecimento se está já implicitamente a valorizá-lo, pelo menos na medida em que não se ignora.

Encerrou no passado dia 4 de Fevereiro a 1ª Exposição Colectiva de Desenho e Pintura do Atelier de Artes Plásticas, que teve nem mais nem menos a importância que mereceu. E alguma teve, para ser objecto de um artigo num dos nossos semanários da imprensa regional. E embora outra imprensa o tenha praticamente ignorado, estamos em crer que esse acontecimento teve mesmo importância na vida cultural da cidade. É que aqui é mais uma questão de atenção. Afinal não temos por estas bandas manifestações culturais aos pontapés para nos dar-mos ao luxo de ignorar as que se realizam.



EDITORIAL

Ao fazermos sair este boletim: pretendemos sobretudo dar uma informação correcta do que tem sido o nosso trabalho, do que são as nossas preocupações actuais e os nossos projectos futuros.

Sabemos que o exterior do edifício, ainda em estado degradado, nem sempre se torna muito convidativo às pessoas que passam na Calçada da Ajuda e se interrogam sobre o que se passa no seu interior.

Neste sentido esperamos que o nosso esforço venha a ser correspondido.

No entanto, também pensamos que se limitássemos o conteúdo destas páginas apenas a uma informação da Associação não seríamos consequentes, talvez até estívéssemos a contribuir para o seu empobrecimento e a contradizer o nosso espírito associativo. Queremos com isto dizer que, na sequência da primeira ordem de ideias que referimos nas linhas iniciais, iremos desenvolver mais duas:

1º — Para nós aquilo que se passa à nossa volta é fundamental, já que a associação é um agregado de pessoas com experiências bastante variadas e, deste modo, a associação é ao mesmo tempo causa e efeito de situações e factos que se vêm desenvolvendo num processo, desde o seu início em 9 de Abril de 1975.

2º — Que as funções de formação e informação não devem ser separadas, o que significa que nos empenhamos em contribuir de algum modo para o enriquecimento daqueles com quem trabalhamos e contactamos, a começar por nós próprios.

Para terminar gostaríamos de dizer que este boletim está aberto à participação e colaboração de quem quer que seja, nas mais diversas tarefas que são necessárias até à sua publicação e divulgação: desde o escrever artigos e dar notícias (não é preciso esperar por saber escrever "bem") o fundamental é ter vontade, pois é a escrever que se aprende a escrever) até a passar à máquina, a decorar ou a tirar no policopiador.

Apenas um pormenor: Os artigos aqui publicados são da inteira responsabilidade dos seus autores.

E com estas palavras, caro amigo, sugerimos-lhe que nos leia, comente e critique, contribuindo assim para o desenvolvimento deste nosso trabalho.



1979 ARSTA

Por todo o mundo, os amadores de Teatro estão a colaborar activamente no ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA.

Em Portugal, através da APTA e suas Associações Regionais, as crianças também terão Teatro. Um pouco por todo o País.

A ARSTA tem para esse efeito um plano de trabalhos que será passado à prática, se para tanto as entidades responsáveis pela Cultura nos ajudarem.

Esperemos que sim!



O nascimento dum jornal, duma revista ou até de um simples Boletim Informativo, embora nem de longe ultrapasse os limites do possível, não é de modo algum, uma tarefa fácil.

Para tanto contribui todo um longo período de gestação durante o qual as dúvidas, as incertezas, e as contrariedades se vão acumulando, a ponto de em determinados momentos, nos parecer que tudo abortará irremediavelmente.

Mas finda a gestação e logo que na tipografia o cordão umbilical nos é cortado, então podemos aliviados anunciar: o "Abril" já nasceu!

De facto assim é.

Este é o primeiro número do "Abril" e com o seu aparecimento, cumpre-se uma das muitas etapas que derivam do cumprimento dos princípios orientadores da acção pedagógica e de animação sócio-cultural da Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo.

Mas porquê "Abril" e não outro título.

"Abril", porque em Abril nascemos como Associação.

"Abril", porque num outro Abril (cada vez mais longínquo) nascemos como cidadãos livres e responsáveis.

O que é e o que será o "Abril".

É para já uma grande vontade de informar (e de formar, porque não?).

É ainda um espaço aberto à participação de todos, um espaço convívio e de aprendizagem mútua.

O que será, dependerá de todos nós.

De nós — nós, os que metemos mãos à obra e levantamos os primeiros alicerces.

De nós — vós, os que estiveram dispostos a colaborar na construção do edifício que agora se começa a erigir.

De nós — eles, os que geograficamente mais afastados, mas dentro da área de acção cultural em que o "Abril" se insere, não nos faltarem com o apoio material indispensável para pudermos manter de pé o empreendimento.

Porque a nossa vontade de construir é grande, acreditamos que o "Abril" será uma realidade duradoura.

A SEMENTE BOLETIM DO CENTRO CULTURAL DE CASCAIS

EDITORIAL

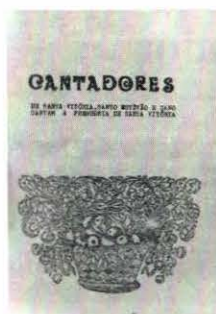
A acção cultural desenvolvida pelas organizações populares de cultura e recreio, antes e depois do 25 de Abril, muito contribuiu para a tomada de consciência por parte dos trabalhadores.

Por um lado, porque nestas organizações sempre se tentou contrapor a CULTURA POPULAR à cultura oficial, imposta pelo estado e seus aparelhos ideológicos: a escola, a televisão, por exemplo.

Por outro lado porque os trabalhadores, participando activamente, quando não dirigindo eles próprios, nas actividades destas organizações, adquiriram conhecimentos indispensáveis a compreenderem a sociedade a que pertencem, ganham capacidade crítica e melhor compreendem a sua situação de explorados e porque isso acontece.

Por tudo isto são importantes todas as tentativas que se façam no sentido de que as organizações populares de cultura troquem experiências, analisem a sua actividade, prespectivem o trabalho, aperfeiçoem os seus métodos de acção.

O III ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E ANIMADORES CULTURAIS a realizar em Coimbra no mês de Junho, é uma boa oportunidade para reforçar esses contactos, para que, colectivamente, as associações, reflectam sobre o que tem sido o seu trabalho e que prespectivas para ele existem numa altura em que o próprio significado do 25 de Abril de 1974 é posto em causa, descaradamente, por muitos dos "responsáveis" deste País.



Quando o Núcleo de Dinamização Cultural de Estremoz trabalhava com as populações das freguesias rurais de Santa Vitória do Ameixial e de Santo Estêvão na recolha, para estudo e exposição, do trajo de trabalho e de festa, surgiu a ideia dum convívio de cantadores de décimas no acto do encerramento da exposição. Era também uma forma de reunirmos as populações das suas freguesias no fecho duma Acção Cultural de grande significado e que só fora possível pela colaboração de todos.

Comunicado o facto em pequenas conversas às populações, verificou-se haver grande aceitação da parte de toda a gente. E começou um "passe palavra" que ultrapassou até os prazos estabelecidos para a entrega dos trabalhos.



A Acção que aqui se descreve, decorreu numa zona do concelho de Estremoz, abrangendo "grosso modo" a área das freguesias de Santa Vitória do Ameixial e de Santo Estêvão.

Santa Vitória do Ameixial é uma pequena aldeia que dista aproximadamente 9 Km, para noroeste, da cidade de Estremoz. A povoação acolhe-se no sopé da serra Murada que a protege dos ventos norte e noroeste, virada para o sul à procura do Sol e da largueza da planície do Ameixial.

ELO ORGÃO DO GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE SEIÇA

Quando se inicia qualquer publicação é costume surgirem algumas linhas à guisa de apresentação. O ELO não fugirá à regra, tanto mais que o seu aparecimento poderá suscitar algumas dúvidas no espírito dos seus leitores.

Nesse sentido, parece-nos ser de bom tom esclarecer alguns pontos:

1. Em primeiro lugar, tentaremos justificar o porquê da feitura deste Boletim. Pensamos não ser muito difícil essa tarefa, dado que a sua existência se vai tornando uma necessidade imperiosa, e porquê essa necessidade?

Aquando da criação do Grupo Desportivo e Cultural de Seiça, em 1974, foram definidos objectivos, dentre eles justo é destacar um de importância capital: a união entre todos os lugares da freguesia.

Infelizmente, esse nosso propósito não tem sido conseguido, supomos que uma das razões do nosso relativo malogro se filia na falta de comunicação entre o Grupo e a comunidade seicense. Falta essa que é devida à grande dispersão existente a nível geográfico e mesmo ideológico dos diversos quadrantes da freguesia. Esta grande inconveniente tem tido como consequência um acentuado fechar do Grupo sobre si mesmo.

Somos em crer que é na troca de ideias que as pessoas se entendem, eis a razão primeira para o "nascimento" do Boletim.

2. No que respeita ao nome —ELO—, o mesmo baseia-se no princípio atrás apontado. O órgão tem por fim ser um elo da cadeia que é formada por todos os lugares da freguesia.

3. Neste ponto ir-nos-emos debruçar sobre o projecto, que ora ensaiamos.

O Boletim irá ter uma periodicidade mensal, saindo a meio de cada mês. No entanto, ressaltamos qualquer atraso, que poderá acontecer por questões de ordem técnica.



contributo para a biblioteca do animador

DESPORTO E POLÍTICA

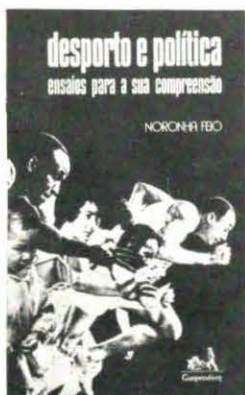
Noronha Feio
Editor Compendium

"Este livro mais do que um grito de fé no desporto é um grito de fé no homem, por isso entra em perfeita sintonia com as mais caras aspirações do nosso tempo.

O desporto nas páginas que vão seguir-se é meramente instrumental: No fim está o Homem!

Daí que Noronha Feio seja essencialmente um homem culto!..."

Estas palavras de Manuel Sérgio exprimem exactamente o que sentimos do livro e do seu autor. A ler.



EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR EN PORTUGAL (1974-1976) UNESCO

Alberto de Melo e Ana Benavente fizeram uma recolha de algumas experiências de Educação Popular. É importante a sistematização das experiências neste período. Erros e ensinamentos a ajudar-nos a olhar para o futuro. Fundamental.

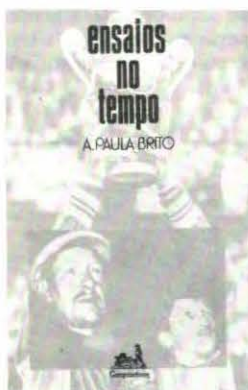


ENSAIOS NO TEMPO

A. Paula Brito
Editor Compendium

Amigo e colaborador desde a 1ª. hora da Intervenção, A. Paula Brito tem sido o amigo dos bons e maus momentos.

Definido por Noronha Feio como um homem da geração incómoda, prestigiado profissional, homem do desporto e psicólogo, Paula Brito reúne neste trabalho algumas páginas fundamentais do seu percurso como professor, como investigador, como homem...



ASSOCIAÇÕES DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM PORTUGAL

C.A.O.B. (Centro de Apoio às Organizações de Base)

Importante levantamento das associações de acção cultural no nosso país.



HOMENS E OFÍCIOS

José Mariano Gago
DGEF

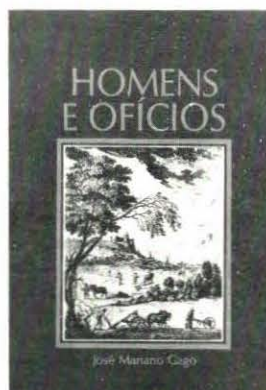
O livro que nasceu dum trabalho na Universidade Operária de Genebra onde o autor se juntava algumas noites por semana com alguns nossos compatriotas em que a maioria vinha para aprender francês...

E foi desta aventura que isto nasceu.

A picota, os moinhos de Portugal, o que é uma barragem...."

A edição é da DGEF

Obrigatório é o mínimo que se pode dizer para animadores. Contactar já para a DGEF e pedi-lo.



EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES

Anibal Ponce
VEGA

A educação ao longo da história, nas suas diferentes épocas desde a comunidade primitiva é nova Educação.



campanha novos assinantes

INTERVENÇÃO



Subscrêvem e participam no projecto *INTERVENÇÃO* todos os que acreditam na importância e urgência duma luta consequente no campo da prática sócio-cultural, contra o isolamento *social e cultural* dos grupos e comunidades, assim como de todas as formas de ser e estar, geradoras da miséria e dependência intelectual, moral e material dos indivíduos.

A continuidade e interligação das diversas formas de intervenção e acção cultural são factores fundamentais no indispensável fortalecimento do trabalho cultural, de modo a torná-lo real, consequente e adaptado às condições sócio-económicas do período histórico que vivemos.

E este projecto só será possível pela discussão aberta das diferentes perspectivas e pela união dos esforços daqueles que, na fábrica ou no campo, na escola ou no bairro, na colectividade ou no sindicato, na aldeia ou na cidade, lutam quotidianamente pelo acesso à cultura, direito à educação e melhoria da qualidade de vida de todos os portugueses.

campanha de delegados

Continuamos a desenvolver esforços no sentido de cobrir o território nacional, de uma rede de delegados da Intervenção, que a nível regional e local tenham as seguintes funções:

- 1.º — *Informar sobre tudo o que se passa de âmbito cultural nessa região ou local, enviando-nos artigos ou outros trabalhos e informações.*
- 2.º — *Divulgar a revista, tentando mobilizar as pessoas para a sua compra e procurando junto dos livreiros, do local e região, se a revista aí chega e é vendida.*
- 3.º — *Promover eventuais iniciativas, colóquios, convívios, etc., de apoio ao "Projecto Intervenção" na região ou local.*
- 4.º — *Empenhar-se na campanha dos mil novos assinantes.*

Esperamos, por isso, no nosso endereço a tua oferta (individual ou colectiva) para esta tarefa.

Será desnecessário afirmar da importância desta tarefa para a sobrevivência e continuação do "Projecto Intervenção".

Cá a esperamos pois.

animar agir escrever formar intervir comunicar
alfabetizar participar agir comunicar
participar ler escrever animar
escrever comunicar ler participar formar



INTERVENÇÃO

revista
de animação
sócio-cultural

ORGÃO DAS ASSOCIAÇÕES E ANIMADORES CULTURAIS

Apartado 21064 — 1127 LISBOA CODEX